



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO



ANDERSON BARBOSA MORAIS

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS -
PREFEITURA DE ARACAJU E O IMPACTO NOS SITES G1 SERGIPE E INFONET**

SÃO CRISTÓVÃO – SE

Agosto-2023

ANDERSON BARBOSA MORAIS

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS -
PREFEITURA DE ARACAJU E O IMPACTO NOS SITES G1 SERGIPE E INFONET**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade Federal de Sergipe-UFS
para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Josenildo Luiz Guerra

SÃO CRISTÓVÃO – SE

Agosto-2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

M827p Morais, Anderson Barbosa.
A população em situação de rua na agência de notícias:
Prefeitura de Aracaju e o impacto nos sites G1 Sergipe e Infonet /
Anderson Barbosa Morais; orientador Josenildo Luiz Guerra. - São
Cristóvão, SE, 2023.
133 f.: il.

Dissertação (mestrado em Comunicação) – Universidade
Federal de Sergipe, 2023.

1. Comunicação de massa – Aracaju, SE. 2. Jornalismo – Aspectos
sociais. 3. Pessoas desabrigadas. 4. Agência de notícias. 5. Política
social. I. Guerra, Josenildo Luiz, orient. II. Título.

CDU 070.26:316.343-058.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO –
PPGCOM



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO – UFS

Título do trabalho: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO SITE AGÊNCIA DE NOTÍCIAS - PREFEITURA DE ARACAJU E O IMPACTO NOS SITES G1 SERGIPE E INFONET

Aluno (a): ANDERSON BARBOSA MORAIS

Data da defesa: 31/08/2023

Às 15hs do dia 31 do mês de agosto de 2023, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe realizou a defesa de dissertação de Mestrado do discente **ANDERSON BARBOSA MORAIS** intitulado: **A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO SITE AGÊNCIA DE NOTÍCIAS - PREFEITURA DE ARACAJU E O IMPACTO NOS SITES G1 SERGIPE E INFONET**, conforme o que estabelece a resolução Nº 4/2023/CONEPE/UFS, que regula o funcionamento do PPGCOM/UFS. A banca examinadora foi composta pelos professores JOSENILDO LUIZ GUERRA (PPGCOM-UFS) – presidente da banca e orientador, CARLOS EDUARDO FRANCISCATO (PPGCOM-UFS) – avaliador interno e JOSÉ CRISTIAN GOÉS (AGU-SE) – avaliador externo. Após o discente apresentar seu trabalho, a banca fez os questionamentos e comentários referentes à pesquisa, os quais foram respondidos. Ao final, a banca se reuniu e considerou o discente **ANDERSON BARBOSA MORAIS APROVADO** no Curso de Mestrado em Comunicação da UFS.

Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”, 31 de agosto de 2023.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
JOSENILDO LUIZ GUERRA
Data: 08/03/2024 08:33:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. JOSENILDO LUIZ GUERRA (PPGCOM-UFS)
presidente da banca

Documento assinado digitalmente
CARLOS EDUARDO FRANCISCATO
Data: 08/03/2024 09:44:34-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. CARLOS EDUARDO FRANCISCATO (PPGCOM-UFS)
avaliador interno

Prof. Dr. JOSÉ CRISTIAN GOÉS (AGU-SE)
avaliador externo

Programa de Pós-Graduação em Comunicação:
Prédio de Comunicação Social, Andar Superior, Sala 01 - Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos Av. Marechal Rondon, S/N – CEP 49.100-000 – Rosa Elze – São Cristóvão – Sergipe – Brasil
Telefone: (79) 2105-6390 – E-mail: ppgcomufs@academico.ufs.br

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por nunca desistir de mim; aos meus pais (José Carlos Moraes e Marinalva Barboza Morais) e familiares, pela compreensão da ausência; ao meu companheiro de vida pela paciência nos dias de desespero (rs); aos amigos, colegas de trabalho (em especial Ana Paula, minha parceira de jornada e de loucuras no Mestrado) e todos àqueles os quais receberam não's ao longo da minha jornada para tentar concluir a pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Dr. Josenildo Guerra pelas luzes na estrada e à banca examinadora (os doutores Franciscato e Cristian) pela dedicação e esmero em cada leitura atenta, fundamental para aprofundando a pesquisa e modificar os rumos.

Ao Marcos Correia da Pastoral Povo da Rua (Arquidiocese de Aracaju) por abrir o canal de diálogo com à população em situação de rua de Aracaju e partilhar tantas histórias fundamentais para o diagnóstico das demandas desta parcela da comunidade; e ao professor José Henrique, Mestre em Teoria Literária pela Universidade de Brasília, pela amizade fruto de um encontro no ano de 2017 - quando ainda vivia em situação de rua. Desde então, tem contribuído com orientações, indicações de leituras e disposição para me conduzir à lugares de aprofundamento dos dilemas abordados neste estudo, apontando fragilidades do sistema social, conhecimento necessário para se atingir uma comunicação mais inclusiva, mais humana. Obrigado pelas conexões.

Meu agradecimento também aos milhares de desconhecidos que, ao longo da minha trajetória profissional, não se esquivam de abrirem o baú da vida para revelas suas histórias. Seres humanos que diariamente circulam pelas ruas das grandes cidades em buscas de alimento, trabalho e oportunidades, mas muitas vezes caem no abismo da invisibilidade social. Obrigado por permitir debruçar o olhar para esta causa, ao mesmo tempo, peço desculpas pelas falhas de não os inserir diretamente neste trabalho, seja por falta de tempo ou mesmo imaturidade acadêmica.

Agora vai o meu desabafo:

“É preciso escolher um caminho que não tenha fim, mas, ainda assim, caminhar sempre na expectativa de encontrá-lo” - Geraldo Magela Amaral. Essas palavras dizem muito sobre o sentimento vivido ao final de mais uma importante etapa da minha vida profissional/acadêmica. Foram mais de 15 anos longe dos bancos da universidade, um amor adormecido, agigantado pela necessidade de continuar na trilha do conhecimento. Não por cobranças do mundo do trabalho, mas por idealismo. O mesmo que no final dos anos 1990 fizeram-me sair de Cedro de São João (SE) para viver na capital do menor Estado da Federação (Sergipe). Agora, mais

amadurecido, sei o quanto o romantismo pode andar lado a lado com os métodos científicos, sem interferir nos resultados, com ganhos sociais.

Faço parte de uma geração ansiosa por tentar o domínio da linguagem científica e principalmente por desejar alcançar um trabalho que extrapole os limites da academia, impactando na sociedade. Afinal, foram os dilemas – vivenciados no mundo profissional - os responsáveis pela dedicação dos mais de dois anos de Mestrado em Comunicação na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Falando assim até parece que foram fáceis. E não foi!

Na madrugada do dia 7 de fevereiro de 2023, meses antes da conclusão do mestrado, um acidente automobilístico deixou-me 12 dias internado, quatro dos quais na UTI (com um pulmão perfurado, três costelas faturadas, um corte na cabeça e o punho da mão direita (sou destro) quebrado). Foi neste aparente fim que me reencontrei, em meio as lágrimas, dores... Dois meses com produção zero e muitas incertezas. Até que o idealista agigantou-se mais uma vez e, como um barco a receber os ventos bons, segui na direção (errando mais do que acertado), com foco na pesquisa e nos resultados.

Muito Obrigado. Que Deus abençoe à todos!

RESUMO

O estudo “A População em Situação de Rua na Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju e o impacto nos sites G1 Sergipe e Infonet” teve como objetivo observar a frequência com que o assunto é trabalhado nas matérias do site da Prefeitura de Aracaju e a repercussão delas nos dois veículos de comunicação comerciais, os mais antigos do Estado. O estudo pontua as matérias sobre as ações propostas no Plano Estratégico Municipal - com foco na população em situação de rua - uma maneira de saber até que ponto o trabalho das assessorias está comprometido com a transparência e acesso à informação pública de interesse do cidadão, em especial dos que vivem em situação de rua na capital de Sergipe. Para entender esse processo, inicialmente a dissertação trilha no conceito da *accountability* e da Relevância Jornalística (Guerra; Feitoza, 2016), fazendo uma montagem de mapas dos macro e micro temas, definidos a partir da análise de documentos da Gestão Pública do Município de Aracaju (Plano Estratégico e LOA) com base a metodologia proposta pelo Guia da Agenda Jornalística (Guerra, 2016). Em um segundo momento, entra a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977) para aprofundar o processo de produção da notícia e suas peculiaridades de inclusão/exclusão das pessoas em situação de rua. A janela de pesquisa, nos sites, foi janeiro a dezembro de 2022, com as publicações referentes à população em situação de rua. Através dos parâmetros estabelecidos neste estudo, acreditamos que os resultados podem ajudar a melhorar o trabalho nas redações das assessorias e das redações comerciais, proporcionando mais qualificação no planejamento dos assuntos a serem trabalhados, produzidos, acompanhados e divulgados através das notícias e reportagens.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Relevância Jornalística; Accountability; G1 Sergipe; Infonet.

ABSTRACT

The study "The Homeless Population in the News Agency - Aracaju City Hall and the impact on the G1 Sergipe and Infonet websites" aimed to observe the frequency with which the subject is worked on in the articles on the Aracaju City Hall website and their repercussion on the two commercial communication vehicles, the oldest in the state. The study points out the articles on the actions proposed in the Municipal Strategic Plan - focusing on the homeless population - a way to know to what extent the work of the advisors is committed to transparency and access to public information of interest to citizens, especially those living on the streets in the capital of Sergipe. To understand this process, the dissertation initially focuses on the concept of accountability and Journalistic Relevance (Guerra; Feitoza, 2016), assembling maps of the macro and micro themes, defined from the analysis of documents of the Public Management of the Municipality of Aracaju (Strategic Plan and LOA) based on the methodology proposed by the Journalistic Agenda Guide (Guerra, 2016). In a second moment, it enters with the Content Analysis proposed by Bardin (1977) to deepen the process of news production and its peculiarities of inclusion/exclusion of homeless people. The search window, on the websites, was January to December 2022, with publications referring to the homeless population. Through the parameters established in this study, we believe that the results can help to improve the work in the newsrooms of advisors and commercial newsrooms, providing more qualification in the planning of the subjects to be worked on, produced, monitored and disseminated through the news and reports.

Keywords: Homeless Population; Journalistic Relevance; Accountability; G1 Sergipe; Infonet.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – ETAPAS DA PESQUISA	70
TABELA 2 – TOTAL DE MATÉRIAS PUBLICADAS NA AGÊNCIA DE NOTÍCIA – PMA EM 2022.....	76
TABELA 3 – TOTAL DE MATÉRIAS SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - 2022	77
TABELA 4 – FATOR DE RELEVÂNCIA POR SECRETARIA.....	78
TABELA 5 – FATOR DE RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA X ÍNDICE DE RESOLUÇÃO SEMÂNTICA	79
TABELA 6 – FRJ X IRS DAS QUATRO SECRETARIAS	80
TABELA 7 – TOTAL DE MATÉRIAS GERAIS	81
TABELA 8 - SUBTEMAS X CONTEÚDO/GERAL	81
TABELA 9 - SUBTEMAS X QUANTIDADE/PSR	83
TABELA 10 – SECRETARIAS X SUBTEMAS	84
TABELA 11 – MAIS ENTREVISTADOS	86
TABELA 12 – TIPOS DE FONTES	89
TABELA 13 – AS VOZES	97
TABELA 14 – LEGISLAÇÃO	100
TABELA 15 - MATÉRIAS G1 SERGIPE	103
TABELA 16 - MATÉRIAS INFONET.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.D	Análise de Discurso
ABCPUBLICA	Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, Cidadania e Informação lançou o Guia de Comunicação Pública
ABERJE	Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CadÚnico	Cadastro Único
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Centro-Pop	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CIAMP-Rua	Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COMPÓS	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CP	Comunicação Pública
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DTSF	Diretoria Televisão Sem Fronteiras
FR	Fatores de Relevância
FRJ	Fator de Relevância Jornalística
GAJ	Guia da Agenda Jornalística
GC	Gerador de Caracteres
GM	Guarda Municipal
GTI	Grupo de Trabalho Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas
IProd (tema)	Indicador de Produtividade Jornalística por tema;
IRS	Índice de Resolução Semântica
IRS-R	Índice de Resolução Semântica de Referência

ISSO	Organização Internacional de Padronização
JN	Jornal Nacional
JR	Jornal da Record
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos e Assexuais
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PMA	Prefeitura de Aracaju
PPG-COM	Programa de Pós-Graduação de Comunicação
Projor	Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo e o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia
PSR	Pessoa em Situação de Rua
Qualijor	Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada ao Jornalismo
SBPJor	Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
UFS	Universidade Federal de Sergipe
Unesp	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO.....	19
1.1 A QUALIDADE NO JORNALISMO	19
1.2 JORNALISMO: FINALIDADES E RESPONSABILIDADES	22
1.3 JORNALISMO E <i>ACCOUNTABILLY</i> DO PODER.....	30
1.4 JORNALISMO E RELEVÂNCIA	35
1.5 JORNALISMO SENSÍVEL.....	38
1.6 ASSESSORIA DE IMPRENSA/COMUNICAÇÃO PÚBLICA.....	44
2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	51
2.1 REVISÃO DE LITERATURA: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA IMPRENSA	51
2.2 A CONCEPÇÃO DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	54
2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM VIGOR NO BRASIL	60
3. A AVALIAÇÃO DE QUALIDADE NA COBERTURA	68
3.1 PROPOSTA METODOLÓGICA.....	68
3.2 GUIA DA AGENDA JORNALÍSTICA.....	71
4. A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA COBERTURA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	76
4.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NO SITE AGÊNCIA DE NOTÍCIAS – PREFEITURA DE ARACAJU.....	76
4.2 PESO JORNALÍSTICO NA TEMÁTICA DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA	77

4.3 ANÁLISE DO TEMA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS - PREFEITURA DE ARACAJU	85
4.4 ANÁLISE DO TEMA NOS SITES G1 SERGIPE E INFONET	101
5. CONCLUSÃO.....	106
5.1 RESULTADOS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXO.....	131

INTRODUÇÃO

A luta dos movimentos ligados às pessoas em situação de rua (PSR) por dignidade, cidadania e respeito à identidade não é exclusiva do Século XXI. Um grupo nem sempre observado sob a ótica dos direitos estabelecidos nas Leis, na Constituição Federal e tantas Normas e Portarias criadas para haver uma convivência harmônica entre as camadas sociais, possibilitando o acesso à serviços como saúde, educação, trabalho, lazer e todas as outras políticas públicas nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

Basta um olhar mais atento na história do Brasil, já na época da Colonização, para identificar o preconceito e a discriminação contra a PSR, muitas vezes marginalizada, estereotipada e até condenada pelo fato de não ter condição de arcar com as despesas de um lar, restando a mendicância como o meio de sobrevivência, fruto da inexistência de oportunidade. E se existe, não chega a esta camada da (Rosa, 2005).

Na metade do Século XX, observamos a repressão social ainda mais perceptível, assim como a criminalização dessas pessoas tidas como sub-raça. Um número que foi crescendo pelas crises econômicas, falta de postos de trabalho, baixa qualificação profissional ou mesmo pelos conflitos pessoais e familiares. Dessa forma, passaram a ser vistas em maior número nos viadutos dos grandes centros, realizando trabalhos precários para a sobrevivência (Rosa, 2005, p.52).

Tudo isso é parte do fenômeno conhecido como invisibilidade social, no qual o outro está como inapto ao exercício da cidadania, incapaz de ser protagonista da própria história. Um processo de silenciamento dos que vivem em situação de vulnerabilidade social (Góes, 2022, p.39).

Entre os direitos negados está o acesso aos Meios de Comunicação Social, pois nem sempre dispõem das condições para comprar um jornal, acessar sites de notícias ou receber informações por outros veículos de comunicação. Da mesma forma, falta lugar de fala nos veículos de comunicação, seja para participação nas discussões da sociedade ou apresentação do cotidiano dos que estão em situação de rua – nem sempre conhecido da maioria das pessoas – ou servindo como fonte de informação. Ausência reproduzida por preconceito ou desconhecimento dos profissionais.

Infelizmente, algumas matérias jornalísticas marginalizam esta população, geralmente estampada nos sites com uma imagem distorcida, gente com as vozes silenciadas. Quem precisa falar não é ouvido, tem a fala terceirizada na figura de padres, pastores, fundadores de grupos de distribuição de quentinhas, empresários solidários, entre outros.

Há omissões da População em Situação de Rua, por exemplo, em uma matéria sobre o frio enfrentado nas ruas onde estas pessoas não são entrevistadas, destacando apenas a ação humanitária de uma rede de lojas com a arrecadação de lençóis e o trabalho dos grupos religiosos ligados à causa. Um ato tão comum, que até passa despercebido pelas pessoas envolvidas na produção de uma notícia. Desta foram, além de não incluir, segregam e silenciam e criam abismos sociais.

É comum observar este tipo de situação durante o planejamento da produção da notícia, nas reuniões de pauta, onde editores e repórteres discutem os assuntos mais importantes e fazem a seleção dos temas a serem tratados nas próximas edições. As negativas dadas à temática podem ser balizadas em diversas justificativas favoráveis à rejeição dos temas, com argumentos superficiais (Góes, 2022, p. 15). A depender do dia, a soma dessas negativas daria uma edição extra do noticiário, independentemente do formato ou plataforma.

Diante deste cenário, cabe ao jornalismo fazer uma autoanálise e perceber as brechas prejudiciais à cidadania. Daí a necessidade de trazer uma narrativa na qual o cidadão é ponto de partida e de chegada. As histórias que ele carrega são capazes de produzir e até contextualizar os fatos. Este tipo de produção aproxima o público-alvo, humaniza a notícia/reportagem com as “cenas vivas” do cotidiano (Medina, 2008, p.26).

O profissional da comunicação/jornalista precisa entender que falar sobre PSR não é pauta para ser executada apenas no 19 de Agosto - Dia Nacional de Luta da Pessoa em Situação de Rua - mas precisa ser diluída nas outras reportagens, já tratadas pelas redações, em seus respectivos veículos, independentemente da plataforma. Esta observação é válida também para os veículos de assessoria de imprensa governamentais buscando atender as camadas da sociedade, dando acesso e conhecimentos, por exemplo, aos programas sociais executados no âmbito municipal e produzindo informações sobre as políticas públicas (saúde, habitação, educação...).

Negar o espaço reservado à População em Situação de Rua em um veículo de comunicação é o mesmo que seguir na contramão do Estado Democrático e de Direito, da busca do respeito às identidades (Rodrigues, 2016). Desta forma, o Jornalismo não pode ficar fora desta regra e necessita aproximar-se dessa camada da sociedade, detentora de obrigações e direitos. A comunicação precisa ser não só informativa, mas inclusiva, questionadora, sem fazer distinção entre pobres e ricos. A informação deve ser universal, onde todos os cidadãos sintam-se representados e nunca colocados à margem.

Quando falamos em comunicação universal, estamos nos referindo à comunicação plural. Ao nosso entender, quanto mais vozes forem representadas, mais próxima estará da

comunicação ideal. Vale ressaltar que o olhar econômico pode ser uma via de abordagem, mas não a única. Daí haver a necessidade de agregar questões de raça, gênero, etnia e outras oportunidades de inclusão. Capaz de mergulhar em todas, senão ao máximo das problemáticas.

Como afirma disse Alberto Dines (1986), a comunicação precisa levar conteúdo capaz de incluir a população e chegar com informação e cidadania. Pensamento reforçado por Raquel Paiva e Alexandre Barbalho (2005) declararam o papel da mídia como função social, que servirá de peça-chave na desmistificação dos estereótipos contribuindo no processo para diminuir o silenciamento. Também acreditamos que “a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação. Só assim pode dar visibilidade e visibilizar uma outra imagem sua, que não a feita pela maioria” (Paiva; Barbalho, 2005, p.37).

A proposta da dissertação “A População em Situação de Rua na Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju e o impacto nos sites G1 Sergipe e Infonet” nasce dessa lacuna observada no jornalismo praticado nas redações dos veículos comerciais de Sergipe, também reproduzido pelas assessorias de órgãos públicos, como o site em questão. Normalmente, essas pessoas aparecem em uma outra forma de silenciamento, para chancelar as ações governamentais, sem espaço para críticas ou apresentação de suas próprias demandas. É a notícia com foco na ação governamental e não nos conflitos sociais desses cidadãos. E esta notícia é replicada nos sites, programas de rádio, telejornais de emissoras comerciais, sem o devido questionamento do que é ofertado.

No caso do veículo escolhido como alvo desse estudo, além das regras características deste tipo de produção jornalística¹, tem as obrigações da transparência que o Poder Público precisa entregar à sociedade (Aberje, 2016), fazendo valer a sua *accountability*. Responsabilidades que passam por uma comunicação eficiente, eficaz e acessível aos membros do núcleo populacional, entre eles as pessoas que vivem nas ruas.

No primeiro momento, a proposta do trabalho é justamente observar até que ponto o site de notícias da Prefeitura de Aracaju (PMA) cobre os temas presentes em seu Planejamento Estratégico (Aracaju Transparência, 2022a), como ação social, por meio do desenvolvimento das ações das secretarias, que deveriam aparecer nas matérias com serviços, orientações, divulgação e sugestões para serem aproveitadas pela mídia comercial. Neste caso, estaremos voltados às produções sobre a temática PSR ao longo de 2022, para identificar o tratamento na política interna da prefeitura dentro das outras áreas temáticas, tendo a comunicação como objetivo de estudo.

¹ Os autores estavam se referindo a Assessoria de Imprensa.

A discussão é baseada nas políticas públicas, a exemplo do Decreto N° 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (Planalto, 2009). O decreto estabelece metas alcançadas pelo Poder Público através das ações sociais (já presentes no Planejamento Estratégico) e, conseqüentemente, devem aparecer nas produções jornalísticas. A exemplo da criação de mecanismos de participação junto à sociedade civil organizada, por meio de debates, incentivo e criação de veículos de comunicação para denunciar qualquer tipo de violência contra elas, melhoria das políticas públicas, produção de mecanismos de amplitude à temática e às problemáticas que envolvem esta comunidade (Planalto, 2009).

Iremos aplicar neste trabalho acadêmico o método experimental do Guia da Agenda Jornalística - GAJ (Guerra, 2016). O objetivo é analisar a presença de temas e subtemas com foco na proporcionalidade entre a presença e frequência na cobertura e a sua relevância, neste caso, mensuradas conforme indicadores específicos a serem detalhados adiante no tópico da metodologia. A partir da definição do tema foi feito o levantamento no site da PMA, objeto do monitoramento de todas as matérias produzidas ao longo de 2022. O levantamento permitiu a classificação da cobertura com base no tema e na identificação da capacidade de produção do veículo.

Os textos produzidos também serão estudados através da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), para entender como é a participação da PSR, o espaço reservado, o lugar de fala, o que dizem e como falam: reforçando as ações governamentais ou falando criticamente? Teremos dois pontos importantes: 1 – análise dos textos da Agência; e 2 – Análise dos textos do G1 Sergipe e Infonet sugeridos pela Agência de Notícias – Prefeitura de Aracaju. É uma das partes mais importantes da pesquisa por apresentar como o discurso legal, ético e inclusivo conversam entre si e chegam ao público-alvo das notícias.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, mais a conclusão do estudo. O primeiro - A Função Social do Jornalismo - traz uma discussão sobre a qualidade do Jornalismo, visto aqui como um produto, levando em consideração conceitos de qualidade em outras áreas e adaptados para a comunicação, como a Engenharia de Produção definindo qualidade como “grau no qual o conjunto de características inerentes satisfaz aos requisitos” solicitados pelas partes interessadas (ABNT NBR-ISO 9000:2005). O capítulo discorre sobre as finalidades e responsabilidades do jornalismo (o papel de prestação de contas à sociedade), seja tornando o caminho da notícia transparente ou cobrando do Estado o mesmo compromisso. A discussão também passa por se fazer um Jornalismo Sensível, na qual a condição humana vem primeiro, em busca de “narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada” (Ijuim, 2011,

p.17). A “humanização” é uma forma de melhor contar a história e de aproximar o leitor. O capítulo termina tratando sobre o papel da Assessoria de Imprensa e da Comunicação Pública, os pontos em comuns e os divergentes.

No segundo capítulo - População em Situação de Rua – há uma revisão de literatura sobre a temática na imprensa nos últimos anos, com a localização de textos em sites acadêmicos, trazendo temas que se cruzam com a pesquisa como Função do Jornalismo, Qualidade do Jornalismo e Valor-Notícia. Tratamos ainda sobre a concepção da população em situação de rua e as políticas públicas da área, fazendo um apanhado histórico e legislativo, desde a colonização até os dias atuais.

O terceiro capítulo - A Avaliação de Qualidade da Cobertura - está voltado ao estudo da metodologia empregada para a análise dos dados da dissertação, com a do Guia da Agenda Jornalística (GAJ), desenvolvido no Programa de Pesquisa em Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada ao Jornalismo (Qualijor) (Guerra, 2016), e da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (1977), a última, usada para compreender o lugar de fala das pessoas em situação de rua.

O quarto capítulo - A Avaliação da Qualidade da Cobertura da População em Situação de Rua - apresenta os dados a partir do objeto de estudo em 4.087 matérias da Agência publicadas em 2022, destacando a abordagem da temática População em Situação de Rua (32 textos). Depois, o trabalho segue para a análise de conteúdo (Bardin, 1977). Neste capítulo, também reservamos uma discussão sobre os textos publicados pelos sites G1 Sergipe e Infonet, como repercutiram a produção apresentada pelo site oficial do Município de Aracaju.

A conclusão reflete a atuação dos profissionais de jornalismo na assessoria de imprensa e nos veículos comerciais, o papel ético e as responsabilidades inerentes à função que exercem. Independentemente de qualquer situação, as verdades precisam aparecer nos trabalhos, sem deixar de lado as particularidades de cada meio. Discussão que pode ser levada para o cotidiano das redações na tentativa de fazer um jornalismo plural, cidadão, mais humanizado, baseado nos direitos e deveres preconizados pela Constituição Federal de 1988.

1. A FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

1.1. A QUALIDADE NO JORNALISMO

Para analisar a qualidade no jornalismo praticada pelos veículos de comunicação social (imprensa) e pelos profissionais envolvidos neste tipo de produção, é necessário mergulhar profundamente em toda a rede envolvida neste processo. Para isso, iniciamos com os desafios enfrentados pelos produtores de conteúdo, os jornalistas.

A qualidade de uma produção deste tipo passa também pelo engajamento deles, através das escolhas, que, se não seguirem critérios, podem apresentar falhas, erros de apuração, seja por falta de domínio do assunto ou pelas limitações na abordagem/checagem. Se o trabalho é bem-feito, com seriedade, é capaz de dirimir qualquer tipo de dúvida ou confusão. Somente um profissional habilitado reúne essas características e condições para ofertar um jornalismo de ‘qualidade’, no seu sentido mais genérico. Mas o que seria um Jornalismo de Qualidade?

Na maratona profissional, saber ouvir críticas, refletir e tomar caminhos resolutivos ajudam a trilhar na qualidade. Porém, nem sempre dá para observar uma imprensa aberta a críticas. Muitas vezes, o profissional da imprensa não tolera ser questionado ou ter os mecanismos de trabalho avaliados. Como se a conduta da imprensa e do jornalista fossem intocáveis, inabaláveis:

Em paralelo aos desafios descritos, faz-se necessário também considerar a postura adotada de forma geral pela imprensa, que muitas vezes se autoconsidera acima do bem e do mal, impossível de ser questionada ou ter suas falhas e erros apontados, fatores que contribuem para que não haja uma cultura de busca regular por mecanismos de melhoria da qualidade do que é apresentado para a sociedade. É como se o fato por si só de o veículo estar dentro do escopo do que é considerado imprensa fosse suficiente para um não questionamento, uma espécie de salvo-conduto gerado pela natureza da atividade (Pereira; Brunier, 2022).

A Qualidade no Jornalismo - tratado aqui como um produto - necessita corresponder a padrões capazes de atingir os objetivos de quem está na linha de produção e do consumidor. Uma missão cheia de ingredientes e regras que precisam ser adicionados com respeito/responsabilidade. Um trabalho para ser checado e rechechado, para evitar enganações ou falta de zelo.

Na tentativa de entender essa qualidade, iremos observar, sob diversas formas de pensamentos dos estudiosos, conceitos como o apresentado pela Engenharia, usado pela Organização Internacional de Padronização - que é a denominação internacional para a sigla

ISO: é “grau no qual um conjunto de características inerentes satisfaz aos requisitos” exigidos pelo cliente, consumidor (ABNT NBR ISO 9000:2005). O sistema de gestão de qualidade, dentro de uma organização, sofre interferências/influências do ambiente e dos riscos nele contidos, as alterações das necessidades, objetivos particulares, produtos oferecidos, processos seguidos, porte e suporte organizacional (ABNT NBR ISO 9001:2008).

Ao fazermos um breve mergulho na história mundial, encontramos a preocupação com a qualidade já nos anos 1920 na área industrial dos Estados Unidos com a produção da Ford e na produção agropecuária. Entre os anos 60 e 70, do mesmo século, essa qualidade foi perceptível nos meios de comunicação, por trás da responsabilidade social, código de ética e do conjunto de deveres profissionais (deontologia). Neste período, grandes redes americanas de televisão prepararam manuais com normas a serem aplicadas e seguidas (Mompart; Lozano; Palau-Sampio, 2013).

Os autores também trazem um apanhado sobre a qualidade nos estudos Alemães iniciados no final do século XX (1990), um trabalho focado na audiência, credibilidade, confiança da mídia, profissionalismo e no conteúdo. Assim como nos E.U.A., os alemães desenvolveram sistemas de avaliação, alguns até mais abrangentes, porém, deixaram de lado a questão da responsabilidade social. No nosso entendimento, um problema, pois é fundamental para a qualidade do jornalismo que é feito desse compromisso com as pessoas, com a sociedade.

Para Gómez Mompart, Gutiérrez Lozano e Palau-Sampio (2036), uma informação de qualidade tem total impacto na democracia de uma sociedade, não há como dissociá-las. E essa qualidade, sobre a qual nos debruçamos, pode ser medida através de métodos empíricos e qualitativos, na satisfação do público (uma forma também de avaliar), tem respaldos econômicos e passa pela gestão dos recursos na produção.

É importante pontuar que os estudiosos, já citados acima, acreditam que o jornalismo de qualidade está ancorado nas “questões éticas e deontológicas; Fontes e documentação para informação; Tratamento e desenvolvimento da notícia; Relação com a opinião pública” (Mompart; Lozano; Palau-Sampio; 2013, p.34).

Ainda tentando aprofundar o termo qualidade, Arnold (2008) define, sob a luz de outros autores, como sendo um grau de alcance de exigências/requisitos de um determinado produto. No caso da qualidade na Comunicação/Jornalismo, ela é determinada a partir de três vertentes: “perspectiva funcional, parcialmente teórica do sistema, uma perspectiva orientada para a democracia normativa e uma perspectiva orientada para o mercado, orientada para o público” (Arnold, 2008).

O jornalismo com sua função social - no qual a qualidade está atrelada à função do profissional e a sua tarefa desempenhada (ética profissional) – leva informação segura, relevante, com orientações para os diversos atores da sociedade. No quesito democracia normativa, um jornalismo feito pela diversidade de vozes faz-se valer através do “sistema político/jurídico e no próprio jornalismo, a função do jornalismo é descrita como uma tarefa pública e pode ser semanticamente carregada com referência a determinados valores fundamentais de uma sociedade democrática e pluralista” (Arnold, 2008). Para se alcançar essa qualidade, existem os regulamentos estatutários (baseado em instrumentos legais/legislação ligadas à comunicação) e códigos de ética internos. Eles devem enfatizar a diversidade das opiniões, “veracidade/correção, pesquisa, independência e crítica”. São indiretamente importantes a “relevância, oportunidade e acessibilidade”; por último, e não menos importante, a perspectiva orientada para o mercado, em que é necessário projetar “as ofertas de forma que sejam voltadas para os interesses dos (potenciais) compradores. As ofertas devem ser atrativas e aplicáveis no ambiente de vida dos usuários”. Neste caso, o “jornalismo não depende apenas do horizonte de orientação dominante, o querer, mas também se as ofertas podem ser usadas pelo público”. O público tem papel fundamental dentro da ótica mercadológica, no qual o consumidor precisa ter os desejos atendidos. Aqui, sucesso econômico é associado à qualidade (Arnold, 2008).

Em várias partes do mundo, podemos encontrar tentativas de se medir a qualidade do jornalismo. Na Espanha, temos o Índice Qualidade de Notícia sustentado nos índices: laboral, jornalístico e empresarial (Coelho; Martín, 2004). Do México vem a Rede de Jornalismo de Qualidade com os oito princípios e duas frentes: o trabalho do profissional e o entorno dele (Código de Ética, ombudsman, equidade publicitária...) (Suárez, 2007). No Chile, temos o exemplo da Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Chile com o VAP (Valor Agregado Periodístico), muito aplicado em países da América Latina e Espanha. Nos Estados Unidos, a qualidade do jornalismo está ligada à circulação do veículo, aumentando inclusive a confiança e aceitação do público, inclusive com o desenvolvimento das estratégias para atingir essa confiança (Meyer, 2007).

Outro importante instrumento de avaliação é o The Trust Project que atua em consórcio internacional de empresas na tentativa de resgatar a confiança dos veículos e contribuir com o público. Aqui no Brasil, o projeto aconteceu entre 2016 e 2021 por meio do Projeto Credibilidade (2021) - uma parceria entre o Projor - Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo e o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) (The Trust Project, 2021).

Diante de tantas referências, nosso estudo também chega a uma definição de Qualidade no Jornalismo: como sendo o resultado de um profundo mergulho em questões éticas, técnicas e uso de equipamentos de suporte na busca de identificar as perguntas e respondê-las ao longa da apuração do fato. Sem esquecer do compromisso de levar ao receptor da notícia um conteúdo informativo com o maior número de ângulos, profundidade do tema (através de uma discussão balizada na ciência, por exemplo), aplicação do conhecimento profissional (carga que independe da estrutura ao qual se encontra), deixando explícito para os receptores a transparência e a busca por uma comunicação de fato inclusiva.

Quanto mais sincero, mais transparente, mais qualidade e credibilidade terá o profissional/veículo perante a sociedade. Se existe uma relação de confiança, estará à frente dos outros profissionais/veículos. Com isso, o que se fala/notícia tem maior peso. Acreditamos que: um jornalismo é feito de verdades, por isso, deve começar mostrando a própria verdade. E se a linha editorial tende mais para um lado, que ela também apareça de forma clara, sem confundir os consumidores da informação.

1.2. JORNALISMO: FINALIDADES E RESPONSABILIDADES

Gisele Dotto Reginato (2019) realizou um profundo estudo no qual a qualidade e a função social foram discutidas pelo olhar histórico - a partir de 1690 – passando pelos conceitos primários e outros mais contemporâneos. Para ela, existiam 12 finalidades as quais o jornalismo precisa trazer no seu trabalho: informar de modo qualificado; investigar; verificar a veracidade das informações; interpretar e analisar a realidade; fazer a mediação entre os fatos e o leitor; selecionar o que é relevante; registrar e construir memórias; ajudar a entender o mundo contemporâneo; interpretar e mobilizar as pessoas; defender o cidadão; fiscalizar e fortalecer a democracia; e esclarecer a sociedade (Reginato, 2019).

(...) precisamos compreender que o jornalismo é central numa democracia. Falar de jornalismo é falar de um discurso público e que não é descartável; e se referir a um modo de conhecimento pelo qual o sujeito conhece a si mesmo e aos outros; é pensar numa das mais importantes fontes de conhecimento para diversos para diversas audiências que acessam o conteúdo mediado pelo jornalismo para entender questões tanto do seu dia a dia quanto do funcionamento econômico, social e político (Reginato, 2019, p. 19).

Para Reginato, o jornalismo é uma espécie de memória social e histórica, por guardar os acontecimentos mais importantes de uma comunidade, divulgando informações de múltiplos interesses. As informações contidas nas notícias/reportagens são fundamentais para o

planejamento das pessoas, papel que “auxilia no fortalecimento da democracia e contribui também para a cidadania” (Reginato, 2019, p.36).

É função do jornalismo integrar e mobilizar a comunidade em pautas que dizem respeito aos direitos civis e à defesa da democracia. Cabe ao jornalismo mobilizar o público em torno das causas cidadãs, que possam gerar o engajamento da população, e que não estejam subordinados a interesses privados ou econômicos (Reginato, 2019, p. 238).

Em uma sociedade democrática as notícias são de extrema relevância para o exercício da cidadania e uma necessidade do sistema (Sousa, 2002, p.198). Elas também são responsáveis pelo processo de memória social, guardando os fatos relevantes e de maiores repercussões, importantes para o processo de cidadania. “Se em algum lugar pulsa o coração da história contemporânea, não é nos arquivos silenciosos, mas no barulho das redações” (Motta, 2013, p.105).

Fazendo valer a função social, o jornalista deve cumprir o papel de falar a verdade sendo não só os olhos, mas todos os órgãos vitais da sociedade (Barbosa, 2004, p.33), a mesma que Rui Barbosa defendeu como sendo um guia do jornalista. É uma espécie de qualidade que vai repercutir em tudo que ele põe a mão e tem seu nome associado. “A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe” mostrando àquilo que é ocultado e tramado para se fazer o mal (Barbosa, 2004, p.32).

O jornalista precisa preparar-se para receber as demandas impostas pela sociedade, ter capacidade de mediar os conflitos e encontrar a saída para cada uma das metas impostas nesta missão, ancorada sempre no Código de Ética Profissional. No artigo 9º, por exemplo, o documento apresenta importantes acordos e deveres inerentes à função, como: “divulgar todos os fatos que sejam de interesse público” e “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem” (ABI, 2023). É com este compromisso que o jornalista precisa encarar o dia-a-dia e exercer cada passo do trabalho que em horas ou dias estará publicado no veículo no qual trabalha.

Esta divulgação tem um potencial de mover as massas, fazer circular ideias e provocar o agendamento da opinião pública. Por isso, as escolhas feitas para a construção de uma matéria/reportagem precisam ser criteriosas e respeitar todos os envolvidos, todos os lados, versões, verdades, sem esquecer os que estão à margem, sem espaço para expressar pensamentos. Essa comunicação deve potencializar as vozes existentes na sociedade:

A mídia “disponibiliza” canais pelos quais as diferentes “vozes”, grupos e interesses que formam a sociedade podem falar com a grande sociedade, expressar e manter viva

sua própria identidade cultural, quando ela é relevante. É geralmente por meio desse tipo de acesso que as vozes críticas, opositoras e diferentes, que são essenciais para as mudanças e as escolhas, podem ser ouvidas” (Mcquail, 2012, p. 153).

O jornalismo comporta mecanismos/atividades fundamentais para o benefício da sociedade e, a isto, inclui áreas como Política e Cultura dessa sociedade (Windahl; Mcquail, 1993, p.70). E esta comunicação não pode ser vista como um simples ramo de negócio ou serviço industrial, pois o jornalismo terá papéis específicos determinados pelas configurações no qual está inserido no tempo e espaço, sofrendo interferências dos membros da esquerda, da direita e do centro, tentando fazer dele um subserviente. Nas sociedades democráticas, o direito à informação é um “componente central da cidadania” (Rothberg, 2011, p.1).

O Jornalismo como ferramenta de interesse público tem como propósito firmar a legitimidade social, através do discurso composto por “falas, locuções, textos, sentenças em circulação onde postulam e reafirmam visões de mundo, valores, teses e apreciações acerca do tema”. Fato que torna espaço legítimo no quesito função social da instituição (Gomes; Júnior, 2011).

No processo de construção da notícia ou veiculação dela, é necessário que a imprensa também volte o olhar às comunidades vítimas da negligência das autoridades políticas, do preconceito e segregação (mesmo que de forma velada), multiplicados nas ruas e vielas das pequenas, médias e grandes cidades espalhadas pelo mundo. Só será possível diminuir a lacuna entre os discursos, se todos os lados foram expostos com equidade sem discriminação, sem invisibilidade.

Neste processo de construção da notícia e distribuição dos diálogos sociais, é de fundamental importância tomar os devidos cuidados para não cometer erros do tipo: achar que falou ou deu voz ao grupo quando apenas executou uma pseudo-inclusão. Na prática, seria o processo de silenciamento, percebido através da observância, da análise (Góes, 2022, p.37), pontos a serem vigiados frequentemente. Isso ocorre quando um determinado veículo pauta o repórter para falar sobre o frio que afeta a vida das pessoas em situação de rua e, na execução, o profissional apenas ouve os movimentos sociais, os órgãos oficiais e reduzem a participação da População em Situação de Rua às imagens. Outra situação é quando essas pessoas em situação de rua até são ouvidas, mas para agradecer a “solidariedade” de quem doa um pouco de atenção. E onde fica a história de vida? O relato do que é enfrentar o frio nas “camas de cimento”²?

² Na linguagem das pessoas em situação de rua, “cama de cimento” significa calçada, banco da praça, marquise... usados para passar a noite nas ruas.

O jornalismo é espaço para vislumbrar as experiências de vida dessas camadas ditas invisíveis, mas se os envolvidos nesta produção fecharem os olhos para a boa prática, o resultado pode não ser o que de fato condiz com a ética e função social:

(...) iluminar criticamente o que se diz e o que se mostra, os produtos jornalísticos, as estruturas históricas das organizações e as práticas profissionais, pode-se fazer emergir o que parece ser rigorosamente o inverso da natureza constitutiva do jornalismo: o silenciamento e a invisibilização (Góes, 2022, p. 30).

O processo de silenciamento pode ser observado na pauta:

(...) a inviabilidade de acolher algumas pautas se tornou um recurso teórico quase perfeito para muitas organizações e profissionais, que passam a justificar uma seleção cotidiana motivada por interesses políticos e econômicos, em detrimento de reconhecer a incapacidade laboral e espaço-temporal para tantas demandas e acontecimentos (Góes, 2022, p. 16).

Nesse contexto de visibilidade, o jornalismo é um dispositivo político capaz de “selecionar os ditos para garantir o silenciar dos não ditos” (Góes, 2022, p.37). O silenciamento acontece justamente no âmbito das relações sociais, nas quais a passividade vem também pela situação de dependência:

A sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole – em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade ouve. O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à metrópole, silenciam, por sua vez, seu próprio povo (Freire, 1976, p.70).

Para lidar com o invisível, o jornalismo precisa enxergar o invisível como algo real, não como ilusão ou sobrenatural. Tudo isso perpassa pela tensão política, onde o ver e o não ver estão nas relações da sociedade. Mergulhar na historicidade também ajuda a perceber, o que chama de trama visível/invisível. Nada surge por acaso, há uma origem: “A leitura atenta da experiência espaço-temporal é, além de uma forma de luta contra o esquecimento, um dos modos de enxergar camadas invisíveis no regime de visibilização” (Góes, 2022, p.69).

No processo de escolha e produção da notícia, não “só o acontecimento cria a notícia, como se estruturou o pensamento sobre a natureza da imprensa, como a notícia cria o acontecimento” (Traquina, 1993, p.167). O olhar mais aguçado do jornalista pode encontrar boas histórias através de uma produção capaz de ser “consumida” pelo público em geral. No caso da população vulnerável podemos produzir informação sobre os motivos que a levaram a condição que se encontram, quem são, como é a rotina, o que pensam sobre políticas

públicas/sociais, quais seus sonhos... Pautas presentes no dia a dia dessas pessoas e pouco presentes no trabalho da imprensa mundial.

Para seguir nesta perspectiva, é necessário deixar de lado o preconceito - os parâmetros dominados - e destrinchar as possibilidades fazendo uma comunicação plural, heterogênea, livre das amarras do medo, da subserviência e das visões limitadas ainda presentes em algumas redações.

Enquanto veículo de comunicação, o conteúdo precisa ser capaz de captar novos leitores, chamando a atenção para - no caso do impresso - satisfazer e possibilitar uma leitura prazerosa, com novos conhecimentos, sem fazer distinção entre os segmentos populacionais (Dines, 1986) e ocupando a mídia com os discursos. Paiva e Barbalho (2005) ressaltam a importância de marcar ponto nesses ambientes para dar espaço às diversas vozes, em especial à luta das minorias, já potencializadas nas redes sociais, impactando nas decisões da imprensa, forçando a abertura de espaços para os grupos.

É comum enxergar essa população mais vulnerável quando vira problema (Lancellotti, 2021, p.20). É a tal da invisibilidade oscilante. Neste quesito, a mídia é fundamental no processo de desfazer os estereótipos colecionados ao longo dos séculos, responsáveis por deixar os ditos grupos minoritários no anonimato.

Cabe ao jornalismo apropriar-se dos meios de comunicação e contribuir no resgate da Cidadania, dar nomes, sobrenomes, vozes, liberdade para mostrarem os valores, ideais e visões. A Constituição Federal garante um Estado Democrático e de Direito para todos os brasileiros independentemente da cor, religião e situação econômica, sempre buscando uma construção ideológica identitária. A lei nos coloca em um mundo de direitos igualitários e isso tem que sair do papel, virar não apenas discurso, mas ação, de forma natural, não imposto como se fosse um favor.

O jornalismo precisa ser compreendido como o espaço relevante para o exercício da democracia, pois denuncia e cobra a ação de políticas públicas. Um trabalho que, de certa forma, ajuda a organizar a opinião pública. É o meio pelo qual muitas pessoas conseguem compreender os direitos e deveres, responsáveis por levarem melhorias pessoais e de ordem comunitária.

O comunicador está a serviço da “opinião pública”, do “cidadão comum”, da “coisa pública” e principalmente da sociedade. Na tentativa de se fazer um jornalismo plural e atento às questões sociais, é necessário mergulhar na pesquisa de dados e informações pertinentes à comunidade. Com investigação e reflexão das vozes, não ficando apenas no discurso declaratório - mesmo sendo o caminho mais fácil, com menos esforço na apuração e pesquisa (Villegas, 2019). Neste quesito, é indiscutível manter a independência diante das fontes oficiais.

Qualidade da informação é um dos caminhos para se ter democracia. E o Jornalismo é peça primordial neste processo:

O profissional da informação é um notório da realidade e deve levar consigo uma base de conhecimento das questões com as quais lida. Caso contrário, não poderá ter independência para analisar e criticar o que as fontes oficiais podem dizer (...) A qualidade da democracia é baseada no grau de liberdade informativa dos cidadãos. Não há democracia sem jornalismo ou jornalismo sem jornalistas (Villegas, 2019).

Trabalho que não deve se perder pela pressão da instantaneidade registrada na era da informação digital (infoesfera), mas que deve ser observada como aliada no processo de produção discursiva. Saber ouvir quem está por trás desses conteúdos (os personagens) é também agregar valor ao produto jornalístico. E assim, as redes sociais acabam aparecendo como mais um parceiro no processo de democratização da comunicação das minorias. Surgem como mais uma forma de pressionar a imprensa (jornalistas) para abordar temas que não estariam na pauta, mas pela divulgação e repercussão nas redes sociais - através das ações desses grupos na infoesfera – conseguindo apoio das massas e chegando ao conhecimento dos governantes (Christofolletti; Villegas; Vegas, 2018). Elas também podem servir de indicativos de temas a serem abordados pela sociedade, já que muitos grupos sociais acabam criando comunidades e disseminando conteúdo e discussões com boas propostas de produções jornalísticas. Claro, observações devem ser feitas sem esquecer os princípios básicos da profissão e ética.

Um dos caminhos para se chegar a uma comunicação democrática, deve provocar e fazer o diálogo entre os cidadãos e o governo, em maior ou menor grau, principalmente em “sociedades com comunicação e políticas econômicas e sociais igualitárias” (Blumler; Coleman, 2017).

II – Assegurar a regra de escolha significativa sobre questões e problemas que, em última instância, podem determinar como convivemos uns com os outros (...) III – Proporcionar oportunidades inclusivas para todas as partes da sociedade que poderão ser afetadas por políticas (...) nas democracias todos os cidadãos têm o mesmo direito de serem bem informados e levados em consideração que dizem respeito a eles (...) IV – (...) é fundamental a independência dos principais meios de comunicação de outras fontes de poder, graças ao papel de vigilância da mídia, de seu dever de investigar abusos suspeitos e de “dizer a verdade ao poder” (Blumler; Coleman, 2017).

Mengarda, Souza e Tondolo (2009) ressaltam o relevante papel dos meios de comunicação diante de uma sociedade ocupada, sem muito tempo para buscar as informações plurais, fora do campo de trabalho.

(...) aí entra a mídia como fonte de informação pura. Por isso, a importância de, cada vez mais, o jornalismo desenvolver um trabalho sério, honesto e sem pretensão de alienar a opinião pública em detrimento da audiência, popularidade e consumo. À medida que a indústria da informação evolui, tanto mais se faz necessária a correta seleção e divulgação dos acontecimentos relevantes socialmente (Mengarda; Souza; Tondolo, 2009).

O jornalista precisa engajar-se à cidadania dessas pessoas, no sentido de atentar às questões políticas. Ele é visto como agente transformador da realidade no qual está inserido, “cuja ação se inspira numa síntese a ela adquirida e que se elabora com as atribuições das áreas significativas do saber, em vista de reais problemas e de verdadeiras aspirações humanas” (Vicchiatti, 2005; p.59). O caminho deve ser o de sintonizar-se com a sociedade: “A sensibilidade política e o sentido ético são fundamentais para um jornalismo tanto teórico quanto prático, que pretende ser útil e estar sintonizado às demandas das sociedades. Ser um elemento informativo e formativo de um espírito crítico de leitores” (Levi, 1993).

Para que o papel social do jornalismo seja cumprido, faz-se necessário “gastar sola do sapato”, ir aonde o povo se encontra e ouvir, olho a olho, as dificuldades e problemas enfrentados. Quanto mais próximo da realidade, mais fácil de traduzir com verossimilhança a situação, passando mais credibilidade e confiança para fontes e público (Villegas, 2019, p.117). Quando o repórter vai ao local ouve falas até no silêncio das pessoas, observa imagens que mudam a narrativa, o foco da matéria. Daí, ao longo da caminhada profissional, muitos já terem ouvido que “lugar de repórter é na rua” e não na redação.

Villegas (2019) explica que essa qualidade da informação requer um mergulhar nas questões que este profissional lida, quanto mais conhecimento de causa, mais fácil conseguirá fazer uma leitura do espaço sem vícios, sem arroubes e com profundidade. Assim, encontrará independência e apresentará um trabalho de qualidade.

Também não podemos deixar de compreender que em um ambiente democrático, no qual vivemos, a liberdade informativa só será completa com o maior acesso às informações. E isso requer acesso a todos, independentemente do grau de formação, classe social, localidade. Todos precisam ser alcançados, levando em consideração uma linguagem universal, capaz de atingir todas as camadas sociais. E o jornalismo tem esse papel, de possibilitar acesso e abrir espaços para as demandas desses grupos.

Nos deparamos com estudiosos crenes de que a liberdade de informação, com sua diversidade, é o primeiro alvo para ser atacado quando não se vive em uma sociedade democrática (Reginato, 2019, p.79). Se não há espaço livre para se expressarem, contestarem ou simplesmente participarem das discussões públicas, contrariaremos os conceitos defendidos

por nossa Constituição. Os grupos sociais precisam ter espaço nos meios de comunicação, com notícias mais plurais. Não dá para priorizar este ou aquele grupo, focando apenas nas ações governamentais, sem mostrar o impacto nas comunidades, sem conceder o espaço de contraponto. Neste de ter os vários olhares, o jornalismo se fortalece com os vários ângulos (Lago, 2010, p.175) de um mesmo fato. E só é eficaz se for independente:

A democracia, para funcionar, precisa de redações independentes, e redações independentes são núcleos de pessoas profissionalizadas, pagas pela sociedade para captar e processar informações, mediar debates e fornecer pontos de vista que permitam à sociedade refletir criticamente sobre diversas realidades (Bucci, 2010).

Precisamos entender o jornalismo como uma prática de mediação social (Guerra, 2008) e o profissional entra como um intérprete dos fatos (Franciscato, 2005). É o jornalista que ajuda na compreensão dos acontecimentos, tirar dúvidas e faz o diálogo entre os lados na tentativa de diminuir os ruídos da comunicação. O jornalista é um líder social (Medina, 1982, p.22). Capaz de favorecer a comunidade a ter “o direito de saber o que está acontecendo à sua volta, porque sem o acesso ao fato histórico, o homem não passará a protagonista da ação social” (Medina, 1988, p.133). Se esse caminho for seguido, a imprensa atuará com a função de ser fiscal do povo, sendo seus olhos diante dos poderes, vigiando o governo e os serviços que são ofertados à sociedade (Silva, 2002, p.50). Ela também deve ajudar na organização da sociedade:

O jornalismo deve vigiar os poderes e as instituições para observar se os procedimentos de conduta estão corretos ou não; deve revelar manobras ilegais e prejudiciais à sociedade. O jornalismo também precisa mostrar como a democracia se organiza para ajudar no funcionamento da vida pública e contribuir para formar os leitores para decisões políticas (Reginato, 2019, p. 239).

Em síntese, queremos mostrar que o jornalismo – em hipótese alguma – deve se furtar de estar ao lado da comunidade, seja por pressões comerciais, ideológicas ou outro tipo de força, principalmente daquela à margem, que habita os guetos, os espaços onde as políticas públicas não alcançam. O jornalismo precisa dar visibilidade à vida dos que nem sempre têm ciência dos deveres e direitos constitucionais; precisa exercer muitas vezes o papel de um educador, ensinando o passo a passo da cidadania; dar a voz, abrindo os espaços para os debates que são importantes para essas pessoas, mas nunca tratados. Também é função do jornalismo provocar e cobrar das autoridades o exercício da democracia plena como está escrito na Constituição Federal. É este jornalismo que precisa ser lembrado, reforçado, revisado diariamente nas redações e posto em ação. Muitas vezes, este jornalismo não se trilha não por dificuldades dos veículos, mas por comodismo do profissional amparado por desculpas como a falta de estrutura ou mesmo por falta de tempo de aprofundar os temas.

1.3. JORNALISMO E *ACCOUNTABILITY* DO PODER

Comunicadores e veículos de comunicação social é precisam pensar a atividade profissional como um trabalho focado na sociedade. Independentemente de ser um veículo comunitário, de origem particular ou de uma organização pública (ligado ao governo), o deve ter um olhar voltado às necessidades e anseios da população. Entende-se que “o jornalismo deve dar visibilidade a questões que precisam ser discutidas constantemente para serem então ultrapassadas, como racismo, classicismo, homofobia, machismo” (Reginato, 2019, p.66), assim como a situação das pessoas que vivem nas ruas das nossas cidades, bairros, calçadas e outros espaços urbanos. Denunciando e discutindo os fatos, o jornalismo, afirma Pulitzer (2009), molda a opinião das pessoas e, como uma centelha, vai contagiando gradativamente. O menor desvio deste foco recai em um problema para a transparência e qualidade do produto ofertado, seguindo os princípios da sociedade democrática, no qual está inserido. Quanto mais inclusiva, maior o empenho da democracia para expandir o universo dos que têm acesso à informação e transparência do que é público:

Sem ela não há como se pensar nos limites para o exercício do poder na democracia. Portanto, não é saudável e nem útil a imprensa que se contente com o papel de apoiar os que governam. Não é saudável, não é útil, nem mesmo imprensa ela é (...) Por aqui, ainda nos encontramos longe de tratar o direito à informação no nível dos demais direitos, como a educação ou a saúde, o que é trágico: onde esse direito não se faz respeitar integralmente, a liberdade necessária para bem informar a sociedade não pode ser exercida plenamente (Canela, 2008, p. 46-47).

O melhor a se fazer é cumprir com o papel de levar informações e fiscalizar o poder (Canela, 2008), assunto que mais abaixo chamaremos de *accountability* (Christofoletti; Villegas; Vegas, 2018).

As citações anteriores ratificam a necessidade da imprensa não ter os pés e as mãos atadas à qualquer tipo de governo, por mais transparente ou ativo nas fomentação e aplicação das políticas públicas eficazes. Sempre caberá à imprensa a independência e distanciamento dessas ações para ter credibilidade, principalmente nos momentos investigativos das condutas duvidosa desses grupos políticos. A liberdade também implica em não ser confundido com um deles.

Essa independência precisa ser respaldada quando editores e repórteres reúnem-se para definir as pautas. Um trabalho que exige posicionamento nas escolhas com independência, mas se isso não ocorre, a linha editorial entra em conflito ético.

O ambiente virtual (redes sociais) também pode pressionar os caminhos a serem percorridos pelo veículo de comunicação, denunciando tais condutas que afrontam a democracia. É o primeiro sinal de que tem “fogo na floresta”. É impossível ficar fora deste debate, mesmo que em grupos fechados de uma comunidade ou em redes de escala mundial. O importante é não ignorar.

McCombs e Maxwell (2005) trazem uma definição evoluída dessa agenda resultado da influência tecnológica e das interações cada vez maiores, atribuem à internet como a “nova fronteira para a pesquisa” das agendas. Mecanismo capaz de fazer repensar a forma de se comunicar:

A Internet mudou drasticamente o panorama da comunicação com a introdução de uma miríade de novos canais. E-mail, jornais online, salas de bate-papo e sites que representam todos os nichos ideológicos, comerciais e pessoais mudaram os comportamentos de comunicação de milhões de pessoas em todo o mundo e abriram novos territórios para pesquisadores de comunicação. Existem muitas agendas na sociedade contemporânea e muitas mais delas estão agora disponíveis para um grande segmento do público (McCombs; Maxwell, 2005).

McCombs pontua ainda o fato dos observadores sociais preverem “o fim da definição da agenda à medida que o público se fragmenta e virtualmente todos têm uma agenda de mídia externa única que é uma composição altamente individualizada construída” no ambiente (McCombs; Maxwell, 2005). Em 2005, a rede mundial de computadores não tinha tanta proximidade verificada agora, 17 anos depois. E está mais forte, mais acessível, capaz até de servir de material jornalístico facilitando o trabalho do profissional, somando-se a apuração feita pela categoria. Fato verificado durante a pandemia ou em situações nas quais a imprensa não teve acesso à algum fato, servindo-se do material colaborativo enriquecendo o trabalho de apuração. Aqui, não nos referimos ao processo de precarização, esta é uma outra discursão que a nossa pesquisa não se deterá.

Ainda assim, é preciso lembrando a “influência da mídia nas conversas dos cidadãos advém da dinâmica organizacional das empresas de comunicação, com sua cultura própria e critérios de noticiabilidade” (Pena, 2005), e nos dizem como pensar (McCombs; Shaw, 1993, p.33).

O conjunto de mecanismos destinados a cuidar e assegurar as responsabilidades é também chamado de instrumentos de prestar contas: *accountability* da mídia, processo que exige da mídia explicações sobre suas ações; e a *accountability* dos governos, promovida pela mídia (jornalismo) com o fim de cobrar dos governos a prestação de contas de seus atos. Na primeira, o jornalismo é objeto e na outra é sujeito para promover a *accountability* dos governos, não como mera apresentação, mas com o objetivo de discuti-lo. No primeiro caso, esse processo

deve ser o mais claro possível para quem irá consumir o resultado desse trabalho. A Transparência inclui a necessidade dos meios de comunicação fornecerem informações empresariais sobre seus grupos, permitindo que o público entenda princípios e processos editoriais, estrutura organizacional e situação financeira (Christofoletti; Villegas; Vegas, 2018).

Quando o conceito é aplicado à mídia cabe a “responsabilização e prestação de contas dos veículos e empresas de comunicação a diversos atores da sociedade” (Coelho, 2019, p. 36). Mecanismos de qualidade editorial, por exemplo, podem gerar transparência dentro de uma organização jornalística, fortalecendo a credibilidade junto ao público. A audiência e a sociedade ajudam a “verificar e cobrar das organizações o comprimento do que é oferecido em suas peças promocionais e diretrizes editoriais (Guerra, 2016, p. 100).

No século XX, percebemos em alguns países a implantação de códigos deontológicos a serem seguidos com o intuito de melhorar o trabalho profissional e exercer, com mais competência, a tal responsabilidade social. E aqui devemos entender o papel dos instrumentos de prestação de contas (responsabilidade social) não como censura e sim como forma de alcançar a qualidade e manutenção da ética (Paulino, 2015).

A Convenção Europeia sobre Televisão Transfronteiras (CETT), criada em 1989, foi um desses mecanismos apresentando regras relacionadas à publicidade, onde foram estabelecidas regras de restrição para propagandas de bebidas alcoólicas, pornografia, proibição de divulgação de anúncios de tabaco, entre outros. Foi o passo inicial para a criação de outro instrumento: a Diretiva Televisão Sem Fronteiras (DTSF) a qual “visa preservar determinados objetos para o interesse público, como a diversidade cultural, a proteção dos menores e o direito de resposta”. A duração do tempo dos programas e os espaços dos anúncios também foram acompanhados de perto. “O tempo da publicidade não deveria ser superior a 15% do tempo de emissão” (Paulino, 2015).

No Brasil, um dos mais conhecidos instrumentos surgiu no ano de 1996 com o nome de Observatório da Imprensa e, anos depois, em 2005, a Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Paulino, 2015). Mecanismos que reuniam pesquisadores, professores e outros estudiosos da comunicação para contribuir, através de discussões, com o aprimoramento da mídia.

Esta é a *accountability* da mídia fiscalizando o jornalismo, o quanto ele cumpre suas próprias responsabilidades. Dessa forma, o jornalismo ganha espaço e credibilidade a partir do momento no qual reveste-se da missão de vigiar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. “Vigiar poderes e denunciar abusos do poder é tornar público aquilo que seria ignorado” (Reginato, 2019, p.52).

De acordo com a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, a aplicação de dados de *accountability*, principalmente quando a imprensa retrata temas de política, deve ser feita com ética, transparência, assumindo a responsabilidade das consequências: "A história está recheada de casos que comprovam certo desprezo da indústria da notícia pela falta de acuidade nas suas apurações, que resultaram em dramas coletivos e individuais" sem sofrer penalidades (Aberje, 2016).

Compartilhamos da ideia da qualificação da democracia moderna passar pela *accountability* pautada na relação entre cidadãos e os ocupantes de posições públicas - os governantes - na prestação de contas diante das responsabilidades dos gestores. A mídia possui o poder de congregar os vários atores sociais, permitindo a troca de visões de forma ampliada. "Expressar e trocar interpretações publicamente pode alterar o modo pelo qual os representantes adquirem ou usam o conhecimento acerca do desempenho das instituições e seus agentes" (Maia, 2006, online).

Nesta dissertação ficamos com o conceito de *accountability* como "o modo pelo qual os dirigentes procuram satisfazer os desejos e as necessidades dos cidadãos, adotando políticas públicas que sinalizadas como aquelas mais desejáveis". O trabalho executado pelos profissionais da imprensa é fundamental para o processo de *accountability* ser publicizado e reconhecido:

Na sociedade contemporânea de larga escala, os meios de comunicação são importantes para tornar visível o processo de *accountability*, a fim de que ele seja reconhecido e apreciado pelos cidadãos comuns. Como bem sabemos, os media não são meros canais neutros para outras fontes, mas, sim, organizações que controlam o acesso dos atores sociais aos canais e regulam o fluxo de comunicação (Maia, 2006).

Habermas (1997) reforça que no processo da *accountability* não pode haver um rompimento do laço do cumprimento das competências, o que causaria uma perda da legitimidade: "Somente assim é possível conservar o vínculo com o público de cidadãos, os quais têm o direito e se encontram na condição de perceber, identificar e tematizar publicamente a inaceitabilidade do funcionamento de determinados sistemas sociais" (Habermas, 1997, p.83 Apud. Maia, 2006).

Falando sobre a demanda da *accountability*, Paulino (2008) enxerga como sentido se remeter ao espaço público e se preservadas as dimensões: "informação, justificação e punição" (Paulino, 2008, p.94).

Mendel (2009), no relatório produzido pela Unesco sobre o direito à informação, destaca a informação como ferramenta essencial de combate à corrupção, assim como todo e qualquer

ato ilícito dos governantes. "Os jornalistas investigativos e ONGs de monitoramento podem usar o direito de acesso à informação para expor atos ilícitos e ajudar a erradicá-los" (Mendel, 2009, p.5).

Um equipamento a favor da democracia, implantando em nosso país, foi a Lei Brasileira de Acesso à Informação (Planalto, 2011) a qual mostra o reconhecimento do Estado para a necessidade da manutenção da transparência para os governantes estarem alinhados ao compromisso dos direitos atribuídos pela Constituição Federal. Este dispositivo legal, enfatiza que "os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;" e as "autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios" (Planalto, 2011) precisam seguir o caminho da transparência com a divulgação das informações.

Para Victor Gentili e Luma Poletti Dutra (2006) não foi só uma conquista para a sociedade, como um importante mecanismo para o trabalho do jornalista. "O cidadão passa a contar com um direito potencial, a ser usado sempre que tiver algo a compreender melhor ou esclarecer. Os jornalistas, por sua vez, usam-na como sua principal matéria prima". Não buscam apenas informação, mas as tornam conhecidas (Gentili; Dutra, 2016. Apud Guerra; Rothberg; Martins, 2016).

C. Anderson (2013) deixa claro o papel do jornalismo no regime democrático, colocando-o no patamar de mecanismo insubstituível. Ele vira o cão de guarda da sociedade, que além de fiscalizar ajuda na organização da opinião pública:

O jornalismo expõe a corrupção, chama a atenção para injustiças, cobra políticos e empresas por promessas e obrigações assumidas, informa cidadãos e consumidores, ajuda a organizar a opinião pública, explica temas complexos e esclarece divergências fundamentais. O jornalismo exerce papel insubstituível tanto em regimes democráticos como em economias de mercado (Anderson. C. W., 2013, Apud Montipó, 2014).

Uma sociedade só irá funcionar se os cidadãos tiverem acesso à informação (Meyer, 2007) e, para alcançá-la, também se faz necessário passar pelo crivo da transparência que Felipe Siston e Tiana Ellwanger (2015) entendem como uma condição primordial e desejável na efetivação da *accountability* (Ellwanger; Siston, 2015).

A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) explica que a sociedade não mais tolera uma imprensa que simplesmente jogue as informações e não seja

punida pelos atos falhos, seja de apuração ou mesmo ético. Segundo o texto, faltam aos órgãos de imprensa a capacidade de assumir essas consequências. "A história está recheada de casos que comprovam certo desprezo da indústria da notícia pela falta de acuidade nas suas apurações, que resultaram em dramas coletivos e individuais, sem que fossem penalizadas por isso" (ABERJE, 2016).

O texto cita como um erro da imprensa brasileira o caso da Escola Base - no qual os proprietários foram acusados de pedofilia, fato mais tarde desmentido - e questiona as implicações: "A única punição foi a judicial, com a condenação de importantes órgãos de imprensa a pagar uma dívida milionária por danos morais. A penalidade foi seguida por um meia culpa tardio e envergonhado, que não serviu de lição para a mídia" (ABERJE, 2016). Mais recentemente, a "queda de padrões jornalísticos" é atribuída a "severa pressão financeira", o que provocou uma corrida pela concorrência e exclusividade, com um "filtro da apuração" alargado. Também no Brasil, a figura que melhor define essa preocupação com a correção, dentro das empresas de comunicação, foi a figura do ombudsman, criada pela Folha de São Paulo, uma espécie de porta-voz da crítica dos leitores, mas sem grandes consequências (ABERJE, 2016).

Já na Suécia, é destacada a preocupação de respeitar o "limite da notícia é a ética e não o lucro", com isso, as organizações exigem "*accountability* e objetividade no seu papel de bem informar". Um processo que acontece na relação com os profissionais, "e no pedido extrajudicial de retratação proporcional ao agravo" e a depender "as organizações públicas e privadas devem valer na Justiça a prerrogativa constitucional e legal do direito de resposta e de reparações morais e de ordem financeira. Se a imprensa não se impõe limites, alguém precisa reeducá-la" (ABERJE, 2016).

No Brasil, durante as manifestações de rua no ano de 2013, a Mídia Ninja fez um trabalho de cobertura através das imagens ao vivo veiculadas pela internet e não só pautaram a imprensa, o que não era tão habitual, como cobrou mudança nos discursos hegemônicos dos veículos. Ao mesmo tempo, o discurso dessa mídia alternativa também foi questionado, sobre os interesses por trás do trabalho (Othon; Bolshaw, 2014).

1.4. JORNALISMO E RELEVÂNCIA

Toda informação divulgada pelos veículos de comunicação, antes de ser publicizada, passa pelos critérios estabelecidos pelo veículo, também chamado de linha editorial. É ela que determina o assunto que será abordado para o público-alvo.

O pesquisador e professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Carlos Eduardo Franciscato, lembra do principal objetivo do jornalismo: produzir a notícia (Franciscato, 2005, p.171) a partir de uma predisposição narrativa capaz de se difundir de forma oral ou escrita em uma comunidade.

Em uma redação esse trabalho é voltado para selecionar, aprofundar e divulgar informações relevantes à sociedade, como pontua o jornalista João Elias da Cruz Neto (2008). Neste processo, o cidadão “compra um jornal, liga a televisão para assistir ao telejornal”, através da seleção dos fatos que os jornalistas escolhem (Cruz Neto, 2008, p.17). Atualmente, sites de notícias, aplicativos de smartphone e até mesmo as redes sociais somam-se a este arsenal de canais difusores de notícias.

Reginato (2019) pontua que o jornalismo seleciona “o que é relevante, elegendo o panorama dos principais acontecimentos” e “filtra o que merece destaque e hierarquiza os ângulos a serem explorados” (Reginato, 2019, p.234). E para levar este conteúdo, os profissionais da comunicação seguem o que chamam de critérios de noticiabilidade, que são um conjunto de referências estáveis na rotina jornalística de trabalho que, analisado em sua regularidade, revelaria o grau de importância de um evento.

Noticiabilidade é formada por requisitos que um acontecimento deve apresentar para torna-se de fato interessante de vir a ser divulgado, noticiado (Franciscato, 2005, p. 171). Critérios que devem levar em consideração o interesse social. A decisão de como essas informações devem aparecer é definida, entre outras questões, pela linha editorial do veículo. Além disso, ainda existe outro critério ligado mais ao exercício profissional, através da forma como o jornalista seleciona as matérias que chamaremos de relevância jornalística. A Teoria da Relevância toma como base a cognição humana da mesma forma que as pessoas dão ibope aos temas que mais interessam ou têm ligação ao ambiente que fazem parte (Niedzieluk, 2002). E pode ser entendida como:

... um juízo de valor jornalístico do fato, em função dos efeitos que pode gerar na audiência. Tal juízo resulta da aplicação de Valores-Notícia de Referência aos fatos potencialmente jornalísticos, graduada pelos esforços necessários para a busca dos efeitos pretendidos. O processo de avaliação de relevância se dá em dois estágios: 1) interno, quando os jornalistas avaliam a Relevância Primária e projetada dos fatos; 2) externo, quando a audiência avalia a relevância da notícia publicada (Guerra; Feitoza, 2020).

Guerra e Feitoza (2020) pontuam ainda que para tomar a decisão de escolha das notícias é necessário entender que valores-notícia são critérios técnicos pelos quais a relevância dos fatos é uma necessidade dos critérios organizacionais. São as condições de produção de

conteúdo de uma organização. No entendimento dos autores, a junção de valores-notícia e critérios organizacionais resultam no conceito de critérios de noticiabilidade, responsáveis por incluir ou não a história no jornal. No quesito relevância, entre os critérios podem aparecer condições “culturais, institucionais, organizacionais ou qualquer outra, que se combinam numa determinada forma, a dos valores-notícia de referência” (Guerra, 2014, p.47).

Os produtos a serem ofertados em um veículo de comunicação são compostos basicamente de notícias e reportagens. Mas o que são cada uma delas? Para Franciscato (2003), notícia passa pela linha da mudança ou mesmo continuidade de interesse coletivo, do público:

A novidade, enquanto atributo quase fundamental à notícia, opera, então, nesta tensão entre a emergência do ‘novo’ e a continuidade que dá o sentido tanto para o ‘novo’ como uma face específica do objeto quanto nos orienta para entendermos e constituirmos modos de definir o que seria algo aceito coletivamente como ‘novo’ e para podermos expressar socialmente esta novidade utilizando formas discursivas como as notícias (Franciscato, 2003, p. 181).

E apresenta mais uma definição:

A notícia é um recorte no espaço e no tempo em relação a processos sociais mais amplos, e os limites deste recorte são, em parte, estabelecidos por perspectivas diferenciadas de jornalismo operacionalizadas na forma de critérios de noticiabilidade (Franciscato, 2014, p. 87).

Reportagem seria o aprofundamento ou desenvolvimento, que faz ir além da notícia. São os desdobramentos. Porém, o que distingue uma da outra? A jornalista e pesquisadora Maria Cremilda Medina apresenta um conceito bem compreensivo:

Como estilo de texto [ressalta Nilson Lage] a reportagem compreende desde a simples articulação de uma notícia – uma expressão que situa o fato em suas relações mais óbvias com outros fatos antecedentes, conseqüentes ou correlatos – até o ensaio capaz de revelar, a partir da prática histórica, conteúdos de interesse permanente (Medina, 1990).

Para os jornalistas Gilberto Dimenstein e Ricardo Kotscho (1990), a reportagem é o ponto máximo da produção jornalística, na qual o profissional tem a oportunidade de se deparar com as grandes histórias e relatos da humanidade.

Tanto na notícia quanto na reportagem, a relevância jornalística faz parte do processo de escolhas e, segundo Guerra e Feitoza (2020), a audiência tem “expectativas do que gostaria de ver contemplado no noticiário”. Para eles, o veículo jornalístico, “no limite e de acordo com

sua capacidade de produção, dedica-se aos fatos que potencialmente capturem a atenção de sua audiência e da sociedade" (Guerra; Feitoza, 2020).

Essas expectativas são de ordem privada e de ordem pública: a primeira diz respeito aos gostos e preferências individuais, uma busca para satisfazer, por exemplo, o telespectador ao ligar a televisão para saber se a previsão do tempo será favorável a ida à praia; ou se a imprensa consegue, de alguma forma, ajudar na localização dos familiares do cidadão que está desaparecido. Já as expectativas de ordem pública dizem respeito a valores, direitos e deveres compartilhados como a sociedade, com os quais temos algum tipo de responsabilidade. Por exemplo, se a unidade de saúde do bairro está funcionando com o número ideal de médicos para atender a demanda da comunidade ou se o município está disponibilizando o programa Consultório na Rua às pessoas em situação de rua no Centro da capital de Sergipe.

A relevância jornalística precisa ser entendida como o parâmetro norteador da informação a ser seguido pelo profissional e/ou pela equipe. É onde precisam focar todos os esforços para produzir o conteúdo a ser divulgado e consumido pelo público. Relevância, como já foi definido pelos autores, trata-se da importância que o tema tem para um determinado público. No caso da nossa pesquisa, a relevância jornalística estará associada aos temas ligados à população em situação de rua: moradia, aporofobia, desemprego, subemprego, fome, preconceito, higienização, criminalização, saúde, entre outros. Se o assunto impacta na vida dessas pessoas, é jornalisticamente relevante e precisa aparecer nos veículos.

Esta relevância jornalística, com um olhar mais para a População em Situação de Rua, será fundamental para analisarmos os caminhos trilhados pelos três sites (Agência de Notícias – Prefeitura de Aracaju, Infonet e G1 Sergipe), objetos do nosso estudo, as escolhas dos termos, entrevistados e até mesmos dos assuntos tratados nas matérias.

1.5. JORNALISMO SENSÍVEL

O jornalista é em sua essência um contador de histórias, selecionando os fatos e organizando na ordem a ser projetada para a melhor compreensão do público. A maneira como coloca-se nesta narrativa, o ângulo escolhido para contar a história ou passar a informação ajudam a despertar o interesse de quem está do outro lado. Quando a narrativa é cercada de personagens, rica em relatos e detalhes, acaba deixando o produto jornalístico ainda mais “degustável”.

A jornalista Eliane Brum (2017) resume o papel social por trás do trabalho de um repórter em campo, durante a execução da coleta de dados para compor seu trabalho, ao revelar-

se à medida que a investigação se aprofunda. O olhar dele também se abre aos detalhes, deixando de lado os preconceitos inerentes à formação muito mais pessoal do que profissional. “O repórter não é, se torna. E se torna ao ousar atravessar primeiro a longa e sempre arriscada rua de si mesmo” (Brum, 2017, p.14).

No livro ‘O Olho da Rua’ a jornalista explica o quanto as experiências vividas na rua ajudaram a transformar o olhar, muitas vezes cheio de predefinições de um mundo, que não se conhece tão profundamente, mas que a humanidade do profissional muitas vezes acaba vindo à tona. E afirma que a graça de ser repórter é se entregar ao fato e ir se descobrindo junto com o aprofundamento do tema, que por si só provoca uma transformação no olhar do repórter: “ser repórter é se recriar a cada reportagem. De preferência, por parto normal” (Brum, 2017, p.36).

Cremilda Medina (2006) ensina que mais do que um talento, narrar fatos passa pela linha da necessidade vital do ser humano. É a capacidade de dar sentido ao caos em que nos encontramos. Os símbolos utilizados para contar a história ajudam na expressão individual. “Sem essa produção cultural – a narrativa – o ser humano não se expressa, não se afirmar perante a desorganização e as inviabilidades da vida” (Medina, 2006, p.67).

Ela entende que uma narrativa (reportagem) protagonizada por pessoas comuns seduz muito mais (Medina, 2003, p.42). É o que ela chama de humanização, a proximidade do fato, da realidade, identificada por muitos leitores que se deixam atrair pela conexão do tema. E nesta narração alguns pontos devem aparecer:

A humanização dos protagonistas da ação social, o contexto abrangente do acontecimento pontual, as raízes histórico-culturais da situação em foco e os diagnósticos e prognósticos dos especialistas que pesquisam o tema. (...) [Para obter] uma interpretação senão definitiva, pelo menos razoavelmente complexa (Medina, 2009, p. 225).

Ela fala sobre a “sensibilidade solidária” comum ao leitor cultural, entre eles o jornalista, que está atento aos detalhes da cena, às “digitais de uma sociedade”. Para Medina, quanto mais a narrativa é marcada pela realidade, mais próxima se manterá do original, se distanciando da forma burocrática de contar uma história. Todo agente cultural precisa fazer a intervenção com a realidade e contribuir, segundo a autora, ajuda no aperfeiçoamento da cidadania. “Sensibilidade solidária ao presente, inteligência sutil na decifração do acontecimento e criatividade literária (*lato sensu*) resultam numa ação renovadora no domínio das mentalidades” (Medina, 2008b, p.10).

A qualidade também passa pela valorização dos detalhes. O jornalista precisa caminhar com um olhar aproximado da realidade, como defende o antropólogo argentino, Nestor Canclíni

(1997), considerado um dos maiores pesquisadores da área de comunicação, precisamos da aproximação para enxergar os detalhes existentes nas abordagens diárias, pois na visão de longe nem sempre é possível percebê-los. E pontua as relações simultâneas que acontecem em um mesmo espaço, com seu vasto repertório, as diversas histórias, nem sempre vistas. “Para ser um bom leitor da vida urbana, há que se desdobrar ao ritmo e gozar das visões efêmeras” (Canclíni, 1997, p.137).

Os meios de comunicação devem oportunizar essa possibilidade de mostrar e exibir essas diferenças, dando conhecimento às identidades dessas pessoas em situação de rua. Esse perceber aproximado da realidade repercutirá em mais qualidade. Nesta abordagem, o desenvolvimento do ser humano deve aparecer como norteador da construção textual ou mesmo visual. Na nossa avaliação, deve apresentar uma narrativa na qual deve ser priorizado um relato produzido com contexto, com vidas, com busca de múltiplas vozes e olhares. Ou seja, quando o jornalismo atende ao seu compromisso social: busca os fatos relevantes e relata-os como histórias ricas em informações”. Neste caso, este tipo de produção, também chamado de Narrativa Humanizada, deve conter “impressões, detalhes, sensações, emoções – com o intuito de subsidiar seu público para a formação de um conceito, uma posição sobre o assunto” (Rozendo; Montipó, 2012).

As histórias ricas em detalhes, sentimentos e emoções também são defendidas por Jorge Ijuim (2011) no que ele também chama de Jornalismo Humanizado:

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. Em seu trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto de conhecimento, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas (Ijuim, 2011, p. 17).

Este tipo de produção é composto por relatos que aproximam personagens (entrevistados) dos receptores da notícia (telespectadores, leitores...). As miudezas, pontuadas por Soares (2017), ajudam no reconhecimento de nossa humanidade.

Narrativas pessoais não estão "prontas"; são trabalhos minuciosos de composição: é preciso escolher o ângulo, as palavras, os melhores enredos, o ritmo mais adequado pra que de fato ela seja capaz de se conectar com o outro. Se a arte pressupõe que exista um trabalho de transformação, humanizador e crítico, não consigo encontrar uma justificativa que me diga que essas narrativas não possam ser chamadas como tal. [como literatura]. Porém, amo mais ainda dizer que não faz diferença que isso seja ou

não chamado de arte ou literatura, pois o que importa é o quanto entrar em contato com esse tipo de história pode ser transformador. (Soares, 2017).

O ser humano, principalmente o em situação de rua, não pode ser encarado como um simples número, uma estatística. Deve ser visto como cidadão com uma história capaz de contribuir para a sociedade, sem descartá-lo. Este tipo de atitude “afeta tanto os seres humanos excluídos como as coisas que se convertem em lixo” (Francisco, 2015, p.20).

Dom Fernando Arêas Rifan escreveu sobre a cultura do descarte praticada com muita frequência com as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Sim, o discurso se pauta pela caridade cristã e/ou a depender da visão de cada um, mais humanizado:

O mundo atual promove, infelizmente, a cultura do descarte. E, entre os descartados, estão os pobres ou deficientes, que não produzem mais materialmente falando, os nascituros, objeto do crime do aborto, os idosos, dos quais se procura livrar e se desembaraçar, sem caridade. Cultura do egoísmo e do prazer, com sacrifício dos outros. Falta de humanidade e de caridade cristã (Rifan, 2020).

Uma cobertura humanizada, além de seguir as regras jornalísticas, pode e deve proporcionar uma reflexão sobre as pessoas em situação de rua, a importância do espaço na pauta jornalística, a relevância das fontes, do cruzamento de dados e das histórias com a legislação. Uma cobertura que não reforce estereótipos, mas que revele realidades capazes de gerar outras reflexões, tão importantes quanto a cobertura esportiva, moda, saúde e tantas outras, comuns no formato jornalístico. Consciente de uma diversidade e que dentro dela se busca atender as necessidades de cada cidadão (Werneck, 1997, p.21).

Para Mark Warschauer (2006), a inclusão social – e o jornalismo faz parte dessa engrenagem - vai mais além da questão da partilha de recursos. Não ignora o papel das classes e “reflete particularmente bem os imperativos da atual era da informação, em que questões de identidade, linguagem, participação social, comunidade e sociedade civil” tenham posição de destaque (Warschauer, 2006).

O cientista social José Carlos Libâno (2008) defende este tipo de acontecimento em duas formas: a parte e o todo. Sustenta que “a razão de ser do desenvolvimento humano é o ser humano que o gera” (Libâno, 2008) e cita três atributos básicos:

(...) desenvolvimento das pessoas, aumentando suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direitos de escolha; desenvolvimento para as pessoas, garantindo que seus resultados sejam apropriados equitativamente pela população que o gera; e desenvolvimento pelas pessoas, empoderando, isto é, alargando a parcela de poder dos indivíduos e comunidades humanas durante sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento humano do que são sujeitos e beneficiários (Libâno, 2008, p. 194).

A precarização das redações, com o enxugamento de pessoas, torna cada vez mais difícil fazer um trabalho aprofundado. É preciso compreender a necessidade de seguir as setas do processo de produção – descobertas ainda na academia – e trilhar buscando as fontes de credibilidade e relevância social, sem perder a independência diante a notícia (Traquina, 1999).

Mesmo diante deste contexto mercadológico, o trabalho jornalístico não deve ser prejudicado, principalmente no quesito da inclusão social/humanização da notícia, que consiste em criar as condições para enxergar quem está às margens e como deve ser visto. “A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades” (Sasaki, 2003, p.41).

Para isso, Wolton (2006) faz um apelo para “salvar a comunicação” que chega diariamente até nós, independente de plataforma ou ferramenta utilizada:

Pensar a incomunicação e organizar a coabitação é salvar a comunicação. É assumir as suas dificuldades ontológicas e desejar mesmo assim preservar seu valor. Pensar a incomunicação é respeitar o outro, compreender em que repousa a alteridade. Pensar a incomunicação constitui o estágio supremo da comunicação, construir a coabitação é refletir sobre as condições de um mínimo de inter-relação que respeite as diferenças (Wolton, 2006, p. 147).

Neste processo, devem ser respeitados direitos constitucionais, ética profissional, imparcialidade e, por que não, uma narrativa que retrata a emoção de quem é protagonista ou mero observador e da sua subjetividade, com a “observação dos pequenos detalhes” (Cury, 2005, p.14). No Jornalismo não é diferente, independentemente da pauta escolhida.

Dentro desse jornalismo sensível cabe fazer um trabalho de inclusão, porém, na prática diária não é comum observar este tipo de cobertura. O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) costuma denunciar os abusos, a violência e a invisibilização contra essa parcela da comunidade, também registrada nos veículos de comunicação. Para o coordenador nacional do MNPR, Vanilson Torres, “ainda há estigmas e preconceitos por parte de alguns setores da imprensa. O que se dá também pela falta de informação, de buscarem ouvir representações da PopRua e com isso trazer os dois lados da moeda” (Sá, 2020).

As políticas públicas devem ser o pontapé inicial dessa cobertura dando visibilidade aos que já são vistos na lei, mas precisam da prática, tanto quanto a teoria bem definida para ser cumprida. O papel da imprensa seria o de fiscalizar, de observar como a lei é aplicada, se de fato cumpre com a necessidade e até cobrar a criação de outras políticas públicas, de acordo com a demanda. Além disso, a imprensa/jornalista precisa assumir o papel de promover *accountability* das políticas públicas voltadas à essa população. Buscar nos documentos

governamentais, os compromissos firmados em campanhas, nos orçamentos, que precisam ser tirados da lei, por exemplo. O que não se pode é fechar os olhos e fingir que está tudo bem, quando os problemas estão sem solução, o povo sofrendo e as verbas ganhando o bolso de corruptos ou perdidas por negligência dos gestores, nem sempre atentos a prazos ou existência delas.

O cerceamento nos canais de comunicação e a divulgação de notícia “truncadas” também vão contra a cidadania e só ajudam a fechar os olhos sobre às necessidades dessas pessoas que ocupam calçadas, ruas e tentam sobreviver em meio à cegueira e à humilhação social (Costa, 2008, p.15). Para Camila Giorgetti (2007, p.13), “às atitudes cidadãs correspondem, antes de tudo, ao respeito por essas pessoas e, conseqüentemente, ao reconhecimento da sua cidadania”. É como se pouco a pouco ocorresse um desaparecimento desse cidadão, que cada vez mais vive no anonimato:

A invisibilidade também pode ser travestida através da perspectiva do anonimato; o fato desses indivíduos serem categorizados a partir do despertencimento (familiar, residencial, laboral), no qual a localização social como morador de rua acaba encobrendo aspectos da identidade individual, como o próprio nome, não os leva ao anonimato. O anônimo não é ninguém, mas qualquer um, assim, sua invisibilidade deriva de seu não (re)conhecimento (Rodrigues, 2015).

Padre Júlio Lancellotti (2021) denuncia essa invisibilidade causadora de um aborrecimento provocado por “uma sociedade adepta de uma política higienista violenta”. O padre ressalta um fato bastante comum, quando se fala em população em situação de rua, quando ele passa da invisibilidade para problema social:

A população de rua é invisibilizada em determinados momentos. Mas se quiserem entrar em shopping, se estiverem na porta da sua casa, se estiverem na porta do comércio tornam-se visíveis. Quando incomodam, são visibilizados (...). Os moradores de rua são indesejados. Não são esperados por ninguém (...). Ninguém se importa com eles, a não ser que estejam incomodando (Lancellotti, 2021, p. 56).

A imprensa tem um papel indispensável nessa discussão através do jornalismo sensível. A cobertura precisa ser a mais ampla possível ouvindo população de rua, comunidade, movimentos sociais, governos, Ministério Público, Justiça, Polícia e toda e qualquer fonte que contribua com esclarecimentos dos pontos abordados nos textos jornalísticos.

Para Nick Couldry (2009) existe uma contradição na mídia tradicional ao ser vista como janela para o mundo e sua distribuição desigual na contação das histórias (Couldry, 2009). Passa-se a impressão de que os grupos minoritários ganham voz, quando na verdade, só estão enquadrados em um modelo, um padrão de como devem se expressar. “É a continuidade do

emudecimento de muitas vozes no neoliberalismo, no qual as forças do mercado são consideradas mais importantes do que a democratização” (Campanella, 2019). É como se dissesse: você pode falar dentro desse tempo, para este público, sem exageros. Dentro de uma lógica mercadológica, o público deve ser visto pelos profissionais da imprensa como um consumidor e a ligação com ele precisa ser a prioridade (Reginato, 2019, p.75).

Bond (1959) afirmava que um “jornalismo honesto” é fundamental para a existência das expressões das minorias na imprensa, por não viver sob a influência do governo, garantindo a continuidade da aplicação dos direitos e um jornalismo sensível passa exatamente pela honestidade pontuada por Bond. O jornalismo precisa “servir ao povo, servir aos interesses do cidadão, ou os interesses daqueles que não têm quem os defenda” (Erbolato, 1986, p.186).

Entendemos que uma cobertura jornalística precisa levar em consideração os aparatos técnicos, éticos e o olhar que não se conquista nos livros ou nos bancos da faculdade, mas nas ruas, no olho a olho, ouvindo inclusive o silêncio que muitas vezes grita durante a conversa com a população em situação de rua. Este olhar pode ser treinado nas tentativas e disposição de saber ouvir, mais do que perguntar. As melhores falas vêm de uma boa “escuta”. O problema é que o jornalista é treinado para perguntar, colocar a pessoa na parede, até mesmo como se fosse um inquérito. Fala-se pouco sobre o saber ouvir.

Quem trabalha com as pessoas em situação de rua ou mesmo outros grupos minoritários precisa desprender-se dos formatos e entrar no mundo delas para entender as dores, no sofrimento vivido ao longo dos séculos, no aprisionamento - seja pela rejeição da sociedade ou pelas leis - que cerceiam direitos preferindo tratá-las como não-cidadãos.

Um jornalismo sensível não se convence com o superficial de uma história, vai ao fundo e não trata o personagem como um objeto, daqueles expostos nas vitrines de lojas. Eles aparecem com o intuito de servir de exemplo, de denúncias, provocar debates e promover a cidadania na totalidade. Não, o jornalista não é um salvador da pátria, longe disso, mas como alguém incumbido de revelar as verdades através do trabalho pode fazer um trabalho de visibilidade e trilhar uma busca pelo respeito à dignidade destas pessoas.

Este é um jornalismo que precisa desprender-se do tempo, da correria do *deadline*, necessita de uma boa disposição para contar as histórias e revelar as lutas atrás dessas pessoas (também à margem das notícias) negadas o direito de fala, direito este quase sempre exercido por quem detém o poder hegemônico na sociedade. O jornalismo sensível vem para quebrar paradigmas.

1.6. ASSESSORIA DE IMPRENSA/COMUNICAÇÃO PÚBLICA

O trabalho de um assessor de imprensa está entre as funções desenvolvidas pelo profissional do jornalismo. Enquanto setor é um organismo instalado nas empresas privadas/públicas, instituições filantrópicas, também usada como a figura de um profissional para prestar serviços (como orientações) de pessoas públicas ou com atuação neste sentido.

No Brasil, elas passaram a fazer parte da comunicação pública nos anos do governo Vargas³. Foi um processo lento, acelerado nos anos 80 do século passado, com o processo de redemocratização. Nos anos 90, as assessorias ganharam um papel mais amplo com “atividades integradas por processos e práticas que se cruzam, sobrepõem-se, articulam-se e podem ser indistintas devido a linhas de demarcatórias fluídas” que acabam englobando áreas afins como marketing e publicidade (Duarte, 2012).

As assessorias de imprensa são formadas por especialistas das áreas de Relações Públicas, Marketing, Publicidade e Propaganda, Rádio e Televisão, além da área de Jornalismo. Qualquer profissional das áreas citadas pode exercer o comando dessa organização (Chinem, 2003, p.13-14).

Duarte (2018) traz como conceito da assessoria de imprensa:

A atividade de assessoria de imprensa pode ser conceituada como a gestão do relacionamento e dos fluxos de informação entre fontes de informação e imprensa. Busca, essencialmente, atender às demandas por informações relacionadas a uma organização ou fonte em particular. O exercício desta atividade no Brasil é especializado e realizado, na maior parte das vezes, por profissionais com experiência ou curso superior em jornalismo (Duarte, 2018).

Compete à assessoria de imprensa fazer a conexão dos assessorados com os veículos de comunicação, publicar textos ou produtos jornalísticos para colaboradores das empresas e público-alvo. Esse profissional tem como meta projetar uma boa imagem do assessorando, prestar esclarecimentos de fatos e atender a demanda da imprensa. Geralmente, conhecem bem a realidade das redações ou já passaram por elas:

Trabalham nelas muitos jornalistas que já foram de revistas, televisões e jornais impressos. Eles conhecem a rotina das redações. Sabem o que interessa para cada tipo de mídia e oferecem de tudo: personagens para ilustrar as matérias, dados e especialistas para comentar se já lá que assunto for (Bistante; Bacellar, 2005, p. 49).

³ O presidente Getúlio Vargas governou o Brasil em dois momentos. Entre 1940 e 1945, depois entre 1951 e 1954. No ano de 1939 ele criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com o intuito de fazer a propaganda do governo dele (Câmara, 2015).

No meio jornalístico, o trabalho desenvolvido pelas assessorias de imprensa divide opiniões (linha de conflito) quanto ao fato de ser ou não uma atividade com a mesma credibilidade da realizada por um profissional de uma redação. Para alguns, o jornalismo precisa investigar, denunciar, estar ao lado da comunidade e cobrar do poder público, investigar envolvidos em denúncias, divulgar eventos e outras informações que precisam de esclarecimentos coletivos.

No cotiando, os dois profissionais estão sempre trocando informações. De um lado o jornalista de redação, o qual busca esclarecimentos para a apuração de um fato; do outro, o assessor de imprensa, passando informações não na mesma agilidade que a notícia e o público requerem ou, em alguns casos, blindando a personalidade ou órgão em uma tentativa de afastar/ganhar tempo para resolver o problema. Quando a pauta é positiva o tempo resposta é bem mais célere. Talvez o ponto de conflito de ser ou não uma atividade do Jornalismo.

Um conflito destacado por Duarte (2018): “Pode parecer incongruente que, tendo profissionais do mesmo ramo nas duas pontas do processo e com objetivos organicamente iguais, a busca do esclarecimento, haja um conflito de interesses” (Duarte, 2018). Porém, não podemos esquecer também da função social do assessor de imprensa, da mesma forma da vivência dos profissionais que atuam na linha de frente dos veículos/das redação.

A comunicação, muitas vezes vista como um produto, não pode ser vista pelas duas pontas como um negócio com vantagens duvidosas ou nem sempre benéficas para o consumidor de informação. O poder da informação precisa ser exercido com ética e cidadania:

Quem trabalha com comunicação sabe que informação tem uma função social, não deve ser apenas um negócio. Como toda função social, a informação não deve ficar sujeita ao arbítrio de quem a opera, porque a transformação da informação outorga poder, e toda a sociedade está vigilante e organiza-se para que esse poder seja socialmente exercido (Chinem, 2003, p. 15).

Em meio a essas declarações, Mafei (2005) ressalta que o trabalho desenvolvido nas redações e nas assessorias têm objetivos comuns e a informação é a matéria prima nos dois lados. Os assessores “trabalham para intensificar o fluxo de informações entre os meios de comunicação e a sociedade. Com isso, facilitamos o acesso dos jornalistas às fontes e auxiliamos as mesmas fontes” (Mafei, 2005, p.28).

A assessoria de imprensa pode e deve ser um meio para ajudar na mediação e compreensão dos fatos noticiados. Uma relação de conquista, respeito e verdade, caminho - a depender da circunstância - marcado por uma longa espera de observância e confiança. Este último caso, fundamental para um vínculo, mesmo que meramente profissional, no qual o

jornalista sabe exatamente a quem procurar para ajudar no esclarecimento dos fatos ou mesmo no recebimento de alguma sugestão de pauta. É aí que o assessor precisa ter a expertise de quem já passou para a redação, a pauta não deve ser de cunho publicitário, mas de relevância social:

Pois bem, para fazer contatos com os jornalistas, você precisa, primeiramente, ser perito sobre o assunto a ser divulgado. Não deve titubear na hora de sanar as dúvidas despertadas nos jornalistas logo nas ligações iniciais. Ao contrário, deve mostrar firmeza e empenho ao defender a sugestão de pauta, de nota ou convite para eventos (Mafei, 2005, p. 79).

Nesta dissertação, iremos focar o olhar para o trabalho do jornalista e sua função social, na assessoria de imprensa e em dois sites comerciais. O objetivo não é fazer um longo estudo sobre a assessoria de imprensa, mas apenas a *accountability* dela, como já foi explicado anteriormente, a contabilização das matérias e com Bardin (1997), a análise do texto, nossa maior preocupação. Faremos apenas uma breve explanação sobre assessoria e jornalismo público, uma vez que nosso objeto de estudo está inserido nessas duas linhas de atuação.

Aqui também precisamos fazer a diferença entre assessoria de imprensa e agência de publicidade, mesmo as duas envolvidas no que se chama de comunicação institucional:

A publicidade trabalha com material que visa a sua promoção, e a empresa nesse caso está pagando para constar na publicação. A assessoria trabalha com material redacional, que não é pago; ele é enviado para a mídia, que o aproveita dependendo do seu valor, o qual, por sua vez, leve em conta unicamente o interesse do leitor. Em uma redação de jornal nunca se pensa em incrementar vendas nem em impulsionar negócios dos outros. o importante é a notícia. E notícia não tem preço (Chinem, 2003).

Gomes (2009) explica a existência das “funções para a democracia, mesmo reduzida à democracia eleitoral, que só um jornalismo comprometido com a ideia de interesse público é capaz de cumprir”. Para ele, isso permite uma discussão política através de uma comunicação “fora do controle dos interesses do campo político, portanto, aparentemente mais confiável e mais respeitoso do interesse civil, do interesse público” (Gomes, 2009, p.78).

O jornalismo é um espaço para a discussão de temas pertinentes à sociedade, no qual as opiniões e ideias dos grupos podem e devem circular, com liberdade. É o canal pelo qual população e governantes podem ser conectados (Mcquail, 2013), ganhando maior alcance e poder de visibilidade, exigindo maior comprometimento das autoridades que, nesta prestação de serviço envolvendo direitos interrompidos, de alguma forma, acelera o processo de dar mais atenção à sociedade. O jornalismo entra como um facilitador da democracia.

Jorge Duarte (2007) define Comunicação Pública como aquela que “vai além do Estado e seus órgãos institucionais, administrativos, e inclui toda comunicação que busca alcançar uma pessoa na sua perspectiva de cidadão” (Duarte, 2007). E aponta alguns critérios:

(...) a atuação em Comunicação Pública (CP) exige: a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; b) centralizar o processo no cidadão c) tratar comunicação como um processo mais amplo do que informação; d) definição prévia do efeito pretendido – informar ou interlocução; e) adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos; f) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo uno (Duarte, 2009).

Duarte (2009) também apresenta um perfil da Comunicação Pública (CP) estabelecendo um conjunto de interesses relacionados a este tipo de comunicação em sete categorias:

a. institucionais: referentes ao papel, políticas, responsabilidades e funcionamento das organizações. Em geral são ligadas à projeção de imagem e consolidação da identidade. b. de gestão: relativas ao processo decisório e de ação dos agentes que atuam em temas de interesse público. Incluem discursos, relato de intenções, motivações, prioridades e objetivos dos agentes. c. de utilidade pública: sobre temas relacionados ao dia-a-dia das pessoas, geralmente serviços e orientações. Buscam informar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou setores específicos dela para temas de seu interesse. Informações legais, horários de eventos, campanhas de vacinação, sinalização, causas sociais, sobre dados, direitos, produtos e serviços à disposição e seu uso são exemplos típicos. d. de interesse privado: as que dizem respeito exclusivamente ao cidadão, empresa ou instituição. Exemplos: dados de imposto de renda, cadastros bancários; e. mercadológicos: referem-se a produtos e serviços que participam de concorrência no mercado; e f. de prestação de contas: dizem respeito à explicação sobre decisões políticas e de uso de recursos públicos, viabilizando o conhecimento, avaliação e a fiscalização. g. dados públicos: aqueles de controle do Estado e que dizem respeito ao conjunto da sociedade e a seu funcionamento. Exemplos: estatísticas, jurisprudência, documentos históricos, legislação e normas (Duarte, 2009).

Os órgãos governamentais precisam e devem manter uma comunicação com o cidadão e para isso, precisam criar os mecanismos de acesso às informações e conteúdo de interesse social. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, apresentou a internet como sendo o meio mais usado para interagir com as pessoas: 89% internet, os jornais apareceram com apenas 7% (Medeiros; Chirnev, 2021, p.12).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua apresenta, em 2019, o número da exclusão digital: 40 milhões de pessoas sem acesso, apesar do aumento de 82,7%, no comparativo com 2018 quando 12,6 milhões de domicílios não tinham acesso à rede mundial de computadores. Cerca de 32% não tinham interesse em usar, 26% consideravam o serviço caro e 25% não sabiam ou não tinham alguém para ajudar a usar a internet (Medeiros; Chirnev, 2021, p.37).

Mesmo sendo a internet o meio de comunicação mais usado pelas prefeituras, muita gente encontra-se fora dela, podemos inserir neste grupo a população em situação de rua. Daí ocorrer com frequência uma comunicação que fala deste grupo e não com ele. Talvez fosse necessário criar canais específicos (jornais, por exemplo) para serem distribuídos com essas pessoas, a fim de tomarem conhecimento das informações e serviços ofertados. Muitas vezes só descobrem quando têm o acesso às ações durante o atendimento dos profissionais, como do Consultório na Rua, sem um prévio anúncio ou comunicação direta.

A comunicação pública tem como ponto de chegada e partida o cidadão e envolve temas de interesse coletivo, de todos os membros da sociedade, sem tirar nenhum deles. Foi pensando nesta comunicação mais inclusiva que o Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, Cidadania e Informação lançou o Guia de Comunicação Pública (ABCPUBLICA, 2021) com os 12 princípios para garantir à população o acesso às ferramentas (envolvendo Estado, Governo e Sociedade) com uma comunicação transparente, interativa e próxima serviços a ela destinados:

Garantir o acesso amplo à informação; Fomentar o diálogo; Estimular a participação; Promover os direitos e a democracia; Combater a desinformação; Ouvir a sociedade; Focar no cidadão; Ser inclusiva e plural; Tratar a comunicação como política de Estado; Garantir a impessoalidade; Pautar-se pela ética; e Atuar com eficácia (Medeiros; Chirnev, 2021, p.10).

Marcel José Cheida (2003) ressalta a obrigatoriedade de os meios de comunicação governamentais serem obrigados a publicar “os planos, as decisões políticas e os atos administrativos, sob pena de descumprirem um dos princípios vitais da democracia: a publicidade” (Cheida, 2003). E afirma que se não há planejamento ou planos estratégicos, aumentam as chances de um resultado negativo dessa comunicação. Neste quesito, a assessoria de imprensa deve chegar com a contribuição de fazer uma comunicação mais eficiente, levando sempre em consideração que o cidadão deve receber a informação de maneira imparcial.

Independentemente do lado que o jornalista esteja, seja na linha de frente de um veículo comercial ou assessoria de imprensa, não deve deixar de se guiar pela lei. Em 1953, quando o Brasil era comandado pelo presidente da República Getúlio Vargas, foi sancionada a Lei Nº 2.083 de 12 de novembro. O documento regulamenta a Liberdade de Imprensa com a livre circulação de jornais e/ou outros produtos semelhantes, desde que tenha um responsável e não atentem contra a moral e os bons costumes. Trata dos abusos do exercício e as possíveis penalidades, direito de resposta, questões legais e outras responsabilidades do profissional e do veículo de comunicação (Planalto, 1953).

Esta mesma legislação, em seu capítulo I, Artigo 4º, estabelece que a sociedade à frente dos veículos de comunicação precisa “obedecer aos preceitos da lei sobre as sociedades comerciais, executadas as fundações, como tais conceituadas nas leis civis” (Planalto, 1953). Devendo ainda respeitar os detalhes da lei e da Constituição.

Seguindo essas recomendações, está em vigor desde 1987 o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros no qual estão as normas profissionais a serem seguidas, seja por quem está em uma redação ou nas ruas. O texto foi reformulado em 2007 e atualmente possui cinco capítulos com 19 artigos (FENAJ 2014):

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão porque: I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente de sua natureza jurídica - se pública, estatal ou privada - e da linha política de seus proprietários e/ou diretores. II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público; III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão; IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não governamentais, é uma obrigação social. V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante (FENAJ, 2014).

Entendemos que o profissional da assessoria de imprensa ou veículo de comunicação pública precisa observar se está executado o propósito estabelecido pelas leis norteadoras da atividade profissional; assim como se executa a “missão” de difundir/dar publicidade às ações do planejamento estratégico - elaborado pela administração municipal. O papel de quem está neste tipo de mídia é prestar contas à sociedade, fazer a *accountability*.

Para isso, em alguns momentos irá interagir com os profissionais que estão em outras mídia e precisam receber esclarecimentos, aprofundamentos, sobre fatos e ações; assim como manter uma constante alimentação dos canais de comunicação da administração pública e dos veículos públicos produzindo informações. A informação precisa ser clara e completa, possibilitando a geração de outros conteúdos de cunho jornalístico, inclusive com questionamentos da sociedade e da imprensa.

2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

2.1. REVISÃO DE LITERATURA: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA IMPRENSA

A pesquisa tem verificado pouca notoriedade da população em situação de rua nas produções jornalísticas. Nelas, percebe-se a preferência em falar sobre a população e não com a população. E aí vem o questionamento: Como alguém que nunca passou fome pode descrever o que é procurar na lata de lixo algo para comer? O máximo a fazer é usar da imaginação para descrever tal sentimento/experiência.

A invisibilidade vista nas ruas também pode ser percebida nos registros acadêmicos na área de comunicação social. Durante o desenvolvimento do nosso trabalho de pesquisa, especificamente na revisão de literatura chegamos a esta constatação: o assunto População em Situação de Rua na Imprensa e/ou assessoria de imprensa é tema pouco discutido, aprofundado e chega a ter o silenciamento similar ao observado nas ruas.

As buscas foram realizadas em páginas especializadas de trabalhos acadêmicos: Google Acadêmico, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) e Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Foram localizados 10 textos (artigos, dissertações, teses...) sobre a temática Imprensa/Comunicação População em Situação de Rua. Também localizamos outros temas conectados com a pesquisa: Função do Jornalismo, Qualidade do Jornalismo e Valor-Notícia. Não localizamos trabalhos que abordavam a PSR nas assessorias de imprensa, sendo o nosso, o primeiro a trazer o tema associado à qualidade jornalística.

Os textos - sobre a População em Situação de Rua - trazem discussões importantes para repensar o papel da comunicação e a atuação dos jornalistas frente a temática. Um assunto visto no dia-a-dia da sociedade, a caminho do trabalho, do lazer e até mesmo na porta das nossas casas. Uma comunicação mais inclusiva, plural, é a saída para um trabalho comprometido com o social defendido com a nossa Constituição.

O artigo apresentado por Mônica Celestino, “Alvorecer da imprensa de rua e sobre a rua no Brasil” (Celestino, 2008), apresenta um estudo sobre a experiência pioneira com 1.200 pessoas em situação de rua na cidade de Salvador (BA). Aborda a participação direta da produção e comercialização do jornal “Aurora de Rua”, além do trabalho de reinserção social

e estímulo do debate sobre o tema por meio da imprensa de rua, como é chamada na Europa. Na mesma linhagem, vem o trabalho da Suzana da Silva Rozendo no artigo “Comunicação e Minorias: algumas questões a serem consideradas” (Rozendo, 2012), com um levantamento bibliográfico na tentativa de resgatar o conceito de comunicação e minorias, além de defender a participação dessa camada no envolvimento da produção jornalística, pautando e atuando como produtores de conteúdo. O trabalho cita como exemplo a Revista Ocas. Nos dois casos, tenta-se mostrar a necessidade da comunicação participativa, não só ouvindo, mas dando voz e ação a quem está em situação de rua, corroborando com o nosso pensamento sobre o protagonismo desta comunidade.

Cabral (2012), em “Imprensa Alternativa, População de Rua e a Visibilidade dos ‘Invisíveis’: considerações sobre os *street papers* e o jornal O Trecheiro”, aborda o surgimento das publicações que dão voz às populações consideradas às margens da sociedade e da imprensa. A busca é por observar o local de fala dessas pessoas e as estratégias utilizadas para dar a visibilidade a problemática vivida no cotidiano das ruas. Perspectiva que dialoga com a nossa pesquisa.

No 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo SBPJor da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo foi apresentado o artigo “Jornalismo e Direitos Humanos: Mulheres em situação de rua no Rio de Janeiro” (Ijuim; Koshiyama; Bortoli, 2019), os autores mantêm a mesma preocupação dos estudos anteriores, voltando o olhar à forma como as mulheres são apresentadas pela mídia nas matérias retiradas de uma amostra dos jornais O Globo e Extra, na versão online, entre 2008 e 2016. O texto discute a tríade: Direitos Humanos, Cidadania e Igualdade e diferença. Ele se aproxima da abordagem da nossa dissertação ao falar sobre a forma como a administração pública ignora essas pessoas e, por consequência, questiona o mesmo comportamento dado pelos meios de comunicação. “Se invisíveis e não-existentes, como é o caso da população em situação de rua, lhes são negados não só seu direito de existir, como seus direitos de cidadãos” (Ijuim; Koshiyama; Bortoli, 2019). O trio de pesquisadores publicou o mesmo artigo na Revista Interamericana de Comunicação Midiática, em 2019.

Outros três trabalhos seguem a linha de Análise de Conteúdo em veículos de imprensa comercial, trazendo um levantamento de matérias e o lugar de fala dessas pessoas. O modo de fazer, o compromisso desses veículos e a ética profissional está no alvo dos estudos. O primeiro deles “Pessoas em Situação de Rua pelo olhar da imprensa” (Santo; Gonçalves; Arouca; Teixeira; Seixas; Porto, 2022) ressalta a construção social através das matérias publicadas nos veículos, que pressiona as pautas governamentais e, conseqüentemente, o fomento de políticas

públicas. A pesquisa documental qualitativa, pautada nos Padrões de Manipulação da Grande Imprensa (Abramo, 2016), fez uma coleta de dados na internet com termos como “moradores de rua”, “mendigos” e “População em Situação de Rua” submetido à Análise de Conteúdo de Bardin, identificando um discurso homogeneizador vinculando as pessoas em situação de rua ao uso de “substâncias psicoativas, de modo estigmatizante, reforçando a exclusão social” (Abramo, 2016).

O outro artigo é “Papel (ão) da Imprensa - Uma análise sobre a representação do morador de rua no jornalismo” (Mota; Silveira, 2015), o qual denuncia os abusos da imprensa e da sociedade que rotula de “preguiçosos, sujos e perigosos”. A partir dessa rejeição/julgamentos, o poder midiático (criador de mocinhos e bandidos) faz um questionamento: “Como a mídia representa o morador de rua?”. Foram selecionadas sete matérias do Jornal Comércio de Franca, para tentar compreender a linguagem ao se referir “aos moradores em situação de rua, levando em consideração as influências midiáticas e as opiniões formadas que chegam ao público já definidas” (Mota; Silveira, 2015). O trabalho contribui para a nova linha de pensamento do papel do jornalismo, buscando a democratização das informações.

O terceiro artigo, “Morador de Rua: da questão social para a questão midiática” (Almeida, 2015), faz a Análise do Discurso (A.D.) de Patrick Charaudeau (2009), para observar o olhar da imprensa em relação a essa população, através de matérias do Diário Online. Mostra a imprensa como defensora da sociedade e, por outro lado, detentora um poder, muitas vezes abusivo. O resultado semântico do tratamento dado a essas pessoas nas matérias é cheio de estereótipos e preconceitos sociais: “bêbado, criminoso, sub-humano, doente mental, sujo e drogado” (Charaudeau, 2009).

O papel ético e ao mesmo tempo sensível do jornalista para as causas sociais, capaz de destruir padrões e trilhar pela lógica de que “nenhuma reportagem é mais importante que uma pessoa” (Brum, 2008, p.129), é a discussão apresentada no artigo “Livro de repórter: a construção do olhar sensível do jornalista sobre o outro a partir da crítica das práticas” (Fucks; Koelzer, 2017). Uma reflexão sobre as práticas jornalísticas através dos conceitos de livro de repórter, repórter-autor e do livro ‘O Olho da rua’, concluindo que o profissional deve ficar atento para não negligenciar as fontes, ao mesmo tempo destacando a necessidade do olhar sensível diante do cidadão, revelando a história através das impressões desse profissional. Ética e sensibilidade devem andar lado a lado.

Dentro da literatura pesquisada e levantada neste estudo inicial, entendemos que o aprofundamento do tema População em Situação de Rua x Imprensa ainda tem muito a

contribuir para a discussão das responsabilidades acerca da qualidade do material jornalístico entregue diariamente pelos veículos de imprensa, em especial, no nosso caso, dos veículos ligados à administração pública, os quais necessitam cumprir com a *accountability* ao tratar de assuntos de tamanha relevância. O objetivo é tratar, não apenas da forma qualitativa, mas contribuir com o respeito aos direitos legalmente previstos na Constituição Federal, outras leis, decretos e portarias fazendo uma comunicação de fato cidadã.

Para tanto, usaremos os caminhos metodológicos: Análise de Conteúdo e o Guia da Agenda Jornalística na tentativa de entender como o nosso problema é visualizado nos três veículos escolhidos, através das produções jornalísticas referentes à População em Situação de Rua.

2. 2. A CONCEPÇÃO DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao longo da nossa história é possível observar a luta pela sobrevivência da População em Situação de Rua nos espaços públicos dos grandes centros do Brasil sofrendo a repressão social e subjugada pelas práticas delituosas. Nos anos 1970, a população só aumentou e era vista em viadutos e outros espaços “ocupados por famílias que sobrevivem trabalhando em atividades precárias, à formação de favela (...) O uso do termo favela pode ser recorrente em virtude da precariedade de moradia”. Nestas habitações populares era possível observar uma “estrutura de uma casa, com cama, colchões e sofás protegidos pelo teto do viaduto” (Rosa, 2005, p.52).

O Jornal da Tarde, de 31 de maio de 1978, traz relatos que mostram a situação de precariedade na qual as famílias estavam mergulhadas:

“É uma casa que não é casa, mas tem uma varanda onde Dona Maria da Conceição observa o trânsito da marginal de Pinheiros [...]. Uma favela das redondezas cresceu tanto, que passou por debaixo dessa ponte” (Jornal da Tarde, 31/5/1978). A notícia ainda destaca a história de D. Margarida, uma senhora mineira de 63 anos. Eu não tenho emprego fixo, trabalho como empregada doméstica. Mas você sabe como é, de um dia para o outro os patrões mandam a gente embora e nós não temos para onde ir. Antes de vir morar aqui eu estava lavando roupas em São Miguel”, diz D. Margarida (Rosa, 2005, p. 52)

Em 1989 a cidade de São Paulo apresentava cerca de 100 mil pessoas vivendo em situação de rua. Cinco anos antes o número era bem menor, 30 mil (Rosa, 2005, p. 69). Nos séculos XX e XXI o crescimento da pobreza nas cidades foi capaz de aumentar as diferenças

sociais a ponto de aguçar “as distinções da miséria, os predicados resistentes na situação de rua e, por isso, tal figura se distingue moralmente dos pobres em geral” (Rodrigues; Fernandes, 2020, p.23).

Mais recentemente essa população sofreu um aumento no Brasil e no mundo, agravado pela crise sanitária da Covid-19, afetando a economia dos países e dessas famílias que passaram a viver em extrema vulnerabilidade, levando essas pessoas às ruas. No ano de 2017 eram 174.766 pessoas em situação de rua no país, já em 2020 o número subiu para 213.371, segundo o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a população em situação de rua da Universidade Federal de Minas Gerais. O levantamento levou em consideração informações do Cadastro Único (CadÚnico), do Ministério da Cidadania (Aquino, 2023, p.8). Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA são ainda mais assustadores: 281.472 pessoas vivendo nestas condições.

Na capital de Sergipe, o levantamento da Secretaria de Assistência Social e da Família de Aracaju aponta cerca de 330 pessoas vivem nestas condições, principalmente na região central da cidade, onde pelo dia há um comércio intenso e à noite, ganha o vazio. A Pastoral do Povo da Rua diz que é bem maior, 800 pessoas nestas condições. Elas trabalham com reciclagem, coleta de material descartável e fazem as refeições - geralmente fruto de doações de grupos - e tentam descansar nas “camas de cimento” (G1 Sergipe, 2023).

A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta o fenômeno da população em situação de rua como uma crise global dos direitos humanos (Miyata, 2023). É necessário entender que o “termo ‘situação de rua’ não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social” (ONU, 2015, p.2) que tem direitos. O tema está entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, entre eles o de erradicar a situação de rua no mundo (ONU, 2018).

A falta da aplicação correta das políticas públicas, por parte do Estado, com seu olhar generalista, não se aplica a heterogeneidade (CNJ, 2021) deste grupo populacional, “ignorando a complexidade do fenômeno em tela e a pluralidade de problemas dos vários grupos que compõem a população em situação de rua”. A “vulnerabilidade e desigualdades” acabam interferindo na cidadania e no acesso às garantias de direitos (Miyata, 2023, p.12).

Para avançarmos precisamos compreender uma palavra muito usada no quesito garantia de direitos: cidadania. Gilberto Dimenstein a define como “a garantia por lei de viver dignamente. É o direito de expressar as próprias ideias; (...) de processar um médico ou hospital por negligência” (Dimenstein, 2002, p.13). E lembra o quanto alguns direitos demoraram para acontecer, a exemplo do voto feminino apenas em 1932 e no caso dos analfabetos em 1988,

com a Constituição Federal (Dimenstein, 2002 p.14). Para o pesquisador, a ausência dessa cidadania acontece:

... quando uma sociedade gera uma criança de rua. Ela é o sintoma mais agudo da crise social. Os pais são pobres e não conseguem garantir a educação dos filhos, que muitas vezes são obrigados a trabalhar desde criança. Por isso, esses filhos, quando crescem, vão continuar pobres, já que sem formação educacional é difícil arrumar bons empregos. E os filhos de seus filhos também não terão condições de progredir (Dimenstein, 2002 p. 10).

Para que haja cidadania, o Estado precisa assegurar os “direitos civis, econômicos, sociais e políticos”. Por outro lado, os cidadãos precisam cumprir os deveres para a boa convivência entre os povos (Aquino, 2023, p.29). Na cidadania, os direitos fundamentais são respeitados, mas basta a ausência do Estado, em um dos aportes, para entender que “o indivíduo não está exercendo uma cidadania plena e nem a participação nas decisões que afetam a vida em sociedade” (Aquino, 2023, p.32).

Atualmente são observadas inúmeras agressões à democracia, a exemplo da gentrificação, que é o processo pelo qual as pessoas em situação de rua são expulsas/retiradas de áreas periféricas e nestes locais são feitos investimentos em área nobres (Miyata, 2023, p.3), e esta cidadania é composta por três elementos: o pertencimento, exercício político da cidadania e, por último, os direitos e os deveres do cidadão (Costa, Lanni, 2018). “A combinação desses elementos forma três grupos de cidadãos: cidadão pleno, cidadão politicamente passivo e cidadão isolado (Miyata, 2023, p.20), no último tipo estão as pessoas em situação de rua.

As políticas públicas para esta comunidade devem ser reforçadas, ampliadas e aplicadas para o pleno exercício da cidadania:

É preciso avançar para que essa população tenha o status de cidadão com reconhecimento de seus direitos. Apesar da importância da garantia do direito à saúde, cabe frisar que este é insuficiente para o alcance da cidadania plena ou até mesmo do cidadão politicamente passivo. Para tal, é essencial ampliar as políticas intersetoriais que garantem acesso aos diversos direitos dessa população. (Costa; Lucena, 2022, p.80).

Miyata (2023, p.22) afirma que as PSR não devem ser tratadas com apenas caridade como se fosse “um fracasso pessoal”, mas a vulnerabilidade delas é também o fracasso do Estado em não efetivar as políticas públicas. Trocar a cidadania dessas pessoas pelo tratamento através de estigmas é altamente nocivo. É como se ofertasse um tratamento de “não-cidadão”, como “vagabundo” ou ainda “mendigo”. Para Goffman (1988), a teoria do estigma é construída para inferiorizar a pessoa, criminalizando o estilo de vida e o perigo que representa para a sociedade “racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais

como as de classe social” (Goffman, 1988, p.15). Tratamentos como os citados acima, levam a fazer da invisibilidade social um “verdadeiro estigma humano que deflagra as lutas por reconhecimento” (Miyata, 2023, p.33).

Para falarmos especificamente sobre população em situação de rua, precisamos entender e definir quem são essas pessoas e os motivos desta condição de vida. Afinal, “não brotam do chão como árvores em um parque ou plantas em um jardim. Por trás de cada um deles (...) há (...) uma história”, mas que quase sempre são vistos como “não-cidadão” (Giorgetti, 2007, p.5). Geralmente ganham adjetivos capazes de reforçar estereótipos e as diferenças com a condição dos demais habitantes, vistos como: “mendigos, indigentes, desocupados, vagabundos e uma série de outras qualificações, das quais a cidadania fica completamente descartada” (Giorgetti, 2007, p.5).

O Decreto Nº 7.053 de 2009 assim define como população em situação de rua:

o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Planalto, 2009).

Aquino e Silveira (2023) afirmam que existem três condições básicas para caracterizar uma pessoa vivendo em situação de rua: “pobreza extrema”, “vínculos familiares rompidos ou fragilizados” e “inexistência de moradia convencional” (Aquino; Silveira, 2023).

A pesquisadora Izabel Christina Basílio da Silva Aquino (2023), em sua dissertação “População em Situação de Rua: Direitos a se ter Direitos - Educação sociopolítica como processo de ressignificação, pertencimento e inclusão social”, apresentada na Universidade Federal Rural de Pernambuco, explica que quando alguém passa a viver na condição de rua outros direitos já foram violados, como direitos da saúde, da educação, da alimentação digna, dentre outros. Ela também pontua o fato de uma parcela da sociedade não compreender os motivos responsáveis por viverem dessa forma e atribuem “culpas, censura, repreensões e até punições por estarem nestas condições” (Aquino, 2023, p.20). Esta parcela da população carrega o “anonimato, abandono, invisibilidade, além das marcas do preconceito, da criminalização e do desprezo” (Aquino, 2023, p.17).

Para algumas pessoas, no mundo onde a cidadania não é respeitada há apenas deveres a serem cumpridos e poucos ou nenhum direito:

A população em situação de rua sobrevive em um contexto urbano carente de um desenvolvimento efetivo e digno. Algumas vezes estão escondidos entre matos e lixos,

em buracos de viadutos, edificações abandonadas, espaços públicos ora vazios, ora urbanizados (Aquino, 2023, p. 22).

Ela completa o pensamento discorrendo que nestes espaços encontram as brechas para a existência, resistência, reexistência e constantemente luta pela sobrevivência. Estão mergulhadas em um estigma negativo, culpabilizadas pelo senso comum, também dos agentes públicos - estes deveriam fazer a ponte com os equipamentos sociais para a reabilitação da vida em sociedade, mas muitas vezes promovem a responsabilização por viverem em condições precárias, a margem social (Aquino, 2023, p.22).

A vida dessas pessoas é reproduzida como descartáveis em uma sociedade onde as relações de produção e de consumo, dentro do sistema capitalista, visualiza como seres supostamente improdutivos e que provocam mudanças nos paradigmas de mundo e de sociedade (Aquino, 2023, p.24).

Izabel Christina também aponta que a construção de uma nova perspectiva para elas é o conhecimento da trajetória de vida com a ressignificação dos caminhos trilhados. Fala sobre os “olhares atentos à vida humana”, capazes de ajudar neste processo. Em Pernambuco, de 2011 a 2016, o Fórum Metropolitano da População em Situação de Rua foi este espaço de ressignificação, assim como o Coletivo Maria Lúcia - do Movimento Nacional da População de Rua - lutam “num processo constante de questionar as estruturas de interpretação e delimitação das vidas nas ruas, buscando alternativas junto às esferas governamentais” (Aquino, 2023, p.26).

O fenômeno da População em Situação de Rua, apesar de ser visto no mundo contemporâneo com tanta clareza em qualquer esquina as grandes cidades, não é secular, mas foi agravado com as crises sociais, econômicas e da governança das políticas públicas. É um processo histórico, do início da nossa colonização, com o abandono de crianças nas ruas por volta dos anos 1550 (Leite, 2009). Naquela época, essas crianças recebiam nome como “desvalidas”, que significava “desprotegido”, “sem valor”. Essas crianças eram órfãs, tinham origem portuguesa e chegaram ao Brasil com o objetivo de facilitar a comunicação com os povos primitivos. Este teria sido um pedido do padre José de Anchieta para facilitar o acesso e a evangelização/conversão ao catolicismo. A investida não teria dado muito certo (Leite, 2009, p.11). “Esses jovens vindos de Portugal, ao fugirem com as índias, tornaram-se os primeiros meninos de rua da nossa história”, no ano de 1738 “a imprensa noticiava o aumento significativo do número de crianças abandonadas pelas ruas (Leite, 2009, p.12).

No período do Brasil Colônia, no início da povoação em nossas terras, os indígenas, os negros, as mulheres e até os trabalhadores eram vistos pelo olhar da política higienista. Eram

“condenados por sua falta de educação e bons modos, constituindo a parcela da população que deveria ser civilizada” e isso fazia deles classes perigosas, como as classes operárias que “representavam um risco para a saúde pública” (Giorgetti, 2007, p.20).

Giorgetti (2007) ressalta que no quesito desigualdade social, no Brasil, raça e classe social são fatores que estão diretamente ligados à população em situação de rua, não só eles, mas colaboram e muito para a política de limpar as praças das nossas cidades, como forma de excluir essas pessoas, mesmo sendo necessárias ao processo do desenvolvimento econômico-social. Os pobres eram vistos como um perigo à saúde, capazes de difundir o contágio, como se fosse uma doença. Além do mais, poderiam trazer problemas na “organização do trabalho e a manutenção da ordem pública” (Challoub, 1990).

A Legislação Brasileira ajuda-nos a entender melhor esse processo visto desde a colonização e mantido ao longo dos séculos. Por exemplo, a “integração dos negros à sociedade assalariada após a abolição da escravatura”. A elite branca era vista como a organizadora da sociedade. Assim passamos a entender melhor como esse olhar discriminatório ganhou força em nosso território e ainda hoje se mantém tão presente em nossa sociedade (Giorgetti, 2007, p.20-21).

O Código Criminal de 1830 dedica o artigo 295, no Capítulo IV, à criminalização aos que vagam nos espaços públicos. Crime tipificado como vadiagem prevendo a “prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias” no caso de “não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta e útil de que possa subsistir, depois de advertida pelo juiz de paz, não tendo renda suficiente”. No Artigo 296 aparece o termo mendicância com pena de “prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mez” (Planalto, 1830).

Essa criminalização no Brasil Republicano será mantida nas Constituições de 1888 e 1891. A última, estabelecia que os mendigos não tinham direito a alistar-se como eleitor para escolha dos representantes no país e nas províncias. Esse cerceamento da cidadania permaneceu nas Constituições de 1934, 1937 e 1946 (Brasil, 1934; Brasil1937; Brasil, 1946; Brasil, 1888; Brasil, 1891).

No ano de 1940, o Sistema Penal retirou termos como mendicância e vadiagem do Código Penal e, contraditoriamente, foram mantidos como prática delituosa na Lei de Contravenções Penais - Decreto Lei Nº 3.688/1941 (Brasil, 1941).

O Artigo 59 apontava como vadiagem o ato de "entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. Características de uma camada da população em situação de vulnerabilidade social.

Neste caso, a pena era de 15 dias a três meses de prisão (Brasil,1941). Situações contrárias até mesmo à redação da Constituição Federal de 1988, que por sua vez buscou a preservação da cidadania - não cita a População em Situação de Rua, mas deixa nas entrelinhas - o compromisso de “erradicar a pobreza e a marginalização”, além de “reduzir as desigualdades sociais e regionais” (Brasil, 1988).

No Capítulo II – Direitos Sociais, nossa última Constituição assegura direitos à saúde, moradia, proteção à maternidade e à infância. Entre as emendas, a de número 144 de 2021, trouxe mais um importante direito para o exercício da cidadania no qual todo brasileiro que estiver vivendo em situação de vulnerabilidade social “terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária” (Brasil, 1988).

O texto da Lei Magna prevê ainda a necessidade de exterminar qualquer tipo de submissão ao tratamento desumano e degradante, sem esquecer da liberdade – sem qualquer censura - ao acesso à informação, além da livre escolha de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação, onde podemos incluir o trabalho jornalístico, assim como o da recepção do que se é produzido.

A Constituição de 1988 chegou para finalizar um período da Ditadura Militar e iniciar o processo de consolidação da Democracia no Brasil. Entre as conquistas da Nova Constituição, o voto para todos os brasileiros a partir dos 16 anos, independentemente de classe social, etnia ou credo religioso – antes era 18 anos. Foi aprovada uma renda mensal vitalícia para idosos e deficientes; e outros direitos nas áreas trabalhistas (Exame, 2013).

Neste conjunto de leis importantes, também destacamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, quando foi aprovada pela Organização das Nações Unidas - ONU (Dimenstein, 2002, p.14), é um importante mecanismo de luta e de conquistas da sociedade, o começo de um novo olhar, que acabou refletindo em diversas matérias legais.

2. 3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM VIGOR NO BRASIL

Logo após a promulgação da Constituição Brasileira, em 1988, o país continuou avançando nas políticas públicas voltadas às classes menos favorecidas, aos pobres, e no ano de 1993, com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Nº 8.742 (Planalto, 1993), estabeleceu o fundamento da universalidade, protegendo essas pessoas imersas na situação de vulnerabilidade social. Ela tem o propósito de fazer a defesa do pleno acesso ao

conjunto de provisões socioassistenciais e o enfrentamento da pobreza com ações ofertadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado Assistência Social (CREAS). Um caminho trilhado sempre na busca da igualdade de direitos e a autonomia dessas pessoas.

No quesito proteção social especial, a lei busca “contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos” (Planalto, 1993). Mas somente no ano de 2005, a LOAS ganhou a “responsabilidade de que essa área crie programas de amparo às pessoas em situação de rua” (Federal, 2011).

A Portaria 336 de 19 de fevereiro de 2002, do Ministério da Saúde, é a responsável pela implementação do Centro de Atenção Psicossocial (Saúde, 2002), que se somará a outros equipamentos sociais para ofertar serviços da Saúde Mental, inclusive a população em situação de rua.

Foi também neste ano que, segundo a Cartilha do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), começou um novo tempo para as políticas públicas da PSR no Brasil, com a somação de esforços de militantes, gestado em ações como o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, reunindo representação do Governo, Sociedade Civil, PSR, e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (MNPR, 2010).

De acordo com informações da cartilha, no ano de 2006, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) reunindo "representantes de seis ministérios, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da sociedade civil". Foi então que houve um amplo estudo que culminou com o Decreto 7.053 de 2009, um grande passo para ativistas e movimentos sociais cobrarem os instrumentos legais de acesso aos direitos e a efetivação da cidadania.

É neste documento que vamos perceber um maior cuidado com todos os direitos necessários para terem uma vida digna, como todo e qualquer cidadão. Exigindo dos governantes a criação de estratégias de alcance e formas práticas para levarem ações de saúde, educação, seguridade social, entre outras.

Com a promulgação do Decreto Federal foi estabelecido um marco com a instituição da Política Nacional para a População de Rua e criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CIAMP-Rua) (Planalto, 2009). Através dele, a População em Situação de Rua passou a ter os direitos garantidos, assim como o acesso aos programas sociais e outros benefícios estabelecidos pela legislação brasileira. Uma forma de elevar o padrão de vida dessas pessoas e reduzir a pobreza e as desigualdades sociais.

O texto também estabelece uma espécie de conceito para o termo população em situação de rua, já exposto no item anterior na qual define como um grupo heterogêneo em comum a pobreza extrema, presentes em espaços públicos, de onde tiram o sustento, a sobrevivência. Situação que pode ser permanente ou temporária (Planalto, 2009). No Artigo 7º são tratados os objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Destaque para o inciso VIII, o qual versa sobre o incentivo à criação de canais e a divulgação de “notícias” da População em Situação de Rua. Mecanismos que podem ser utilizados para fazer “denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento” (Planalto, 2009). No Artigo 15, o decreto estabelece à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003) a responsabilidade pela criação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua como órgão promotor do desenvolvimento dessas ações, assim como “produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas”. O órgão deve ainda divulgar indicadores culturais e econômicos, além de acompanhar os processos referentes aos crimes contra à População em Situação de Rua (Planalto, 2009). Essa comunicação, no entender do autor deste artigo, também implica a comunicação social, através dos meios de comunicação comercial ou alternativo.

O Decreto 7.053 de 2009 – um marco legal - estabelece serviços socioassistenciais, como por exemplo: a implantação de centros de defesa dos direitos humanos, assim como a criação de serviços, através dos mecanismos de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde; ações de segurança alimentar e nutricional; além de disponibilizar programas de qualificação profissional para o acesso ao mercado de trabalho. Tais programas e ações contarão com a transferência de recursos do Governo Federal para que Estados, Distrito Federal e Municípios possam executá-los. Os municípios precisam montar uma estrutura baseada em dados de pesquisa da contagem dessa população (Planalto, 2009).

Ele também possibilitará mais tarde a criação do Comitê Técnico de Saúde para a População de Rua, através da Portaria do Ministério da Saúde do Brasil, N º 3.305 de 24 de dezembro de 2009 (Saúde, 2009), que chega para garantir o acesso da População em Situação de Rua aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). No processo de implementação do Plano Nacional de Saúde deve apresentar subsídios técnicos e políticos voltados à atenção à saúde desse público, assim como elaborar e pactuar propostas de intervenção junto aos SUS,

além de colaborar com a elaboração de ações pragmáticas do Ministério da Saúde. Ele é composto por representantes de órgãos e entidades públicas e representantes de entidades da Sociedade Civil Organizada. “As reuniões ordinárias ocorrerão com frequência mínima de três vezes ao ano” (Saúde, 2009). Contando com o apoio de todas as instâncias do SUS.

O Comitê Técnico de Saúde para a População de Rua além de propor as ações de acesso à saúde, apresenta subsídios técnicos e políticos na elaboração do Plano Nacional de Saúde, assim como precisa “participar de iniciativas intersetoriais relacionadas com a saúde da população em situação de rua”; e “colaborar com a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de ações programáticas do Ministério da Saúde no que se refere à saúde da população em situação de rua” (Saúde, 2009).

Um importante mecanismo de cidadania é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), uma política assistencial já defendida pela LOAS, e que aos poucos ganhou as cidades brasileiras onde possuem registros de população em situação de rua. Este espaço serve para a construção de novos projetos de vida, dar autonomia, preservar a integridade e buscar a inserção comunitária e familiar, mas tudo deve respeitar as escolhas pessoais (Santos, 2017). O espaço precisa fazer encaminhamentos para o mercado de trabalho, fornecer alimentação e dá suporte para que consigam ter autonomia. O trabalho desenvolvido no Centro Pop segue algumas orientações:

Para a composição da Equipe, faz-se imprescindível a priorização de profissionais com perfil e habilidades para o desenvolvimento do trabalho social com pessoas em situação de rua. [...] que todos os profissionais envolvidos no cotidiano dos Serviço (s) ofertado (s) pelo Centro POP tenham uma postura ética e atitude acolhedora, proporcionando aos usuários um ambiente de acolhida e respeito (Brasil, 2011, p. 54-55).

O Consultório na Rua (eCR), criado através da Portaria N ° 122, de 25 de janeiro de 2011 (Saúde, 2011), estabeleceu, entre outras criações, a de equipes desse componente multiprofissional formado por enfermeiro, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, médico, agente de saúde, técnico ou auxiliar de enfermagem e técnico de saúde bucal. As equipes atuam na busca ativa e no cuidado com os usuários de drogas lícitas (álcool) e outras drogas. O trabalho acontece nas ruas, em ações conjuntas com as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e quando houver necessidade dos serviços de Urgência e Emergência. “As eCR utilizarão, quando necessário, as instalações das UBS do território” (Brasil, 2011). A portaria também estabelece verbas para serem aplicadas no programa, a depender da quantidade de profissionais e equipes.

É muito comum que as pessoas que vivem nas ruas não disponham de endereço fixo ou mesmo documentação que provem os dados pessoais. Instrumentos necessários para o acesso à democracia. Pensando nisso, no ano de 2018, a Lei Número 13.714 possibilitou que essas pessoas, famílias e cidadão com risco social fossem atendidas com a dispensa de documentação em toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei também inclui a distribuição de medicamentos e outros produtos (Planalto, 2018).

No ano de 2019, o Decreto Federal 9.489 de 27 de junho de 2019 reestruturou o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CIAMP-Rua) e criou a Coordenação-Geral dos Direitos das Pessoas em Situação de Risco (CGRIS), dentro da Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) para fortalecer as ações para esta população (Planalto, 2019).

Outro marco regulador que não pode deixar de ser citado entre os instrumentos de proteção a População em Situação de Rua é a Resolução N° 40 de 13 de outubro de 2020, criada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos junto ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos (Pluriverso, 2020). O documento trata das diretrizes para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, como está previsto na Política Nacional para População em Situação de Rua. Ela traz uma nomenclatura importante, referente à primeira infância e adolescência, que não foi exposta no Decreto:

2º Consideram-se crianças e adolescentes em situação de rua os sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos e/ou áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente em situação de pobreza e/ou pobreza extrema, com dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, entre outros (IN GOV, 2020).

O texto segue com uma preocupação para tratar o fenômeno da “situação de rua” não como criminalização e/ou culpa destas pessoas em que se encontram, mas como um fenômeno social incluindo “fatores estruturais que marcam a sociedade brasileira como a desigualdade social, o desemprego, a insuficiência de renda, a falta de moradia, o racismo, os quais são potencializados pelo não acesso aos direitos e políticas sociais” (IN GOV, 2020), além de destacar a necessidade desta política pública levar em consideração a heterogeneidade da população de rua:

- (nível de escolaridade, condições de saúde, faixa etária, origem, relações com o trabalho e com a família; II - condições para cuidados e higiene pessoal; III - condições de acesso aos transportes públicos; IV - características culturais, étnicas, geracionais, de gênero, de orientação sexual, de identidade de gênero, religiosas e relacionadas à sua naturalidade e nacionalidade; V - vínculos familiares e/ou comunitários; VII - histórico de atendimento (IN GOV, 2020).

A Resolução dá autonomia e protagonismo da População em Situação de Rua nas decisões que definem o futuro delas, assim como trata também da infância, com a violação dos direitos das crianças e adolescentes em situação de rua, com o rompimento ou fragilidade dos vínculos familiares e comunitários. Cobra das esferas governamentais as ações que contemplem essa população, em espaços como Conselho de Saúde, Conselho de Assistência Social e Conselho de Direitos Humanos. Ações que precisam levar em consideração a heterogeneidade dessa população. “Art. 13 Configura violação de direitos humanos a suspensão e expulsão de pessoas em situação de rua dos serviços públicos como forma de solução de conflitos”. Ela garante acesso a todos os programas sociais voltados à população vulnerável, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC). (Pluriverso, 2020).

A matéria legal leva em conta todas as leis que tratam de direitos à população vulnerável (População em Situação de Rua) nas áreas da saúde, assistência social, educação, habitação/moradia, direitos humanos, segurança pública, justiça, direito às mulheres, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos e Assexuais (LGBTQI+), trabalho, moradia, segurança nutricional e alimentar, além do acesso às políticas públicas do esporte, cultura e lazer (Pluriverso, 2020).

O próximo passo, já discutido no âmbito político-social, é a criação do Estatuto da Pessoa em Situação de Rua⁴, como foi defendido em 2021 por representantes do Estado de Sergipe no Congresso Nacional, em encontro que tratou das referidas políticas (Câmara, 2021).

A Portaria N° 1.255, de 18 de junho de 2021, do Ministério da Saúde estabelece cálculos de equipes da eCR por município. No parágrafo segundo, do Artigo 7°, esse cálculo leva em consideração dados da população de rua. Neste caso, como não há Censo, os números vêm do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) e do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O Artigo 13 é ainda mais claro:

Art. 13. O número máximo de eCR financiadas pelo Ministério da Saúde por município e Distrito Federal de que trata o art. 70 corresponderá ao resultado da divisão do número de pessoas em situação de rua do ente federativo pelo número quinhentos (população de rua/500), devendo ser observadas (...) (Saúde, 2021).

⁴ No período da elaboração desta dissertação o Estatuto da Pessoas em Situação de Rua ainda estava em votação no Congresso Nacional.

O texto também estabelece o limite mínimo de 80 pessoas atendidas por equipe e no caso de cidades com população total de 100 mil habitantes, no mínimo uma eCR.

Também precisamos destacar três importantes portarias e uma resolução dedicadas à Proteção Social Especial, a número 100/2013 – a qual trata “sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso de Alta Complexidade II – PAC II, dos Serviços de Acolhimento Institucional e de Acolhimento em República para adultos e famílias em situação de rua” (União, 2013); a 223/2017 – discute sobre os recursos do cofinanciamento Federal da Proteção Social Especial de Alta Complexidade para o repasse de subsídios financeiros às famílias acolhedoras no âmbito do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; a 421/2017 (IN GOV, 2017) – sobre o repasse do cofinanciamento Federal do Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade; a Resolução do CNAS/CONANDA 01/2017 que estabelece as diretrizes Políticas e Metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua pela Política de Assistência Social e Resolução Nº 425 de 2021, quando o Brasil, através do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criou o documento para instituir a Política Nacional Judicial de Atenção às Pessoas em Situação de Rua (CNJ, 2021):

Art. 1º Instituir, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades com o objetivo de: I – assegurar o amplo acesso à justiça às pessoas em situação de rua, de forma célere e simplificada, a fim de contribuir para superação das barreiras decorrentes das múltiplas vulnerabilidades econômica e social, bem como da sua situação de precariedade e/ou ausência habitacional; (CNJ, 2021).

Com a mudança da presidência⁵ a população em situação de rua no Brasil ganhou mais alguns mecanismos que, pelo menos na teoria, podem ajudar a driblar as dificuldades enfrentadas por esta camada da sociedade. Como a Diretoria de Promoção dos Direitos Humanos (DDPR) fruto do Decreto 11.341, de 01 de janeiro de 2023, na qual também encontramos a Diretoria de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua (Câmara, 2023).

Em 30 de junho de 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania publicou a Portaria 383 que trata da Operação Inverno Acolhedor abrangendo as capitais do Sul e do Sudeste do País. Entre outras ações está a “orientação da população em situação de rua a respeito dos cuidados de saúde e funcionamento da rede de serviços especializados no atendimento deste público” (IN GOV, 2023).

⁵ O Brasil elegeu Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2022 como no novo presidente da República.

Esta legislação segue a linha do tempo e revela a quantidade de material sobre o qual o jornalista deve e precisa se debruçar para, entre as outras pautas, também abrir espaço para o tema. Com a produção de reportagens, hora cobrando do Estado a efetivação dessas políticas públicas ou fazendo, o que no jornalismo se chama, o serviço para este público, o qual muitas vezes desconhece. Este material, também servirá de base para entender a visibilidade ou a falta dela analisada pela dissertação nos três veículos escolhidos como nosso corpus. Dessa forma, ajudará a encontrar o lugar de fala dessa gente, que é cidadã com direitos e deveres, os mesmos atrelados ao resto da população brasileira.

3. AVALIAÇÃO DE QUALIDADE NA COBERTURA

3.1. PROPOSTA METODOLÓGICA

A dissertação “A População em Situação de Rua na Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju e o impacto nos sites G1 Sergipe e Infonet” quer entender como o tema aparece no site da Agência de Notícias e a repercussão nos sites G1 Sergipe e Infonet. A Agência, por ser um veículo que reúne o trabalho das assessorias de comunicação da gestão municipal, precisa difundir informações acerca das ações voltadas à comunidade, incluindo a População em Situação de Rua. Que também deve aparecer de forma ativa nas matérias, um processo do jornalismo de qualidade.

Pinto e Marinho (2003) estabeleceram parâmetros de qualidade para enquadrar o trabalho da empresa jornalística e do profissional de comunicação, levando em consideração a responsabilidade social. É um exercício diário para entregar ao consumidor/público um produtor/notícia que fundamentalmente precisa respeitar a fidelidade na apuração - gerando confiança em quem recebe; ser um tema do interesse público – com interferências na vida da comunidade; além de ter um apelo comercial/mercadológico ou seja com fácil aceitação/venda (Pinto; Marinho; 2003, p.6).

Para os autores, a qualidade jornalística com responsabilidade social passa pelo alinhamento com algumas estruturas, como: Estado, Sociedade Civil, os Média e o Mercado – cada um com papel importante na engrenagem dessa comunicação. E afirmam que esse exercício deve ser praticado com Diversidade (conteúdo, formatos...), Liberdade (direito primordial nas sociedades democráticas), Accountability (prestação de contas); e Contexto Organizacional e Profissional (os modos de fazer, as lógicas e condições profissionais) (Pinto; Marinho, 2003, p.9-10).

Esta série de estratégias ajudam a estabelecer a responsabilidade e credibilidade necessárias e desejadas em um ambiente de jornalismo comprometido com todos os lados e sem “rabo preso”. Um jornalismo de essência, de alma, no qual a qualidade também passa pela análise relacionada ao ambiente organizacional, onde é feita uma avaliação através das “condições que a sociedade oferece, em termos políticos, tecnológicos, econômicos, sociais, culturais, para a prática do jornalismo” e como essas condições impactam o modo de produção e seus resultados. Neste caso, são pontuados valores e práticas democráticas, assim como os “limites da capacidade de autonomia relativa da organização”, que não define todo o processo

de atuação, mas “está sob seu poder decidir nas questões que dependem apenas de si e como se portar nas questões que envolvam terceiros ou parceiros” (Guerra, 2010).

O nosso estudo busca avaliar como os veículos abrem espaço para a temática ‘população em situação de rua’? (questão/hipótese); assim como, entender o processo de abordagem; identificar os subtemas mais comuns; observar qual o lugar de fala desta população?; como fala e quem fala? (objetivos). Escolhemos a Análise de Conteúdo da professora Laurence Bardin (1997) com uma leitura flutuante na exploração documental do corpus da pesquisa, por entender ser uma forma de aprofundar o estudo nos textos apresentados nos sites G1 Sergipe e Infonet, através das produções sugeridas pela Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju. Esta é a fase inicial através da missão de escolher os documentos a serem analisados, a formulação da hipótese e dos objetivos (Bardin, 1977, p. 121).

a escolha de documentos depende dos objetivos, ou, inversamente, o objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices. A pré-análise tem por objetivo a organização (Bardin, 1977, p. 121).

Como sugere a autora, com os procedimentos organizados, seguiu a fase da exploração a qual pode “corresponder técnicas ditas sistemáticas (e nomeadamente automáticas), permitem, a partir dos próprios textos, apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionam segundo o processo dedutivo” (Bardin, 1977, p.125), facilitando a elaboração de outras hipóteses. E que ajudaram as provas de fato.

Desde então o trabalho evoluiu para as etapas do método da codificação, categorização, a inferência e informatização da análise das comunicações. As técnicas usam a análise por categoria, de avaliação, de enunciação, do posicionamento do discurso, da expressão e das relações.

A análise estrutural da narrativa baseia-se num domínio de investigação pluridisciplinar (poética, linguística textual, psicossociolinguística, pragmática...), que tem existência própria fora da análise de conteúdo. Mas, em muitos casos (comunicações de tipo narrativo como mitos, contos, relatos orais ou escritos, histórias de vida, entrevistas...), é indispensável o recurso a modelos de análises narrativas (Bardin, 1977, p. 272).

Bardin está associada ao método do Guia da Agenda Jornalística⁶ para fins de Avaliação da Qualidade da Agenda apresentada pelo site à sua audiência e à sociedade. Esta avaliação se

⁶O Guia da Agenda Jornalística (GAJ) será estudado mais detalhado adiante.

implementa a partir de uma junção de indicadores, parte dos quais, oriundos da análise de conteúdo, como a categorização temática que orienta o guia.

O Fator de Relevância é resultado da análise documental, gerando os indicadores para mensuração da qualidade, a partir da convergência ou não dos fatores de relevância apurado e de referência.

Para darmos seqüências ao estudo foi elaborada a tabela com a delimitação das etapas de execução até a conclusão do estudo, servindo como suporte empírico. Foram definidas em cinco etapas como observado no Quadro 1, o qual foi dividido em Etapas, Objetivo e Descrição:

Tabela 1 – Etapas da Pesquisa.

Etapas	Objetivo	Descrição
Etapa 1	Elaboração das matrizes de relevância temática.	Levantamento das matérias, chega a fase de elaboração das matrizes de relevância temática, através da pesquisa documental.
Etapa 2	Definição do corpus empírico da pesquisa.	Separação das reportagens dos sites (categorizando).
Etapa 3	Construção dos mapas de unidades temáticas.	Formulação do quadro-base de orientação para a pesquisa das editorias gerais e específicas, com os subtemas; definição do Iprod para orientar a extração do IRS-R.
Etapa 4	Atribuição do Fator de relevância para cada tema.	Definição dos fatores de relevância dos temas, por agenda monitorada.
Etapa 5	Identificação da proporção de notícias ligadas às temáticas.	Catologação das matérias de acordo com as categorias e subtemas;
Etapa 6	Apresentação dos resultados.	Verificação do grau de correspondência entre o conteúdo produzido pelo site e a expectativa das agendas pública e política.

Fonte: Autores do dissertação.

Para chegar na análise dos dados, a dissertação usou como base metodológica o Guia da Agenda Jornalística (GAJ) (Guerra, 2016), com seu conjunto de instrumentos metodológicos aplicados ao texto, para se chegar a uma avaliação qualitativa, a ser utilizada de forma mais intensa na análise dos textos publicados pelos veículos.

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

As duas metodologias ajudarão a entender a qualidade das matérias/reportagens publicadas pela Agência de Notícias – Prefeitura de Aracaju. É importante destacar uma explicação que Bardin traz, de forma bem resumida, de dois objetivos do método:

- a superação da incerteza: o que eu julgo ver na mensagem estará lá efectivamente contido, podendo esta <<visão>> muito pessoal ser partilhada por outros? Por outras palavras, será a minha leitura válida e generalizável?
- e o enriquecimento da leitura: se um olhar imediato, espontâneo, é já fecundo, não poderá uma leitura atenta aumentar a produtividade e a pertinência? Pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que a priori não possuímos a compreensão (Bardin, 1977, p. 30-31).

A segunda parte da pesquisa foi estendida aos sites G1 Sergipe e Infonet, através de uma busca da repercussão das matérias sobre população em situação de rua veiculadas pelas assessorias da Prefeitura de Aracaju, disponibilizadas na Agência de Notícias. Nos textos publicados foi observado como aconteceu essa reprodução: com alterações ou original? Passaram por mudanças no formato e linha editorial?

3.2 GUIA DA AGENDA JORNALÍSTICA

Conforme vimos anteriormente, ao longo das últimas décadas, vários estudos tentaram fazer uma avaliação sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais do jornalismo em várias partes do mundo. O foco era justamente a qualidade do produto entregue aos seus consumidores, as escolhas metodológicas, os caminhos trilhados e o impacto no produto final. A situação é semelhante a de uma fábrica de carros na qual a matéria prima e profissionais precisam estar afinados. De nada adiantará utilizar peças de qualidade na linha de montagem, se os montadores não tiverem a expertise necessária, da mesma forma a situação contrária. Qualquer erro no percurso influenciará na qualidade do produto.

Aqui também utilizamos alguns métodos e agora faremos um aprofundamento em cada um deles. Ao longo da aplicação, teremos sempre em mente nossa hipótese e objetivos - fundamentais para a conclusão e entendimento de como os profissionais dos sites da PMA, G1 Sergipe e Infonet trilharam o caminho da produção e finalização das matérias.

O cenário no qual o jornalismo encontra-se é desafiador pelos embates profissionais e os limites com os modelos de negócio de comunicação, nem sempre delimitados (Guerra, 2016). Neste contexto, Guerra propõe uma metodologia (ainda em fase experimental) usada neste trabalho de dissertação, com foco na qualidade jornalística e que tem como ponto de partida a Matriz de Relevância, um instrumento para operacionalizar essa avaliação. A análise da relevância do conteúdo jornalístico, comparando a relevância sugerida por agendas monitoradas com a relevância efetivamente aplicada pelos produtores de conteúdo. Por princípio, quanto mais essas agendas convergirem, maior será a qualidade da cobertura (Guerra, 2016). Acreditamos ser esta metodologia uma excelente ferramenta para uma empresa de comunicação gerir os objetivos a serem alcançados ao longo de um mês, de um semestre ou mesmo um ano.

O uso do Guia da Agenda Jornalística (GAJ), dentro dos estudos da Qualidade, Inovação e Tecnologia Aplicada ao Jornalismo (Qualijor), pressupõe a construção de uma Matriz de Relevância, que levará em conta a expectativa de diferentes agendas, o caso desta dissertação, a agenda política, extraída do Planejamento Estratégico 2022 da Prefeitura Municipal de Aracaju, levando em conta os valores atribuídos a cada secretaria e programas voltados à população em situação de rua. Algumas etapas precisam ser seguidas:

- i) - Definição dos temas: através de pesquisa documentação, são levantados temas e subtemas relacionados à cobertura objetos da análise, no caso, sobre População em Situação de Rua;
- ii) - Fator de Relevância Jornalística: o Fator de Relevância Jornalística aponta a relevância que as agendas monitoradas atribuem aos temas, neste caso, é um Fator de Relevância de Referência porque estipula uma expectativa que se pretende representada na cobertura; o Fator de Relevância pode ser apurado quando aponta a relevância real atribuída pelo veículo ao tema, a partir do IRS-Apurado;
- iii) - Indicador de Produtividade (Iprod): capacidade de produção de matérias do veículo de comunicação seja mensal, semanal, semestral ou anual, “assegurada a proporcionalidade entre a relevância do tema, medida pelo FRJ;
- iv) - Índice de Resolução Semântica (IRS): resolução semântica é um conceito de Fidalgo que por sua vez “vai recomendar a quantidade de notícias sobre um tema

proporcionalmente à sua relevância prospectada” (Santos, 2019, p.56) e é à “quantidade de notícias sobre um tema proporcionalmente à sua relevância” (Guerra, 2016a, p. 212); cujo indicador aponta, a partir do FRJ-R, uma meta de notícias a serem produzidas, proporcionalmente, ao seu FRJ-R; por sua vez, o IRS pode ser Apurado, e representa o quantitativo real de notícias produzidas pelo veículo sobre aquele tema, que será comparado com o IRS-R e usado para definir também o FRJ Apurado;

- v) - Os valores de Referência e Apurado são comparáveis para fins da avaliação pretendida. Quanto mais convergentes, maior a sintonia entre a agenda oferecida pelo veículo e as expectativas das agendas monitoradas, em consequência, maior a qualidade, segundo esse método.

Santos (2019) explica a metodologia falando sobre o Fator de Relevância Jornalística (FRJ), o qual irá expressar em números a relevância do tema, e o “número proporcional de matérias em relação à sua relevância no jornal é chamado de Índice de Resolução Semântica (IRS)” (Santos, 2019). Em resumo, “quanto maior o FRJ, maior a relevância sugerida para o tema e, conseqüentemente, maior o apelo pelo seu agendamento” (Guerra, 2016, p. 209). Também há relação do IRS com a capacidade que cada veículo tem de produção, o Iprod, “ao número de notícias, ao espaço a ser ocupado ou ao tempo de veiculação disponível, entre outras unidades de medida cabíveis”. Os indicadores gerados neste processo permitem gerir a qualidade editorial do produto jornalístico (Guerra, 2016, p. 211).

Para isso, seguindo a metodologia proposta por Guerra (2016), no Guia da Agenda Jornalística, os dados levantados são distribuídos na fórmula: $IRS-R = [IProd (tema) \times FRJ / \Sigma FRJ] \times no.$ Onde:

IProd (tema) – Indicador de Produtividade Jornalística por tema;

FRJ – Fator de Relevância Jornalística de cada tema;

Σ FRJ – somatório dos Fatores de Relevância Jornalística;

No. Temas – número de temas a receberem cobertura;

IRS-R – Índice de Resolução Semântica de Referência.

Desde o seu desenvolvimento, a metodologia é testada e aprimorada por estudantes de graduação e pós-graduação na própria Universidade Federal de Sergipe (UFS), a exemplo de duas dissertações do Programa de Pós-Graduação de Comunicação (PPG-COM), todos com a supervisão/orientação do professor Josenildo Guerra.

Daniel Brandi (2018) fez uma pesquisa avaliando a cobertura do Jornal Nacional (JN) sobre a temática do meio ambiente. Ele focou na demonstração da adoção dos parâmetros de

qualidade na busca pela audiência. Houve um levantamento empírico de 12 meses de exibição do telejornal.

Na análise dos resultados, ficou clara a preferência do Jornal Nacional pelo relato de fatos atuais ou o acompanhamento destes, conforme o modelo praticado pela grande imprensa. Em função desse perfil de jornalismo hard news, dois microtemas ambientais de caráter factual se sobressaíram com grande destaque entre o conjunto geral: Ocorrências Naturais e Provocadas (Brandi, 2018)

A pesquisa também apontou a ponta inversa:

(...) seis microtemas ficaram completamente ausentes do noticiário durante o período analisado: Agroecologia (Produção de Alimentos), Agências e Empresas (Inovação e Desenvolvimento), Domiciliares (Resíduos Sólidos), Previsão do Tempo (Temperatura e Mudanças Climáticas), Planejamento e Crescimento (ambos do macrotema Urbanismo). Convém frisar que a coluna Previsão do Tempo dispõe de espaço reservado em todas as edições do telejornal e, por isso, não foi considerada na pesquisa. Contudo, chama atenção a ausência da agenda do Jornal Nacional de dois dos principais assuntos 182 elencados pelas outras agendas: Planejamento e Crescimento, que figuram com o 1º e 6º maiores índices entre todos (Brandi, 2018).

Outro trabalho que também aplicou pela metodologia foi a da Maria Sol Silva Santos (2019), que tratou do tema saúde, também no Jornal Nacional. E realizou um trabalho com base nas agendas governamentais, pública e jornalística. “Os resultados indicaram uma cobertura jornalística de saúde classificada como ruim, uma vez que apresentou distanciamento das agendas de referência” (Santos, 2019), um resultado que indicou uma tendência à invisibilidade dos temas relevantes:

(...) essa pesquisa teve como principal objetivo medir experimentalmente a qualidade da agenda jornalística de saúde do Jornal Nacional. Ou seja, a partir do critério de relevância buscamos medir a qualidade das notícias veiculadas sobre saúde, tema listado em pesquisas de opinião entre os três principais problemas do Brasil, no jornal de maior audiência do país. Constatamos que esse objetivo foi cumprido, uma vez que o estudo conseguiu apontar uma classificação de qualidade para a cobertura de saúde no JN. O objetivo foi atendido por meio da comparação entre as agendas governamental, pública e jornalística, observando a relevância que cada agenda deu aos principais temas de saúde (Santos, 2019).

O método original usa como premissa o fato de que quanto mais próximas estiverem as agendas jornalística, governamental e pública, melhor será a qualidade da cobertura sobre o tema, neste caso, saúde. O inverso, representa uma qualidade menor, inferior:

Os resultados da comparação indicaram que a agenda jornalística de saúde, produzida pelo Jornal Nacional, no ano de 2017, foi classificada como ruim. A cobertura alcançou padrão ruim por tender à invisibilidade de 23 dos 42 subtemas listados como relevantes para a sociedade. O que equivale dizer que mais da metade subtemas relevantes estiveram invisíveis na agenda proposta pelo jornal. Um diagnóstico grave

para o interesse público, uma vez que é o veículo jornalístico de maior audiência e penetrabilidade social (Santos, 2019).

Na construção da matriz de relevância, Santos (2019) levou em consideração dados extraídos do Plano Plurianual 2016-2019, do Plano Nacional de Saúde 2016-2019 e pela Programação Anual de Saúde relativa ao ano de 2017:

Os temas e subtemas listados na Matriz foram pontuados na agenda governamental de acordo com os investimentos orçamentários destinados. Partimos da premissa de quanto mais alto o investimento, maior a relevância de determinado tema/subtema para a agenda governamental. A relevância foi pontuada entre 0 e 5, obedecendo escalas de relevância em que 0 utilizamos para sinalizar que o tema/subtema foi percebido como irrelevante, 1 como de baixa relevância, 2 como média baixa, 3 como média, 4 como média alta e 5 como de alta relevância (Santos, 2019).

Os dois trabalhos de mestrado apontam a eficácia da metodologia sobre o tema qualidade jornalística, facilmente aplicável a outras pesquisas que envolvam gestão de notícias e a busca pelo aperfeiçoamento de um jornalismo comprometido com a qualificação do debate sobre as políticas públicas. Motivo pelo qual decidimos aplicar, em parte da nossa dissertação este Guia, adequando-o à nossa realidade e necessidade para tentar responder aos questionamentos aos quais nos levaram a mergulhar neste estudo de avaliação sobre a cobertura do tema população em situação de rua nos sites Agência de Notícias (PMA), G1 Sergipe e Infonet. Trabalho que desenvolveremos nos próximos capítulos, na tentativa de também aprimorar a ferramenta e colher os resultados fruto dos dados jornalísticos coletados ao longo de 2022.

4. A AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DA COBERTURA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

4.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NO SITE AGÊNCIA DE NOTÍCIAS - PREFEITURA DE ARACAJU

Como já foi dito anteriormente, a coleta das matérias no site Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, em todas as 20 secretarias. Após o levantamento, dia a dia, a coleta dos dados avançou para a fase da tabulação dos dados, como passo inicial da análise proposta pelo estudo, e já resultou em dados preliminares acerca do potencial de produção por mês, semestre e ao longo do ano.

Foram produzidas 4087 matérias jornalísticas da Agência, sendo 2033 no primeiro semestre e 2054 no segundo, nas 20 secretarias conforme levantamento realizado. Números importantes para a geração de métricas que ajudarão na compreensão das atividades desenvolvidas, no período, pelos jornalistas das assessorias de imprensa ligadas à Prefeitura de Aracaju. A tabela abaixo traz o levantamento mês a mês das matérias/reportagens produzidas por cada uma delas, além da soma semestral e anual. Confira abaixo:

Tabela 2 – Total de Matérias publicadas na Agência de Notícias – PMA em 2022

SECRETARIAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANO
Assistência	12	15	22	19	29	28	17	26	21	22	23	18	252
Comunicação	11	17	42	30	25	54	9	16	10	13	41	47	315
Controladoria	1	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	1	6
Cultura	7	3	2	9	20	32	12	19	26	8	11	10	159
Defesa Social	14	11	31	32	44	46	35	37	30	20	24	24	348
Educação	15	14	22	21	22	24	19	22	34	25	18	16	252
Esporte	2	11	32	6	6	3	7	8	6	6	9	7	103
Fazenda	8	9	5	12	2	10	12	11	5	3	8	4	89
Governo	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	5
Indústria, Comércio e Turismo	5	3	6	2	7	7	5	2	5	7	10	4	63
Infraestrutura	0	1	3	1	0	1	1	5	1	4	0	0	17
Meio Ambiente	1	7	5	6	5	9	8	20	4	6	5	3	79
Obras e Urbanização	34	35	34	32	28	39	32	31	32	27	35	36	395
Planejamento, Orçamento e Gestão	13	11	12	13	7	7	1	2	4	9	10	2	91
Previdência	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	1	2	6
Procuradoria	1	0	1	1	0	1	0	5	2	1	3	4	19
Saúde	95	87	78	91	56	62	69	97	85	95	101	69	985
Serviços Urbanos	55	45	42	47	39	57	44	34	39	44	59	53	558
Trabalho	10	7	14	8	18	14	8	15	16	9	11	9	139
Transporte	17	15	11	9	11	20	24	23	23	21	16	16	206
TOTAL	256	245	265	250	201	256	230	280	256	257	286	225	4087

Fonte: Autores da Pesquisa.

Deste total, apenas 32 textos trouxeram a temática da população em situação de rua distribuídos em quatro secretarias. A escolha dos textos levou em consideração a citação de

alguma palavra ou frase que fazia referência às “pessoas ou população em situação de rua”. Com isso, chegou-se às quatro secretarias: Assistência Social, 22 textos; Planejamento, Gestão e Orçamento, 1 matéria; Saúde, foram 7; e Defesa Social, 2. Veja a distribuição mês a mês e na soma anula na Tabela 3:

Tabela 3 - Total de Matérias sobre a População em Situação de Rua - 2022

	J A N	F E V	M A R	A B R	M A I	J U N	J U L	A G O	S E T	O T O	N O V	D I Z	TOTAL
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2	1	2	1	2	0	1	5	3	1	1	3	22
DEFESA SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
PLANEJAMENTO	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
SAÚDE	1	2	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	7
Total:	3	4	2	1	3	0	1	8	4	2	1	3	32

Fonte: Autores da Pesquisa.

4.2 - PESO JORNALÍSTICO NA TEMÁTICA DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Para o andamento da pesquisa é necessário definir valores ao Fator de Relevância de Referência e o Fator de Relevância Apurado na cobertura do tema, a fim de compará-los e então extrair avaliação de qualidade. A partir desta métrica será possível traçar um estudo mais relevante sobre a *accountability* no nosso estudo.

Antes, porém, é necessário definir valores do Fator de Relevância dos macros/categorias. No caso desta pesquisa, a agenda monitorada foi a governamental, da que resulta a exposição dos temas no site da Agência Aracaju correspondente às prioridades do governo municipal, previstas no seu planejamento estratégico. Para isso, foi tomado como referência os valores previstos no orçamento apresentado no Plano Estratégico da Prefeitura de

Aracaju (2022-2025), especificamente os valores estabelecidos para execução e planos e ações nas secretarias para o ano de 2022 (Aracaju Transparência, 2022).

Com base no orçamento de cada área foi definido um Fator de Relevância Jornalística, com o objetivo de sugerir que os temas seriam relevantes proporcionalmente aos valores orçamentários previstos para cada um. Certamente, essa forma de mensuração apresenta inúmeras limitações, entre os quais, o seu uso como parâmetro único, que desconsidera outros fatores pertinentes, como comunidade atingida, valor social ou simbólico do tema, por exemplo. Foi um parâmetro considerado para viabilizar o teste da metodologia e para trazer um primeiro diagnóstico sobre a cobertura aqui analisada. Em outras oportunidades futuras, novos indicadores poderão ser empregados para gerar fatores de relevância mais precisos.

Foram estabelecidos então uma proposta de Fatores de relevância com notas de 0,5 a 7,5 para os Fatores de Relevância (FR) – os menores valores orçamentários dedicados às secretarias receberam os menores índices, a medida que os recursos eram maiores, o índice crescia junto. Após a aplicação dos valores apresentados no Plano Estratégico da PMA, conseguimos definir como FR 0,5: Comunicação; Controladoria; e Governo; FR 1: Procuradoria; FR 1,5: Cultura; Esporte; Indústria, Comércio e Turismo; Fazenda; Meio Ambiente; e Trabalho; FR 2: Planejamento, Orçamento e Gestão; e Previdência; FR 2,5: sem registro; FR 3: Defesa Social; e Transporte; FR 3,5: sem registro; FR 4: sem registro; FR 4,5: Assistência Social; Infraestrutura; Obras e Urbanização; e Serviços Urbanos; FR 5: sem registro; FR 5,5: sem registro; FR 6: Educação; FR 6,5: sem registro; FR 7: sem registro; e FR 7,5: Saúde:

Tabela 4 - Fatores de Relevância por Secretaria

Categorias	Mi	Peso
Assistência	93	4,5
Comunicação	23	0,5
Controladoria	4	0,5
Cultura	8	1,5
Defesa Social	55	3
Educação	435	6
Esporte	12	1,5
Fazenda	133	1,5
Governo	20	0,5
Indústria, Comércio e Turismo	28	1,5
Infraestrutura	196	4,5
Meio Ambiente	13	1,5
Obras e Urbanização	144	4,5
Planejamento, Orçamento e Gestão	330	2
Previdência	434	2
Procuradoria	82	1
Saúde	642	7,5
Serviços Urbanos	155	4,5
Trabalho	7	1,5
Transporte	66	3
TOTAL	2880	53

Fonte: Autores da Pesquisa.

Diante dos dados que temos disponíveis para aplicação nesta fase, daremos continuidade à pesquisa com a definição dos pesos do Fator de Relevância (FR), a meta é encontrar o Índice de Resolução Semântica (IRS-R) - Veja na Tabela 5. Para isso, deve ser observado a capacidade de produção do site para encontrar o Indicador de Produtividade Jornalística (IProd), que “consiste na capacidade média de produção instalada em uma organização, considerando o número de notícias. Pode ser medido por edição, por semana ou por mês ou por ano. Depois, precisamos identificar o Índice de Resolução Semântica de Referência (IRS-R), que é à “quantidade de notícias sobre um tema proporcionalmente à sua relevância” (Guerra, 2016a, p. 212).

Tabela 5 – Fator de Relevância Jornalística x Índice de Resolução Semântica

SECRETARIAS	Fator de Relevância Jornalística (FRJ)		Índice de Resolução Semântica (IRS)	
	De Referência	Apurado	De Referência	Apurado
		Matéria		Matéria
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4,5	3,3	346,4	253
COMUNICAÇÃO	0,5	4,1	38,5	315
CONTROLADORIA	0,5	0,1	38,5	6
CULTURA	1,5	2,0	115,5	156
DEFESA SOCIAL	3	4,5	230,9	348
EDUCAÇÃO	6	3,3	461,9	252
ESPORTE	1,5	1,3	115,5	103
FAZENDA	1,5	1,2	115,5	89
GOVERNO	0,5	0,1	38,5	5
INFRAESTRUTURA	4,5	0,2	346,4	17
MEIO AMBIENTE	1,5	1,0	115,5	79
OBRAS E URBANIZAÇÃO	4,5	5,1	346,4	395
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	2	1,2	154,0	91
PREVIDÊNCIA	2	0,1	154,0	6
PROCURADORIA	1	0,2	77,0	19
SAÚDE	7,5	12,8	577,4	984
SERVIÇOS URBANOS	4,5	7,2	346,4	558
TRABALHO	1,5	1,8	115,5	139
TRANSPORTE E TRÂNSITO	3	2,7	230,9	206
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	1,5	0,8	115,5	63
Somatório	53	53,0	4080,0	4087
	Desejável, indica variação máxima de 30% para mais ou menos em relação ao valor de Referência.			
Tende à saturação	Tendência de saturação, variação ultrapassa 30% do valor de Referência (até o limite de 3x deste valor).			
Tende à retração	Tendência à retração, com variação de 30% para menos em relação ao valor de Referência (e acima de 10%).			
Forte saturação	Forte tendência à saturação, indica cobertura 3 vezes maior do que o valor de Referência.			
Forte Retração	Forte tendência à invisibilidade (menor do que 10% em relação ao valor de Referência) ou invisibilidade total (quando em zero).			

Fonte: Autores da Pesquisa.

Através dos cálculos obtidos na tabela podemos concluir que a cobertura da Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju, das 20 secretarias, obteve uma forte retração nas pastas da Infraestrutura e Previdência; forte saturação na Comunicação; uma tendência de retração nas secretarias na Controladoria, Educação, Governo, Meio Ambiente, P. O. e Gestão, Procuradoria e Turismo; tendência a saturação nas pastas da Cultura, Defesa Social, Saúde e serviços Urbanos; apenas a cobertura desejável ficou com a Assistência Social, Esporte, Fazenda, Obras e Urbanização, Trabalho e Trânsito. Se não seguíssemos a metodologia, até poderíamos enxergar como positivo o fato de uma secretaria passar da meta de matérias produzidas, porém, seguindo os princípios da metodologia, na prática esta cobertura toma o espaço de outras secretarias que deixam de produzir e atingir a meta. Provocando desequilíbrio nas expectativas das metas.

Agora precisamos entrar na análise das matérias referentes à população em situação de rua, publicadas pelas Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju. Para isso, observamos as 1.676 somadas apenas nestas quatro secretarias que trabalharam a temática, levando em consideração o I Prod: 204,35(aproximadamente 204,4) e os Fatores de Relevância (FR) ficaram assim definidos FR 3: Defesa Social (2), FR 4,5: Assistência Social (22), FR 2: Planejamento, Orçamento e Gestão (1), e FR 7,5: Saúde (7).

Tabela 6 – FRJ x IRS das quatro secretarias

Temas	Fator de Relevância Jornalística (FRJ)		Índice de Resolução Semântica (IRS)	
	De Referênci a	Apurado	De Referênci a	Apurado
		Matéria	Matéria	Matéria
Assistência	4,5	2,6	444	253
Defesa Social	3	3,5	296	348
Planejamento, Orçamento e Gestão	2	0,9	197	91
Saúde	7,5	10,0	739	984
Total	17	17,0	1676	1676

Fonte: Autores da Pesquisa.

Quando analisamos as quatro secretarias separadamente observamos um outro movimento, apenas a Defesa Social obteve a cobertura Desejável, com a análise das 20 secretarias estava com Tendência a Saturação; já Assistência Social (era Desejável) e P. O. e Gestão (manteve na mesma) atingiam índices que levam a uma Tendência a Retração; e saúde permanece na Saturação.

Ainda focado especificamente nestas quatro secretarias, precisamos encontrar o Índice de Produtividades (IProd) dividindo a quantidade de matérias de cada pasta pelo número de meses (12). Na Tabela abaixo aplicamos os valores de referência e as matérias/reportagens apuradas junto às secretarias ao longo de 2022. Veja na Tabela 7:

Tabela 7 – Total de Matérias Gerais

SECRETARIAS	Total	IPROD	
Assistência	253	12	21,1
Defesa Social	348	12	29,0
Planejamento, Orç. e Gestão	91		
		12	7,6
Saúde	984	12	82,0
TOTAL:	1676	12	139,7

Fonte: Autores da Pesquisa.

A pesquisa exige que nossos dados sejam aprofundados e ao mesmo tempo passem por uma espécie de funil, fazendo a separação por temas e subtemas abordados nas matérias/reportagens produzidas pelos profissionais ligados às assessorias de imprensa da Prefeitura de Aracaju, que divulgaram as ações das 20 secretarias no site Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju ao longo de 2022.

Como bem vimos, foram 4087 textos confeccionados pelas secretarias, sendo que apenas quatro (32 textos) trataram do tema população em situação de rua chegando ao número de 18 subtemas:

Tabela 8 – Subtemas x Conteúdo/Geral

SUBTEMAS	CONTEÚDO
Abordagem Social	São matérias que mostram como acontece a abordagem social nas ruas de Aracaju.
Abriço	Textos publicados para divulgar as ferramentas sociais disponibilizadas pelo

	equipamento e as ações por ele desempenhadas.
Álcool/Drogas	Os textos sobre o enfrentamento do vício das drogas lícitas e ilícitas nas ruas.
Campanha	Os textos trazem conteúdo de campanhas de solidariedade.
CAPs	Textos publicados para divulgar as ferramentas sociais disponibilizadas pelo equipamento.
Centro POP	São textos publicados para divulgar as ferramentas sociais disponibilizadas pelo equipamento.
Consultório na Rua	São matérias específicas sobre a atuação deste equipamento social da PMA.
CREAS	Aqui também encontramos textos publicados para divulgar as ferramentas sociais disponibilizadas pelo equipamento.
Criança/Adolescente	Textos divulgando as ações específicas para este público que vive em situação de rua.
Doações	São matérias sobre doações feitas aos equipamentos e projetos.
Evento/Ato Mobilização	Aqui encontramos textos que tratam de ações que reúnem diversos servidores e a População em Situação de Rua em caminhadas, por exemplo, para chamar a atenção para o tema, além de apresentações teatrais, espetáculos, música, homenagens...
Formação Profissional	Matérias que tratam de cursos e outras formações ofertadas aos servidores do Município.
Psicologia	Matéria que divulga o trabalho dos profissionais da psicologia da rede.
PSS	São matérias que apresentaram o processo de seleção de trabalhadores para as secretarias.
Saúde Bucal	Os textos têm como foco o atendimento odontológico da População em Situação de Rua e ações que o programa esteve envolvido.
Serviços	Matérias com os serviços que essas pessoas podem ter acesso na rede disponibilizada pelo Município.
Vacinação	São matérias com a preocupação em manter atualizado o esquema vacinal dessa população, em especial com foco na Covid-19.

Violência	São matérias que ajudam a combater os crimes relacionados à essa população.
-----------	---

Fonte: Autores da Pesquisa

Veja na Tabela 9 abaixo a distribuição dos subtemas com o número de matérias em cada uma delas:

Tabela 9 – Subtemas x Quantidade/PSR

SECRETARIAS	SUBTEMAS	QUANTIDADE
Assistência	Abordagem Social	3
	Abrigo	2
	Campanha	2
	Centro POP	2
	CREAS	1
	Criança/Adolescente	1
	Doações	1
	Evento/Ato Mobilização	4
	Formação Profissional	1
	Psicologia	1
	PSS	2
	Serviços	1
	Violência	1
Defesa Social	Campanha	2
Saúde	Álcool/Drogas	1
	CAPs	1
	Consultório na Rua	1
	Saúde Bucal	2
	Vacinação	2
Planejamento	PSS	1
TOTAL	0	32
TOTAL: 4 secretarias	19 temas (eles se repetem nas secretarias)	32 matérias

Fonte: Autores da Pesquisa

Os outros temas trabalhados pelas quatro secretarias somam 1644 temas (contabilizados somando a quantidade de matérias publicadas). Seguindo o padrão metodológico, foi necessário apurar o Fator de Relevância dos temas ligados à população em situação de rua com base na previsão orçamentária e contabilizar a resolução semântica apurada dos temas.

Tabela 10 – Secretarias x Subtemas

Temas	Subtemas	Fator de Relevância Jornalística (FRJ)		Índice de Resolução Semântica (IRS)	
		De Referência	Apurado	De Referência	Apurado
				Matéria	Matéria
Assistência	Abordagem Social	1	0,9	3	3
	Abrigo	1	0,6	3	2
	Campanha	4	0,6	13	2
	Centro POP	1	0,6	3	2
	CREAS	1	0,3	3	1
	Creche/Adolescente	6,5	0,3	21	1
	Evento/Ato Mobilização	1	1,6	3	5
	Formação Profissional	2,5	0,3	8	1
	Psicologia	2,5	0,3	8	1
	PSS	8,5	0,6	27	2
	Serviços	1	0,3	3	1
Violência	1	0,3	3	1	
Defesa Social	Campanha	8,5	0,6	27	2
Saúde	Alcool/Drogas	3,5	0,3	11	1
	CAPs	3,5	0,3	11	1
	Consultório na Rua	10	0,3	32	1
	Saúde Bucal	9	0,6	29	2
	Vacinação	4	0,6	13	2
Planejamento, Orçamento e Gestão	PSS	5,5	0,3	18	1
Sub Total	Conjunto de Temas Pop Rua	75	9,9	241	32
	Outros temas das quatro grandes áreas	445	510,9	1432	1644
Total		520	520,9	1673	1676
Desejável	Desejável, indica variação máxima de 30% para mais ou menos em relação ao valor de Referência.				
Tende à saturação	Tendência de saturação, variação ultrapassa 30% do valor de Referência (até o limite de 3x deste valor).				
Tende à retração	Tendência à retração, com variação de 30% para menos em relação ao valor de Referência (e acima de 10%).				
Forte saturação	Forte tendência à saturação, indica cobertura 3 vezes maior do que o valor de Referência.				
Forte Retração	Forte tendência à invisibilidade (menor do que 10% em relação ao valor de Referência) ou invisibilidade total (quando em zero).				

Fonte: Autores da Pesquisa.

Os temas que conseguiram uma cobertura Desejável foram: abordagem social (Assistência Social) e Outros; houve Tendência à Saturação em Eventos/Ato Mobilização; Abrigo, Campanha, Centro Pop, CREAS, Formação Profissional, Psicologia, Serviços, Violência (Assistência Social) e Vacinação (Saúde) apresentaram uma Tendência a Retração; e Saturação em Criança/Adolescente, PSS (Assistência Social), Campanha (Defesa Social), Álcool/Drogas, CAP,s, Consultório na Rua, Saúde Bucal (saúde) e PSS (Planejamento, Orçamento e Gestão).

4.3 ANÁLISE DO TEMA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS - PREFEITURA DE ARACAJU

Depois de analisarmos o conteúdo disponível na Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju usando os parâmetros do Guia da Agenda Jornalística para fins de Avaliação da Qualidade da Agenda (Guerra, 2016), passamos a segunda observação, com a análise de conteúdo através da metodologia sugerida por Bardin (1977). Este será um trabalho qualitativo, na busca de respostas para a hipótese: os veículos abrem espaço para a temática ‘população em situação de rua’?; e entender como a abordagem é feita, identificando os subtemas mais comuns e observar qual o lugar de fala da População em Situação de Rua (Como fala ? Quem fala por ela?).

Só para reforçar, das 4.087 matérias escritas pelas 20 secretarias e empresas vinculadas à Administração Municipal de Aracaju foram selecionados 32 textos com alguma citação relacionada à população em situação de rua. As produções apareceram em quatro secretarias: Planejamento, Orçamento e Gestão (1), Defesa Social (2), Saúde (7) e Assistência Social (22). As matérias foram distribuídas em 13 no primeiro semestre de 2022 e 19 no segundo. Ao longo do ano ficaram assim: Janeiro (3), Fevereiro (4), Março (2), Abril (1), Maio (3), Junho (0), Julho (1), Agosto (8), Setembro (4), Outubro (2), Novembro (1) e Dezembro (3). Um fato chama a atenção: no segundo semestre, o mês de agosto teve maior produção pelo fato de celebrar em 19 de Agosto o Dia Nacional de Luta da Pessoa em Situação de Rua. Obviamente deveriam ser produzidas, ou assim esperava, maior percentual de matérias sobre a temática em questão.

As quatro secretarias somam 92 entrevistas (68 fontes diferentes), sendo 32 no primeiro semestre e 60 no segundo (entrevistas coletadas nos 32 textos que faziam referência à população em situação de rua). Estas pessoas aparecem como fontes de informações para o assunto discutido e geralmente são fontes oficiais (secretárias, diretor-geral da guarda, secretária-

adjunta e/ou servidores com atuação nos programas). Algumas fontes apareceram em mais de uma matéria. Veja abaixo:

Tabela 11 – Mais Entrevistados

OS MAIS ENTREVISTADOS		
ENTREVISTADO	VÍNCULO	QUANTIDADE DE MATÉRIAS
Simone Passos	Secretária da Assistência Social	12
Edilberto Rodrigues Filho	Coord. Centro POP/Coord. da Proteção Social Especial	7
Jayne Trindade	Coord. Consultório na Rua	4
Kelly Teles	Coord. Unidade Acolhimento Freitas Brandão	4
Jonathan Rabelo	Coord. Proteção Social Especial da Assistência Social	3
Aline Monteiro	Enfermeira SMS	1
Aline de Oliveira Ribeiro	Enfermeira	1
Almir Santana	Médico/Gerente Programa IST/AIDS	1
Ana Caroline Frinhani	Oficineira	1
Ariovaldo Santana	Cuidador social	1
Arivan de Jesus	Em situação de rua	1
Arnaldo da Silva Emiliano	Em situação de rua	1
Bruna Lima	Palestrante	1
Camila Santana	Psicóloga	1
Carolaine Santos	Em situação de rua	1
Catharine Valois	Educadora Social	1
César Gama	Coord. Cras Gonçalo Rollemberg	1
Chenya Coutinho	Coord. da Rede de Atenção Psicossocial (Reaps)	1
Cristiane Nascimento	Em situação de rua	1
Daniela Beatriz	Em situação de rua	1

Deibson William da Silva	Em situação de rua	1
Edlaine Sena	Coord. Políticas Públicas para Mulheres	1
Edson Ferreira	Em situação de rua	1
Edmundo Matias	Frequentador	1
Emerson Santos	Em situação de rua	1
Fábio Santos	Em situação de rua	1
Everton Luiz	Frequentador	1
Fabírcia Carvalho	Coord. Creas Maria Pureza	1
George Costa	Educador social/Centro POP	1
Joana dos Santos	Coord. CAPs AD Primavera	1
Joelma Dias	Coord. dos Direitos da Mulher (CMDM)	1
José Carlos Jesus	Em situação de rua	1
José Pedro Faustino	Em situação de rua	1
Josefa Assunção	Pres. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	1
Juliana Castelo Branco	Educadora Social	1
Karine de Oliveira	Gerente do SCFV	1
Keila Barros	Enfermeira	1
Karolayne Silva	Cuidador social	1
Kely Cristina Florêncio	Educadora Social	1
Lucas Santos	Em situação de rua	1
M. C. dos S	Frequentadora	1
Magna Sousa	Coord. Abrigo Sorriso	1
Marcelo Bessa	Educador social/Centro POP	1
Marcos Silva	Em situação de rua	1
Margarethe Rodrigues	Técnica referência da abordagem social	1
Maria do Carmo	Assistida/aposentada 84 anos	1
Mateus Kelvys da Rocha	Em situação de rua	1

Maurício Mendes-Belmonte	Residente Educação Física	1
Meiry Ane Santana	Coord. Abrigo Caçula Barreto	1
Moacir Andrade	Sem identificação	1
Monique Tayanine Cruz	Coord. Alta Complexidade da Assistência Social	1
Pastor Eduardo Lima	Vereador	1
Priscila Conceição	Dona de casa	1
Rafaela Torjal	Psicóloga	1
Robert Carmo	Coord. Projeto Redução de Danos	1
Rogevânio Alves	Coord. da SEIAS	1
Rosimeire Oliveira	Conselheira Tutelar do 5o Distrito	1
S.O.	Em situação de rua	1
Selma França	Secretária-adjunta da Assistência Social	1
Sérgio Barreto Morais	Defensor Público do Estado de Sergipe	1
Silvano Santos	Em situação de rua	1
subinspetor Fernando Mendonça	Diretor-Geral da Guarda Municipal de Aracaju	1
Tábata Santos	Servidora	1
Thaís Oliveira	Psicóloga	1
Tenente-coronel Sílvio Prado	Secretário Municipal da Defesa Social	1
Vanessa Barreto	Gerente Média Complexidade da Assistência Social	1
Wadson Freire da Silva	Ex-População em Situação de Rua	1
Waneska Barbosa	Secretária Municipal da Saúde	1
68 entrevistados	TOTAL	93

Fonte: Autores da Pesquisa

Tivemos 68 entrevistados com 93 citações, além de duas consultas a Fonte Oficial (Organização Mundial da Saúde - OMS e Guarda Municipal - GM) na matéria “Prefeitura realiza palestra sobre campanha Setembro Amarelo em casa de passagem”, de 28/09/2022) e em “Prefeitura de Aracaju realiza terceira edição do The Street Stores”, 12/08/2022. Foram 17 entrevistas de pessoas ligadas à gestão municipal (Fontes Oficiais); 35 representando o próprio Município nas funções de coordenação, gerência, diretorias e conselheiros (Fontes Oficiais Por Representação); 19 são palestrantes, servidores municipais e contratados (Fontes Oficiais Técnicas); 3 usuários dos equipamentos sociais (Fonte Usuário); e 20 população em situação de rua (Fonte População em Situação de Rua). Nos textos da Agência, a fala dessas pessoas serve como sustentação para as ações desenvolvidas pela administração municipal. Veja abaixo:

Tabela 12 – Tipos de Fontes

MATÉRIA/data ⁷	TIPOS DE FONTE		
	N. de Entrevistados	FONTE	TIPO
“Prefeitura realizará processo seletivo para a Secretaria da Assistência Social”, 07/01/2022	1	Secretária da Assistência Social.	Fonte Oficial.
“Prefeitura aplica dose de reforço contra covid em pessoas em situação de rua”, 19/01/2022	1	Coord. Consultório na Rua/Saúde.	Oficial Por Representação.
“Abordagem Social: Prefeitura atua pela garantia direitos da população em situação de rua”, 24/01/2022	2	Coord. Proteção Especial da Assistência Social; Referência Técnica da Abordagem.	Oficial Por Representação. Oficial Por Representação.
“Unidades de Acolhimento garantem auxílio à população em situação de rua”, 02/02/2022	4	Coord. Proteção Especial da Assistência Social; Homem em situação de rua; Coordenadora de Unidade de	Oficial Por Representação. Fonte População em Situação de Rua; Oficial Por Representação. Fonte População em Situação de Rua.

⁷ Matérias disponíveis no Anexo

		Acolhimento Freitas Brandão; Homem em situação de rua.	
“Cuidador Social: Prefeitura convoca classificados no PSS para entrega de documentos”, 03/02/2022	1	Secretária da Assistência Social.	Fonte Oficial.
“População aprova vacinação contra covid-19 no Restaurante Padre Pedro”, 16/02/2022	5	Frequentador; Frequentador; Homem em situação de rua; Enfermeira SMS; Coordenador da SEIAS (Estado).	Fonte População em Situação de Rua; Fonte População em Situação de Rua; Fonte População em Situação de Rua; Oficial Técnico; Oficial Por Representação.
“Prefeitura desenvolve uma série de estratégias para enfrentamento ao alcoolismo”, 18/02/2022	1	Coordenadora da Rede de Atenção Psicossocial	Oficial Por Representação;
“Prefeitura reforça oferta de serviços para pessoas em situação de vulnerabilidade”, 25/03/2022	1	Secretária da Assistência Social	Fonte Oficial
“Centro POP garante direito à cidadania à população em situação de rua”, 29/03/2022	4	Coordenação do Centro Pop; Homem em Situação de Rua; Mulher em Situação de Rua; Homem em Situação de Rua.	Oficial Por Representação; Fonte População em Situação de Rua; Fonte População em Situação de Rua; Fonte População em Situação de Rua.
“Crianças acolhidas em Abrigos da Prefeitura recebem doações de ovos da Páscoa”, 13/04/2022	3	Coordenador da Proteção Social; Coordenação do Abrigo Sorriso; Menino em Situação de Rua.	Oficial Por Representação; Oficial Por Representação; Fonte População em Situação de Rua.
“Assistidos pelo Centro POP são	3	Coordenação do Centro Pop;	Oficial Por Representação;

homenageados em evento alusivo às mães”, 13/05/2022		Mulher em situação de rua; Mulher em Situação de rua.	Fonte População em Situação de Rua; Fonte População em Situação de Rua.
“Após reforma, Caps AD Primavera amplia e reformula assistência aos usuários”, 19/05/2022	4	Coord. do CAPs AD Primavera; Homem ex-situação de rua; Oficineira do CAPs; Residente de Educação Física;	Oficial Por Representação; Fonte População em Situação de Rua; Oficial Técnico; Oficial Técnico.
“Prefeitura retoma parceria com Defensoria Pública no atendimento às pessoas em situação de rua”, 20/05/2022	2	Coord. Proteção Social Especial; Defensoria Pública do Estado de Sergipe;	Oficial Por Representação; Fonte Oficial.
“Cuidadores sociais selecionados no PPS concluem curso de capacitação profissional”, 13/07/2022	5	Secretária da Assistência Social; Coord. Proteção Social especial; Coord. Abrigo Caçula Barreto; Cuidadora Social; Cuidador Social;	Fonte Oficial; Oficial Por Representação; Oficial Por Representação; Oficial Técnico; Oficial Técnico.
“Prefeitura oferta serviços socioassistenciais a mulheres em situação de violência”, 07/08/2022	3	Secretaria da Assistência Social; Conselho Mun. Direitos da Mulher; Coordenadoria de Políticas para Mulheres.	Fonte Oficial; Oficial Por Representação; Oficial Por Representação.
“Abrigo Freitas Brandão realiza programação alusiva ao Dia dos Pais”, 12/08/2022	4	Coord. Alta Complexidade; Coord. Abrigo Freitas Brandão; Homem em situação de Rua; Homem em Situação de Rua.	Oficial Por Representação; Oficial Por Representação; Fonte População em Situação de Rua; Fonte População em Situação de Rua.
“Prefeitura de Aracaju realiza terceira edição	1	Guarda Municipal (só dados, sem entrevista)	Oficial Por Representação.

do The Street Stores”, 12/08/2022			
“Guarda Municipal de Aracaju realiza ação social para população em situação de rua”, 16/08/2022	2	Secretaria Defesa Social; Diretor-geral da Guarda Municipal.	Fonte Oficial; Oficial Por Representação.
“Prefeitura participa da Caminhada da Visibilidade”, 19/08/2022	4	Educador Social Centro Pop; C Coord. Consultório na Rua; Educador Social; Abordagem Social;	Oficial Técnico; Oficial Por Representação; Oficial Técnico; Oficial Técnico.
“Prefeitura mantém serviços para auxiliar pessoas em situação de rua”, 19/08/2022	1	Secretaria da Assistência Social.	Fonte Oficial.
“Prefeitura ofertará avaliação odontológica a pessoas em situação de rua”, 24/08/2022	1	Coord. Consultório na Rua.	Oficial Por Representação.
“Psicólogos da Assistência Social empoderam usuários para ressignificar suas histórias”, 27/08/2022	4	Secretaria da Assistência Social; Psicóloga; Psicóloga; Psicóloga.	Fonte Oficial; Oficial Técnico; Oficial Técnico; Oficial Técnico.
“Prefeitura realiza ação de promoção à saúde para pessoas em situação de rua”, 01/09/2022	1	Coord. Projeto Redução de Danos.	Oficial Por Representação.
“Educadores sociais contribuem para a formação de pessoas em situação de vulnerabilidade”, 19/09/2022	5	Secretaria da Assistência Social; Gerência do SCFV; Educadora Social; Educadora Social; Educadora Social.	Fonte Oficial; Oficial Por Representação; Oficial Técnico; Oficial Técnico; Oficial Técnico.
“Prefeitura garante acolhimento a pessoas que tiveram direitos violados”, 12/09/2022	3	Coord. Cras Gonçalves Rollemberg; Coord. Cras Maria Pureza; Mulher.	Oficial Por Representação; Oficial Por Representação; Fonte Usuário.

“Prefeitura realiza palestra sobre campanha Setembro Amarelo em casa de passagem”, 28/09/2022	4	Organização Mundial da Saúde (uso de dados/sem entrevista); Coord. Proteção Social Especial; Psicóloga; Coord. Casa de Passagem Freitas Brandão.	Fonte Oficial; Fonte Por Representação; Oficial Técnico; Fonte Por Representação.
“Consultório na Rua: Prefeitura assegura direito à saúde às pessoas em situação de rua”, 26/10/2022	5	Secretária Municipal da Saúde; Coord. Consultório na Rua; Enfermeira; Homem em Situação de Rua; Homem em Situação de rua.	Fonte Oficial; Oficial Por Representação; Oficial Técnico; Fonte População em Situação de Rua; Fonte População em Situação de Rua.
“Pré-Caju 2022: Assistência Social atuará pela garantia de direitos no evento”, 27/10/2022	1	Secretária da Assistência Social.	Fonte Oficial.
“Novembro Azul: usuários de Casa de Passagem participam de palestras sobre saúde do homem”, 22/11/2022	6	Coord. Proteção Social Especial; Coord. Casa de Passagem; Enfermeira; Gerente do Programa IST/Aids; Homem em Situação de Rua; Homem em Situação de Rua;	Oficial Por Representação; Oficial Por Representação; Oficial Técnica; Oficial Por Representação; Fonte População em Situação de Rua; Fonte População em Situação de Rua.
“Prefeitura formula protocolo de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua”, 12/12/2022	4	Secretária da Assistência Social; Pres. Cons. Mun. Direitos da Criança e do Adolescente; Coordenação Proteção Social Básica; Conselheira Tutelar.	Fonte Oficial; Oficial Por Representação; Oficial Por Representação; Oficial Técnico.

“Prefeitura promove confraternização natalina para pessoas em situação de rua”, 20/12/2022	5	Secretária da Assistência Social; Servidora Municipal; Vereador; Homem em Situação de Rua; Homem em Situação de Rua.	Fonte Oficial; Oficial Técnico; Fonte Oficial; Fonte População em Situação de Rua; Fonte População em Situação de Rua.
“Usuários de equipamentos socioassistenciais prestigiam espetáculo natalino”, 22/12/2022	4	Secretária-adjunta da Assistência Social; Gerência de Média Complexidade; Mulher; Dona de Casa;	Fonte Oficial; Oficial Por Representação; Fonte Usuário; Fonte Usuário.
TOTAL	95		95 fontes

Fonte: Site/Prefeitura de Aracaju

Com os 20 entrevistados da população em situação de rua percebemos uma fala em tom de gratidão, para os quais as ferramentas ofertadas pela gestão pública servem como um recomeço. Eles acreditam que teriam um futuro incerto caso não recebessem o apoio. Em algumas matérias, o lugar de fala dessas pessoas está apenas nas fotografias. É como se fossem ouvidas para legalizar a ação social do gestor. Lembrando que as entrevistas com a População em Situação de Rua foram computadas apenas em 10 dos 32 textos analisados. Não foram ouvidas associações ou algum tipo de representação, estes números são apenas das pessoas em situação de rua.

Percebe-se também uma redação focada em falar mais da ação do serviço – como uma prestação de contas - que levar informações às População em Situação de Rua, já que nem sempre dispõem de acesso à meios de comunicação. Lembrando que esses textos são publicados diretamente na Agência de Notícias – Prefeitura de Aracaju. Nossa análise também observou pouco zelo no aprofundamento das histórias de vida, quase sempre apresentadas como pessoas em situação de rua “amparadas” pelo poder público, sem relatar, por exemplo, os motivos que as levaram a viverem desta forma; o tempo vivido nas ruas; os sonhos; e outros relatos que poderiam contribuir com a diminuição dos preconceitos e humanizando a abordagem. A produção é mais para elogiar um serviço municipal que entender a realidade dessas pessoas. O próprio termo Centro Pop – amplamente usado nacionalmente – é uma forma de amenizar o sofrimento delas. O termo é muito usado pelas estrelas da música, cinema e teatro.

Leia alguns trechos dessas falas⁸:

“(…) não fosse a ajuda, ainda estaria na rua”, “um lugar que me acolheu quando eu mais precisei” – fragmentos de uma matéria do dia 2 de fevereiro de 2022; “Cheguei aqui muito debilitado, pesando 45 quilos (...) e hoje estou recuperado, pesando 70 quilos” – trecho da matéria publicada 12 de agosto de 2022; “Desde que frequento o Centro POP muita coisa mudou na minha vida, pois facilitou a retirada de documentos que eu havia perdido”, “se não fosse pelo Centro POP eu não teria nada” essas são falas de usuários do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) no texto retirado de uma matéria do dia 29 de março de 2022.

Neste último texto, chamou a atenção a fala de um senhor identificado como Edson Ferreira de 47 anos: “O atendimento do Centro POP é ótimo e é um dever preservar esse lugar, não só quem trabalha aqui, mas quem assim como eu utiliza regularmente”. É uma fala que mostra muito do seu Edson. Ela mostra o conhecimento dele sobre cidadania: é um discurso politizado, de alguém que sabe dos seus direitos e deveres.

Também tivemos algumas falas mais humanizadas – poucas é bem verdade – quando a assessoria colheu um depoimento de dona Daniela Beatriz sobre maternidade, revelando uma mulher como todas as outras, de igual para igual, mas que a “cegueira social” insistem em interferir nesta realidade: “Ser mãe, pra mim, é uma maravilha, é uma dádiva recebida por Deus e nessa festa eu senti a minha importância” – matéria do dia 13 de maio de 2022. O dom da maternidade nem sempre é enxergado pelas pessoas neste tipo de comunidade e os dramas vividos nas ruas por essas mulheres: “além de conversarmos com outras mães sobre a discriminação que sofremos”. No texto do dia 12 de agosto de 2022, também observamos uma tentativa de fazer um texto valorizando as histórias dessas pessoas: “Perdi meu pai aos 6 anos de idade. Ele criou eu e os meus irmãos na batalha (...) Deus abriu as portas para mim no Freitas e hoje sou uma pessoa melhor, voltei a acreditar em mim”.

O mais alto grau de silenciamento da População em Situação de Rua é quando o jornalista fala sobre e não com. Foi o caso da cobertura sobre o *The Street Store*, no dia 18 de agosto de 2022, onde essas pessoas só aparecem nas fotografias. Será que em um evento onde dezenas dessas pessoas participaram, com a doação de cerca de 1.000 peças de roupas não possibilitou que o jornalista ouvisse uma delas? Por que apenas o subinspetor Fernando Mendonça, diretor-geral da Guarda Municipal de Aracaju é que tem o lugar de fala? São

⁸ As matérias estão disponíveis, para acesso, no Anexo desta dissertação.

perguntas que exigem um maior aprofundamento, que não caberá a nossa dissertação, mas será alvo de outras pesquisas do autor.

O texto do dia 19 de agosto de 2022, Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, apresenta apenas a entrevista da secretária da Assistência Social, uma nítida demonstração de silenciamento. Quem melhor do que a própria População em Situação de Rua para falar dos dilemas e momentos de alegria vividos por ela? Um pouco de equiparação nas falas também mostraria uma assessoria comprometida em fazer um jornalismo de fato social, gerando mais credibilidade para os que irão ler o material.

As terminologias⁹ utilizadas nas 32 matérias pela Agência de Notícias – Prefeitura de Aracaju estão dentro da definição de “população/pessoas em situação de rua” segundo a Lei 7.053 de 2009, que instituiu a Política Nacional da População em Situação de Rua. A terminação “em situação de rua” ganhou a companhia de outras palavras como: famílias em situação de rua, mulheres em situação de rua, migrante em situação de rua, cidadãos em situação de rua, mães em situação de rua, dependente químico em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de rua. Quando não usavam esse termo, referiam-se como um tom respeitoso: usuários dos equipamentos sociais, pessoas, cidadãos, pessoas em situação de vulnerabilidade social, que transitam pelas ruas, pessoas com trajetória de rua, assistidos, situação de extrema pobreza, população mais vulnerável, situação de vulnerabilidade social e risco pessoal em espaço público e pessoas que tiveram direitos violados. Percebemos que as adaptações também ocorriam para deixar a redação menos repetitiva, mas sempre com o cuidado de não causar ofensas à dignidade humana.

Poucos termos, que não seriam os mais adequados/recomendados, foram registrados como: sujeitos (tom pejorativo), morador de rua/colega de rua (termos usados pelos entrevistados em situação de rua), sem teto, artista de rua, mãe na conjuntura da população de rua, pessoas singulares. E por que esses termos não seriam adequados? Pelo fato de estarem fora dos parâmetros da Lei 9.053 de 2009, a qual adota o termo “população em situação de rua”, por ser um estado de vida passageiro, e não provocar agressões à cidadania dessas pessoas.

Quanto ao espaço dado às falas oficiais e da População em Situação de Rua nos 10 textos, buscamos fazer uma análise baseada na quantidade de linhas reservadas aos dois perfis de entrevistados. Quanto mais linhas, maior expressividade, mesmo que, em sua maioria, seja para reforçar a ideologia com falas adjetivadas. Neste caso, também foi considerado o texto introdutório das falas que aparecem entre aspas (título), logo abaixo:

⁹ Conjunto de termos.

Tabela 13 – As Vozes

MATÉRIA	TABELA					
	VOZ OFICIAL	Nº	VOZ POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	Nº	VOZ NEUTRA*	Nº
		Linhas**		Linhas**		Linhas**
“Prefeitura realizará processo seletivo para a Secretaria da Assistência Social”, 07/01/2022	1	7	0	0	0	0
“Prefeitura aplica dose de reforço contra covid em pessoas em situação de rua”, 19/01/2022	1	14	0	0	0	0
“Abordagem Social: Prefeitura atua pela garantia direitos da população em situação de rua”, 24/01/2022	2	28	0	0	0	0
“Unidades de Acolhimento garantem auxílio à população em situação de rua”, 02/02/2022	2	21	2	11	0	0
“Cuidador Social: Prefeitura convoca classificados no PSS para entrega de documentos”, 03/02/2022	1	6	0	0	0	0
“População aprova vacinação contra covid-19 no Restaurante Padre Pedro”, 16/02/2022	2	11	3	11	0	0
“Prefeitura desenvolve uma série de estratégias para enfrentamento ao alcoolismo”, 18/02/2022	1	24	0	0	0	0
“Prefeitura reforça oferta de serviços para pessoas em situação de vulnerabilidade”, 25/03/2022	1	47	0	0	0	0
“Centro POP garante direito à cidadania à população em situação de rua”, 29/03/2022	1	18	3	27	0	0
“Crianças acolhidas em Abrigos da Prefeitura recebem doações de ovos da Páscoa”, 13/04/2022	2	15	1	4	0	0

“Assistidos pelo Centro POP são homenageados em evento alusivo às mães”, 13/05/2022	1	9	2	9	0	0
“Após reforma, Caps AD Primavera amplia e reformula assistência aos usuários”, 19/05/2022	3	43	1	11	0	0
“Prefeitura retoma parceria com Defensoria Pública no atendimento às pessoas em situação de rua”, 20/05/2022	1	16	0	0	1	10
“Cuidadores sociais selecionados no PPS concluem curso de capacitação profissional”, 13/07/2022	5	66	0	0	0	0
“Prefeitura oferta serviços socioassistenciais a mulheres em situação de violência”, 07/08/2022	3	36	0	0	0	0
“Abrigo Freitas Brandão realiza programação alusiva ao Dia dos Pais”, 12/08/2022	2	20	2	16	0	0
“Prefeitura de Aracaju realiza terceira edição do The Street Stores”, 12/08/2022	0	0	0	0	0	0
“Guarda Municipal de Aracaju realiza ação social para população em situação de rua”, 16/08/2022	2	24	0	0	0	0
“Prefeitura participa da Caminhada da Visibilidade”, 19/08/2022	3	11	0	0	0	0
“Prefeitura mantém serviços para auxiliar pessoas em situação de rua”, 19/08/2022	1	14	0	0	0	0
“Prefeitura ofertará avaliação odontológica a pessoas em situação de rua”, 24/08/2022	1	14	0	0	0	0
“Psicólogos da Assistência Social empoderam usuários para ressignificar suas histórias”, 27/08/2022	4	40	0	0	0	0
“Prefeitura realiza ação de promoção à saúde para pessoas em situação de rua”, 01/09/2022	1	6	0	0	0	0
“Educadores sociais contribuem para a formação de pessoas em situação de vulnerabilidade”, 19/09/2022	5	77	0	0	0	0

“Prefeitura garante acolhimento a pessoas que tiveram direitos violados”, 12/09/2022	2	16	0	0	1	22
“Prefeitura realiza palestra sobre campanha Setembro Amarelo em casa de passagem”, 28/09/2022	3	30	0	0	0	0
“Consultório na Rua: Prefeitura assegura direito à saúde às pessoas em situação de rua”, 26/10/2022	3	35	2	18	0	0
“Pré-Caju 2022: Assistência Social atuará pela garantia de direitos no evento”, 27/10/2022	1	22	0	0	0	0
“Novembro Azul: usuários de Casa de Passagem participam de palestras sobre saúde do homem”, 22/11/2022	3	32	2	19	1	7
“Prefeitura formula protocolo de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua”, 12/12/2022	4	45	0	0	0	0
“Prefeitura promove confraternização natalina para pessoas em situação de rua”, 20/12/2022	2	27	2	18	1	12
“Usuários de equipamentos socioassistenciais prestigiam espetáculo natalino”, 22/12/2022	2	27	0	0	2	21
TOTAL	66	801	20	144	7	72
*Não tem ligação com nenhuma dos outros dois tópicos; **Quantidade de linhas das falas envolve também as citações/falas indiretas. - O tom azul foi usado para identificar os textos que entrevistaram pessoas em situação de rua.						

Fonte: Autores da Pesquisa

Nos 10 textos que tratavam da população em situação de rua, e aparecem na tabela acima em tom azul, observamos um trabalho tendencioso dos profissionais ao provocar um desequilíbrio nas abordagens. São sete textos nos quais as fontes da Prefeitura de Aracaju (secretários e outros servidores) tiveram mais espaço, em 1 (um) a população em situação de rua ficou em vantagem e em outros dois textos houve um equilíbrio na quantidade de linhas. Só reforçando, esta análise não considera o conteúdo das falas e sim a qualidade de linhas dedicadas a elas.

Ainda precisamos analisar a relação destes 10 textos com as políticas públicas estabelecidas na legislação em vigor país e pela administração municipal de Aracaju. Conseqüentemente, como são ações previstas no Orçamento Municipal, as assessorias de

imprensa necessitam fazer a prestação de contas através das matérias. Para ajudar na compreensão das escolhas legais nos textos, a tabela a seguir possui as leis, portarias e decretos relacionados ao assunto da matéria jornalística:

Tabela 14 - Legislação

Decreto 7.053/2009	Criação da Política Nacional da População em Situação de Rua.
Resolução 40/2020	Documento que trata das diretrizes da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, conforma o Decreto 7.053/2009.
Loas (Lei 8.742/93)	Trata dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado Assistência Social (CREAS).
Orientações Técnicas 2011	Orientações Técnicas sobre o Centro POP-SUAS.
Portaria 336/2002	Trata da regulamentação dos CAP's.
Portaria 122/2011	Fala sobre a criação do programa Consultório na Rua.

Texto 1: “Unidades de acolhimento garantem auxílio à população em situação de rua”, de 02/02/2022, a produção se sustenta no Decreto 7.053/2009 (destaque para os artigos: 8º - que trata da questão dos acolhimentos temporários e o 7º - sobre segurança alimentar); trata ainda da Resolução 40/2020 – quando fala sobre efetivação das políticas públicas, seus mecanismos de atuação; Orientações Técnicas 2011 - com o acesso ao Centro POP; e a Lei 8.742/93 – no que se refere aos equipamentos sociais CREAS e CRAS.

Texto 2: “População aprova vacinação contra covid-19 no Restaurante Padre Pedro”, de 16/02/2022: Decreto 7.053/2009 e Resolução 40/2020 – na articulação entre o SUAS e o SUS (no caso do acesso a vacina), de forma indireta tem a questão do espaço onde o serviço é ofertado, dentro de um equipamento que promove à segurança alimentar.

Texto 3: “Centro POP garante direito à cidadania à população em situação de rua”, de 29/03/2022, assim como nos textos anteriores com o Decreto 7.053 e a Resolução 40, no que se trata da oferta dos equipamentos sociais, segurança alimentar e proteção; assim como traz as questões relacionadas às Orientações Técnicas 2011 – com o Centro POP e a execução desse equipamento para a aplicação das políticas pública, fornecidas através dele.

Texto 4: “Crianças acolhidas em abrigos da Prefeitura recebem doações de ovos da Páscoa”, de 13/04/2022, não trata especificamente de uma matéria legal, a doação recebida

através de uma empresa é mais a um gesto solidário, porém, o abrigo é uma política pública observada no Decreto 7.053 em na Resolução 40/2020.

Texto 5: “Assistidos pelo Centro POP são homenageados em evento alusivo às mães”, publicado em 13/05/2022, como se trata de um evento não lida diretamente a uma matéria legal, mas são ações importante para a manutenção da cidadania, para a valorização individual dessas pessoas, nem sempre vistas como aptas ao exercício dos direitos e deveres. Aqui também vale lembrar que ocorre a ação ocorre em um equipamento social, o Centro POP – aí podemos fazer referências ao Decreto, a Resolução e às Orientações Técnicas 2011.

Texto 6: “Após reforma, Caps AD Primavera amplia e reformula assistência aos usuários”, publicado em 19/05/2022, está relacionada à Portaria 336/2002 a qual trata do Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) como acesso à ações e programas de saúde mental.

Texto 7: “Abrigo Freitas Brandão realiza programação alusiva ao Dia dos Pais”, de 12/08/2022, é um evento e não trata especificamente de uma matéria legal, mas a ação ajuda no reconhecimento da cidadania e protagonismo dessas pessoas, referendados no Decreto, na Resolução e acontece no abrigo com a parceria do Programa Consultório na Rua, que é uma ação da Portaria 122/2011.

Texto 8: “Consultório na Rua: Prefeitura assegura direito à saúde às pessoas em situação de rua”, publicado em 26/10/2022, traz uma ligação com a Portaria 122/2011 (Consultório na Rua), Portaria 336/2002 (ao fazer referência ao CAPs), Lei 8.742/93 (ao tratar do CRAS), além de forma indireta o Decreto 7.053/2009 e a Resolução 40/2020.

Texto 9: “Novembro Azul: usuários de Casa de Passagem participam de palestras sobre saúde do homem”, publicado em 22/11/2022, as ações e citações presentes nele são relacionadas ao Decreto 7.053/2009 e a Resolução 40/2020 – no quesito acesso à informação, programas de saúde e à Portaria 122/2011 (Consultório na Rua).

Texto 10: “Prefeitura promove confraternização natalina para pessoas em situação de rua”, de 20/12/2022, é mais uma ação ligada à cidadania, com a promoção da autoestima, protagonismo (Decreto 7.053/2009 - Resolução 40/2020) e ações da Portaria 122/2011.

4.4 ANÁLISE DO TEMA NOS SITES G1 SERGIPE E INFONET

Após o levantamento das reportagens feitas pelos profissionais de comunicação das assessorias das secretarias da Assistência Social, Saúde, Defesa Social e Planejamento, Orçamento e Gestão - totalizando 32 textos que tratam da abordagem desta dissertação - usamos o sistema de busca do Google colocando o título da matéria da Agência e os nomes dos sites

comerciais (ex. “Prefeitura realizará PSS para a Secretaria da Assistência Social: G1 Sergipe”) para saber se o veículo reproduziu a da Agência de Notícias da PMA. Quando havia a divulgação do assunto a matéria era separada, já quando não era encontrada, era feita uma segunda, terceira, quarta... tentativas. Buscas foram realizadas com as palavras-chave (população em situação de rua; morador de rua; e PopRua.) nos dois sites, para localizar todas as matérias produzidas com a temática ao longo de 2022. Vale lembrar que o trabalho levou em consideração apenas os textos que citavam às palavras-chave. Já destacamos o fato de os dois sites não produzirem matérias em agosto, mês no qual se comemora do Dia de Luta pela População em Situação de rua (19/8), uma data lembrada pelo massacre da Sé, uma chacina registrada contra pessoas que moravam nas ruas de São Paulo.

G1 Sergipe - Foram localizados cinco textos sobre a temática, sendo três retirados da Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju. Começamos nossa análise com eles: **Texto 1:** “Prefeitura de Aracaju abre PSS para contratação e formação de cadastro reserva para cuidadores sociais” no dia 10 de janeiro de 2022 (Texto da Agência: Prefeitura realizará processo seletivo para a Secretaria da Assistência Social do dia 07 de janeiro). O texto original traz seis parágrafos, já o publicado pelo G1 apenas três, o título e o texto foram refeitos. Muito objetivo, com as informações básicas. Também retirou a informação, no original era passada pela secretária da Assistência Social, Simone Passos, a qual diz que o cuidador escolhido também iria prestar serviço na “... Casa lar para idosos e dos Abrigos para pessoas em situação de rua”. A retirada dessa informação, pode ser vista como uma forma de silenciamento da comunidade que vive em situação de rua.

Texto 2: “Convocados no PSS de cuidador social de Aracaju devem enviar documentos até sábado” no dia 8 de fevereiro de 2022 (Texto da Agência: “Cuidador Social: Prefeitura convoca classificados no PSS para entrega de documentos” do dia 3 de fevereiro de 2022). O texto original tinha oito parágrafos, já o do G1 apenas três. A esta publicação se aplica as mesmas da matéria anterior: retirada dessa informação = silenciamento da comunidade.

Texto 3: “Vacinação contra a Covid-19 ocorre em restaurante popular em Aracaju” no dia 16 de fevereiro de 2022 (Texto da Agência: “População aprova vacinação contra Covid-19 no Restaurante Padre Pedro” de 16 de fevereiro de 2022). O texto da Agência é executado em cinco parágrafos e o do G1, também em cinco. Título e texto refeitos. Aqui encontramos mais uma forma de silenciamento. No texto oficial, são três pessoas em situação de rua ouvidas, mesmo que para elogiar a ação, e nenhuma no do G1. Também não cita que a vacinação no restaurante popular contemplou a população em situação de rua. O lado positivo é a fala oficial

do coordenador do Programa Municipal de Imunização da SMS, Yuri Melchior, o qual não aparecia no texto oficial.

Tabela 15 – Matérias G1 Sergipe

G1	SITE COMERCIAL	AGÊNCIA	REPRODUZIDA		
			INTEGRA	ALTERADA	
				ACRÉSCIMO	EXCLUSÃO
	<p>“Prefeitura de Aracaju abre PSS para contratação e formação de cadastro reserva para cuidadores sociais” no dia 10 de janeiro de 2022</p> <p>https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/01/10/prefeitura-de-aracaju-abre-pss-para-contratacao-e-formacao-de-cadastro-reserva-para-cuidadores-sociais.ghtml</p>	<p>Prefeitura realizará processo seletivo para a Secretaria da Assistência Social do dia 07 de janeiro</p>	6 parágrafos	Não houve	<p>Excluiu metade dos parágrafos;</p> <p>Título refeito;</p> <p>Retirou a citação e fala da secretária;</p> <p>Retirou a informação que o cuidador iria trabalhar na “... Casa lar para idosos e dos Abrigos para pessoas em situação de rua”.</p>
	<p>“Convocados no PSS de cuidador social de Aracaju devem enviar documentos até sábado” no dia 8 de fevereiro de 2022</p> <p>https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/02/08/convocados-no-pss-de-cuidador-social-de-aracaju-devem-enviar-documentos-ate-sabado.ghtml</p>	<p>"Cuidador Social: Prefeitura convoca classificados no PSS para entrega de documentos ” do dia 3 de fevereiro de 2022</p>	8 parágrafos	Não houve	<p>Excluiu cinco parágrafos;</p> <p>Excluiu entrevistados;</p> <p>Excluiu citação da população em situação de rua”;</p> <p>Título refeito.</p>

	"Vacinação contra a Covid-19 ocorre em restaurante popular em Aracaju" no dia 16 de fevereiro de 2022 https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/02/16/vacinacao-contra-a-covid-19-ocorre-em-restaurante-popular-em-aracaju.ghtml	"População aprova vacinação contra Covid-19 no Restaurante Padre Pedro" de 16 de fevereiro de 2022	5 parágrafos	Avanço da pauta com a fala do coordenador, que não aparece no texto oficial; Manteve o número de parágrafos. (mesmo que reduzidos);	Título e texto refeitos; Retirada de três pessoas em situação de rua ouvidas; Sequer cita que a vacinação no restaurante popular contemplou a população em situação de rua.
--	--	--	--------------	---	---

Fonte: G1 Sergipe

Infonet - Foram localizados sete textos sobre a temática, sendo apenas um reproduzido da Agência com a citação de alguma referência a temática População em Situação de Rua: “Prefeitura realizará PSS para a Secretaria da Assistência Social” no dia 7 de janeiro de 2022 (Texto da Agência: Prefeitura realizará processo seletivo para a Secretaria da Assistência Social do dia 07 de janeiro). O texto foi uma reprodução na íntegra da matéria publicada pela Agência, sem avanços em dados ou mesmo entrevistas. Apenas trouxe informações sobre o processo seletivo voltado aos cuidadores. A População em Situação de Rua só aparece na fala da secretária da Assistência Social, Simone Passos, ao afirmar que o certame é para suprir a carência de profissionais dos equipamentos socioassistenciais “... da Casa lar para idosos e dos Abrigos para pessoas em situação de rua”.

Tabela 16 – Matérias Infonet

Infonet	Site Comercial	Agência	Reproduzida		
			INTEGRA	ALTERADA	
				ACRÉSCIM O	EXCLUSÃO
	“Prefeitura realizará PSS para a Secretaria da Assistência Social” no dia 7 de janeiro de 2022	Prefeitura realizará processo seletivo para a Secretaria da Assistência	OK	Não houve	Não houve

	https://infonet.com.br/noticias/educacao/prefeitura-realizara-pss-para-a-secretaria-da-assistencia-social/	Social do dia 07 de janeiro			
--	---	--------------------------------	--	--	--

Fonte: Infonet

5 CONCLUSÃO

5.1 RESULTADOS

A dissertação “A População em Situação de Rua na Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju e o impacto nos sites G1 Sergipe e Infonet” é resultado de uma queixa pessoal do autor deste trabalho, que é jornalista formado em 2005 pela Universidade Tiradentes (Aracaju/SE) e desde 2016 mantém no YouTube o canal Que Vem das Ruas - voltado a contar história de pessoas em situação de rua. O espaço foi criado depois de perceber o pouco espaço dado à cobertura da temática e quando aparecia na imprensa, o lugar de fala destas pessoas era silenciado ou transferido para autoridades, representantes de instituições, organizações não governamentais, religiosos e qualquer pessoa que faça alguma ação social nos dias de frio intenso e/ou nos finais de ano.

Ao longo de 17 anos de atuação profissional, o olhar foi direcionado às causas sociais e percebendo como a problemática das ruas era minimizada, reduzida a determinadas épocas e feita a base de estereótipos, falas que reforçam o preconceito e em nada ajudam ao processo de democratização da comunicação e da cidadania destas pessoas que vivem à margem das políticas públicas, sempre colocadas em segundo plano.

Quase sempre o trabalho citando a População em Situação de Rua revela o preconceito e o alto nível de silenciamento ao qual estas pessoas são submetidas, de forma intencional ou mesmo. Não é exceção encontramos reportagens na televisão, no rádio ou mesmo na internet falando sobre a população em situação de rua e não com ela. Quer mostrar o sofrimento de quem passa nestas condições e colocam imagens (vídeo/fotografias) dessas pessoas casadas com depoimentos de representantes do Governo, ONGs, lideranças religiosas e até pessoas que estão fazendo assistencialismo, mas não dão o protagonismo aos membros desta comunidade. É como se a condição em que se encontram, às vezes de forma temporária, fosse responsável por cercear a falta de conhecimento dos seus direitos ou capacidade de se expressar. Quando esta mesma condição não é vista de forma romantizada, supervalorizando o fato de sobreviverem a condições adversas. Nem uma forma nem outra ajudam no processo de cidadania dessas pessoas. Elas precisam apenas ser tratadas como cidadãos, com direitos e deveres, assim como todas as outras comunidades da sociedade.

Naturalizar este discurso e inserir na pauta diária ajuda a formar uma imagem mais próxima da realidade do cotidiano de quem vive nestas condições. Tão errado quanto abordar

essas pessoas apenas em datas comemorativas é acreditar que não podem opinar sobre os diversos temas que normalmente são tratados como os outros membros da sociedade.

O senso comum leva o profissional da comunicação a cometer erros que só aumentam o preconceito e provoca ainda mais o silenciamento dessas pessoas vítimas em algumas situações como coitadinhas, que não conseguem lutar pela sua sobrevivência, ou como vilã, sendo vistas como marginais, preguiçosos, pessoas sem futuro. É aí que vai ser comum essa camada que tenta sobreviver nas ruas aparecer mais nos noticiários policiais, como vítimas ou autores de crimes, que inseridas em matérias sobre economia, comunidade. A impressão que temos é que o fato de não terem moradia fixa retira todos os outros direitos, inclusive o de ser tratado como cidadão com toda a carga de direitos e deveres, assim como está na Constituição Federal de 1988.

Ao nosso entender, além da diluição dessas pessoas na pauta factual (àquela do dia-a-dia), a imprensa precisa criar uma agenda positiva como temas que girem no entorno dessa comunidade. E assim, debruçar-se sobre as leis, as histórias pessoais, os perfis, os conflitos e a visão de mundo sobre a ótica deles.

Quando pensamos em tratar do tema dentro da assessoria de imprensa, neste caso a Agência de Notícias - Prefeitura Municipal de Aracaju, queríamos enxergar essas pessoas nas ações de comunicação do Governo, uma vez que existe um planejamento financeiro com projetos e ações, mas que nem sempre reverberam em temas de reportagem. E quando aparecem, o lugar de fala também é distorcido. Muitas vezes apenas chegam para tecer elogios ao trabalho desenvolvido pelo governo e dizer o quanto estas ações contribuíram para melhorar a vida dessas pessoas. Não que o discurso não seja cabível, mas como veículo de comunicação, com suas responsabilidades sociais, precisa comprometer-se em diminuir as lacunas sociais, além de ajudar a formar uma imagem real das pessoas que estão na condição de situação de rua.

Acreditamos que além de ouvir essas pessoas beneficiadas pelas ações (papel rotineiramente executado pelas assessorias), podem e devem contar, de forma humanizada, quem são, como vivem e quais as condições que a levaram a este estado (já que não é comum observar uma assessoria de imprensa denunciando as mazelas do governo; o trabalho da assessoria fica sendo o de provocar uma imagem positiva). Dessa forma, quem tiver acesso poderá compreender a problemática e enxergar a População em Situação de Rua como cidadãos comuns. Apenas, por alguma circunstância, acabou parando nas ruas. Lembrando que eles tiveram uma história anterior, tiveram trabalho, formaram família, tinham uma vida tão normal quanto a dos que estão consumindo o conteúdo jornalístico.

Da mesma forma, o profissional da imprensa comercial precisa também entender qual o lugar de fala desta comunidade, seja em uma reportagem de temas gerais ou específicos as condições as quais estão inseridos. No caso de uma reprodução das matérias sugeridas pelo site governamental, o papel da imprensa comercial não é simplesmente reproduzir, sem conflitar os discursos. Isso é função do marketing, não da imprensa profissional.

No material alvo deste estudo, ficou claro como este movimento crítico não acontece, apenas se reproduz um texto na íntegra ou com pequenas mudanças, sem trazer um novo olhar. Isso é nocivo ao jornalismo profissional! O contraponto traz as verdades existentes em uma mesma história, consegue passar a imagem de um veículo imparcial, ético e compromissado com a sociedade. O jornalismo está sempre na linha do conflito. Não se conforma com meias respostas, precisa e deve se aprofundar nos temas a que se propõe.

Nos 32 textos analisados da Agência de Notícias, o que se percebeu foi muito mais uma preocupação em afirmar as políticas com a comunidade. As matérias davam mais ênfase a ações continuadas, que de fato solucionar os problemas enfrentados diariamente nas ruas. Os textos eram mais voltados a dizer que está se fazendo cumprir uma lei, do que colocar as histórias de vida, entender o processo de invisibilidade, as guerras individuais e coletivas. Da mesma forma nos textos dos sites G1 Sergipe e Infonet onde as pessoas em situação de rua sequer tiveram o local de fala. Em algumas situações, elas foram silenciadas ao terem seus nomes retirados das matérias, como aconteceu em um texto sobre vacinação, já que no da Agência tinham vários depoimentos da População em Situação de Rua, e na do site comercial a ação foi resumida como uma vacinação no restaurante popular sem citá-las. A forma mais dolorosa de silenciar é apagar a memória dessa gente.

Dos 32 textos da Agência 10 ouviram essa comunidade, em sua maioria de forma desequilibrada, com a balança sempre tendenciosa às fontes oficiais. Apenas um texto focou na População em Situação de Rua, o que também não é a melhor forma. Nem mesmo no Dia Nacional de Luta das Pessoas em Situação de Rua (19 de Agosto) elas puderam ter um local de fala, nos sites comerciais foi ainda pior, houve o silenciamento das falas e das matérias.

Diante deste cenário, é preciso repensar a forma de reportar os fatos, de contar as histórias. Seja na assessoria de imprensa ou nos veículos de comunicação comerciais. Dos sites comerciais (G1 Sergipe/Infonet) acreditamos que havia a necessidade de ser mais plural, cobrar a aplicação das políticas públicas, “cutucar” o governo com as cobranças da ausência da aplicação do que foi proposto ou está na lei. No caso da Agência, era esperada a prestação de contas (accountability) com a sociedade, à medida que o Município aplicava o que está na lei

iraria pauta na Agência de Notícia, como forma de dar publicidade ao assunto, e um tratamento humanizado, respeitando o direito a participação nas entrevistas.

Nossa dissertação é baseada no Fator de Relevância e a cobrança pela agenda do tema, que se dá com base nem um parâmetro estabelecido pela própria política pública municipal, através do planejamento estratégico. Estamos testando se a visibilidade do tema é proporcional à relevância atribuída por ele pelo município, por meio da destinação orçamentária prevista. Com isso, acreditamos que a dissertação “A População em Situação de Rua na Agência de Notícias - Prefeitura de Aracaju e o impacto nos sites G1 Sergipe e Infonet” traz essa contribuição para o jornalismo: colocar os profissionais da imprensa voltados à reflexão sobre o papel social que envolve o modo de se fazer comunicação em um veículo da assessoria e em um meio comercial. Os fatos registrados na Agência de Notícias e nos sites G1 Sergipe e Infonet não são exclusivos desses meios, mas representam um comportamento comum na imprensa que trabalha na mesma linha. O protótipo do Guia da Mídia – População em Situação de Rua é a contribuição que estamos repassando à sociedade. Uma gota no oceano de conflitos travados diariamente por estas pessoas, mas também acreditamos que se cada pesquisador produzir uma gota, dentro das limitações e áreas de atuação, o oceano será alcançado.

A precarização do trabalho, vista nos últimos anos nas redações, não pode ser encarada como um empecilho para o cumprimento do papel de um jornalismo ético e comprometido com as finalidades e responsabilidades, um jornalismo sensível, humanizado, capaz de atender as demandas da sociedade, neste caso, da população em situação de rua. O que se viu, nos textos analisados, foi uma manutenção do silenciamento registrado ao longo das histórias dessas pessoas, desde a colonização do país. O comportamento preconceituoso visto nas sociedades, ainda reverbera nas redações, negam os direitos assegurados na Lei, e como diz Wolton (2006), a comunicação precisa assumir suas dificuldades ontológicas e preservar seus valores. Pensar a incomunicação é o “estágio supremo da comunicação, construir a coabitação é refletir sobre as condições de um mínimo de inter-relação que respeite as diferenças” (Wolton, 2006, p.147).

Diante de tudo isso, acreditamos que o estudo irá contribuir para esta reflexão da atuação profissional e do modo como os veículos se aproximam das pessoas em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua. Uma reflexão que não apenas impactará neste público, mas na revisão dos valores de uma comunicação focada no compromisso social, lembrando a essência a cada execução de pauta, independentemente do seu público. É urgente viver uma comunicação de fato inclusiva!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCPUBLICA. Conheça os 12 Princípios da Comunicação Pública. Acessado em: 18 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://abcpublica.org.br/conheca-os-12-principios-da-comunicacao-publica/>

ABERJE. As organizações precisam cobrar accountability da imprensa . 2016. Disponível em: <aberje.com.br/?coluna=as-organizacoes-precisam-cobrar-accountability-da-imprensa>. Acessado em: 22 de maio de 2022.

ABERJE. As organizações precisam cobrar accountability da imprensa, 2016. Disponível em<<https://www.aberje.com.br/?coluna=as-organizacoes-precisam-cobrar-accountability-da-imprensa>>. Acessado em: 5 de julho de 2023.

ABI. Código de Ética dos Jornalistas. Disponível em: <abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acessado em: 17 de junho de 2023.

ABNT NBR ISO 9000:2005. Sistemas de Gestão da Qualidade: Fundamentos e vocabulário.

ABNT NBR ISO 9001:2008: Sistemas de gestão da qualidade - requisitos. Rio de Janeiro, 2008.

ABRAMO, Perseu. Padrões de Manipulação na Grande Imprensa, 2016. Disponível em: <fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Padrões-manipulação-web-2.pdf>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.13, n. 1, p. 56-69, jan/abr. 2004;

ALLES, Natália Ledur. Gostaríamos de mostrar nosso trabalho”: representações construídas por moradores de rua no jornal comunitário Boca de Rua. Disponível em: <<http://www.midiacidada.ufpr.br/wp-content/uploads/2013/09/Nat%20Alia-Ledur-Alles.pdf>>. Acessado em: 12 de junho de 2022.

ALMEIDA, Delano. Morador de Rua: da questão social para a questão midiática, 2015. Disponível em: < [Baixar Artigo](#)>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY,Clay. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. Revista de Jornalismo ESPM, abril-junho de 2013, pp.30-89.

ANDRADE, Danilo. Políticas Públicas: o que são e para que servem?. 2016. Disponível em: < www.politize.com.br/politicas-publicas/>. Acessado em : 14 de junho de 2022.

AQUINO, Izabel Christina Basílio da Silva. População em situação de rua: direito a se ter direitos – educação sociopolítica como processo de ressignificação, pertencimento e inclusão social. 2023.

AQUINO, Izabel Christina Basílio da Silva; SILVEIRA, Mércia Maria Aguiar da M.. Conhecer para garantir direitos e cidadania à pessoa em situação de rua no estado de Pernambuco. 2023.

ARACAJU. Rede de serviços da Prefeitura garante direitos das pessoas em situação de rua. Disponível em: < aracaju.se.gov.br/noticias/91473/>. Acessada em: 12 de julho fr 2023.

ARACAJU. Site da Prefeitura de Aracaju. Disponível em: < aracaju.se.gov.br/assistencia_social/>. Acessado em: 2 de maio de 2022.

ARNOLD, Klaus. Qualität im Journalismus – ein integratives Konzept. PUB (2008). Disponível em: <link.springer.com/article/10.1007/PL00022233>. Acessado em: 12 de maio de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: <http://www2.uesb.br/biblioteca/wp-content/uploads/2016/05/NBR-10520-CITA%C3%87%C3%95ES.pdf> informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12225, Informação e documentação – Lombada – Apresentação. Rio de Janeiro, 2004

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027, <https://cnm.paginas.ufsc.br/files/2020/02/ABNT-NBR-6027.pdf> Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028, http://plone.ufpb.br/secretariado/contents/documentos/2021_ABNT6028Resumo.pdf Informação e documentação – Resumo – Procedimento. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6034, <https://cnm.paginas.ufsc.br/files/2020/02/ABNT-NBR-6034.pdf> Informação e documentação – Índice – Apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

AURORA DA RUA, 2021. Acessado em: 20 de junho de 2023. Disponível em: <<http://www.auroradarua.org.br>>.

BAKHTIN, Mikhail. O Autor e a Personagem na Atividade estética. IN: Estética da criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Rui. A Imprensa e o Dever da Verdade. São Paulo: Editora Papagaio, 2004.

BARCELLOS, Ana Paula de. Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle das políticas públicas. Revista diálogo jurídico, nº 15, jan./fev./mar., Bahia, 2007.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRICHELLO, E. M. R.; RUBLESCKI, A. (orgs). Pesquisa em Comunicação: olhares e abordagens. Santa Maria, Facos-UFSM, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. Medo Líquido. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BISTANTE, Luciana; BACELLAR, Luciane. Jornalismo de TV. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BLUMLER, G. Jay; COLEMAN, Stephen. A democracia e a mídia — Revisitadas. Revista Compolítica, vol 7(2), 2017. Acessado em 14 de dezembro. Link [www.researchgate.net/publication/324045815 A democracia e a mi-dia - Revisitadas](http://www.researchgate.net/publication/324045815_A_democracia_e_a_mi-dia_-_Revisitadas)

BOCA DE RUA, 2020. Disponível em:<<https://jornalbocaderua.wordpress.com/>>. Acessado em 12 de Outubro de 2020.

BOND, Frank Fraser. Introdução ao jornalismo [1] . Rio de Janeiro: Agir, 1959.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acessado em: de junho de 2023.

BOURDIEU, Pierre. A Miséria do mundo. 3 a edição. Petrópolis: Vozes, 1999. Tradução de Mateus S. Soares.

BRANDI, Daniel. Agenda do Meio Ambiente no Jornal Nacional: Avaliação da qualidade da relevância temática. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

BRASIL, Decreto n. 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais, 1941.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Sala das Sessões do Governo Provisório, 11 out. 1890, 2º da República. 1890.

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializada para a População em Situação de Rua – SUAS e População em Situação de Rua. Brasília: Editora Brasil LTDA, V.3, 2011.

BRITO, Judith Brito. Mudam os paradigmas, não o jornalismo. *Jornal da ANJ*, 2011. Disponível em: < anj.org.br/publicacoes/>. Acessado em: 25 de maio de 2022.

BRUM, Eliane. *O Olho da Rua*. Arquipélago. 2 edição, 2017.

BUCCI, Eugênio. “A democracia precisa de redações independentes”, diz Eugênio Bucci sobre a função do jornalismo. *Portal Imprensa*, 28 de setembro 2010. Disponível em <portalimprensa.com.br/portal/ultimas_noticias/2010/09/28/imprensa38375.shtml>. Acessado em 13 de junho de 2020.

BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006. In: CANELA, Guilherme. *Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo*. São Paulo, 2008. Cortez Editora.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. Editora N-1 Edições. 2020.

CABRAL, Nara Lya Simões Caetano. *Imprensa alternativa, população de rua e a visibilidade dos “invisíveis”: considerações sobre os Street Papers e o Jornal O Trecheiro*, 2012. Disponível em: < www.revistas.usp.br/alterjor/issue/view/6793>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

CÂMARA, 2015. Acessado em: 10 de maio de 2023. Disponível em: < www.camara.leg.br/radio/programas/447983-getulio-vargas-criou-poderoso-instrumento-de-censura-ha-76-anos/>.

CÂMARA, 2023. Decreto 11.341, de 01 de janeiro de 2023. Disponível em: <camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto-11341-1-janeiro-2023-793628-publicacaooriginal-166754-pe.html#:~:text=DECRETO%20N%2011.341%2C%20DE%201%20DE%20JANEIRO%20DE,remaneja%20cargos%20em%20comiss%C3%A3o%20e%20fun%C3%A7%C3%B5es%20de%20confian%C3%A7a.>. Acessado em: 5 de julho de 2023.

CÂMARA. Debatedores defendem mudanças na legislação para moradores de rua, 2021. Disponível em: <camara.leg.br/noticias/797403-debatedores-defendem-mudancas-na-legislacao-para-moradores-de-rua/>. Acessado em: 15 de junho de 2022.

CAMPANELLA, B. (2019). Nick Couldry:: do mito do centro mediado ao esvaziamento do mundo social – as mídias e o processo de datificação da sociedade. *MATRIZES*, 13(2), 77-87. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i2p77-87>.

CANCLÍNI, Nestor. *Consumidores e Cidadãos. As identidades como espetáculo multimídia*. Pg 129-140, (1997)

CANELA, Guilherme (org.). *Políticas Públicas Sociais e os desafios para o Jornalismo*. São Paulo. Cortez Editora, 2008.

CELESTINO, Mônica. Alvorecer da imprensa de rua e sobre a rua, 2008. Disponível em <pdfs.semanticscholar.org/9d82/542e9b4b928c2f9b512d0e02db3baa38bbb5.pdf?_gl=1*16k6410*_ga*MTUxMTAyNjAyOC4xNjg2NzUzOTE0*_ga_H7P4ZT52H5*MTY4Njc1MzkxNC4xLjAuMTY4Njc1MzkxNC42MC4wLjA> Acessado em: 14 de junho de 2023.

CHALLOUB, S. Classes perigosas. Publicação da Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth, v.6, 1990. Campinas, Unicamp.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto, 2009.

CHEIDA, Marcel José. Comunicação Governamental e a Assessoria de Imprensa. Revista de Estudos de Jornalismo, Campinas, v. 1., n. 6, 2003. Disponível em: <abcpublica.org.br/biblioteca/comunicacao-governamental-e-a-assessoria-de-imprensa/>. Acessado em: 5 de julho de 2023.

CHINEM, Rivaldo. Assessoria de Imprensa – Como Fazer. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

CHRISTIANS, C. G.; GLASSER, T. L; MCQUAIL, D.; NORDENSTRENG, K.; WHITE, R. A. Normative Theories of the Media. Journalism in Democratic Societies. Urbana: University of Illinois, 2009.

CHRISTOFOLETTI , Rogério; VILLEGAS, Juan Carlos Suárez; VEGAS, Xavier Ramon. Accountability e transparência na mídia, 2018. Disponível em: <researchgate.net/publication/340041877_Accountability_e_transparencia_na_midia>. Acessado em 25 de maio de 2022.

CISION 2019. State of the media. Acessado em: 11 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=0ebecec5dc887d07JmltdHM9MTY4NjQ0MTYwMCZpZ3VpZD0xZWw1NmU5Mi03ODQ0LTZyZmZktMWNhZi03Y2Y2NzkyZjYyYjMmaW5zaWQ9NTE4Mg&ptn=3&hsh=3&fclid=1ec56e92-7844-6339-1caf-7cf6792f62b3&psq=cision%2c+2019+fake+nes+19%25&u=alaHR0cHM6Ly93d3cuY2lzaW9uLmNvbS9jb250ZW50L2RhbS9jaXNpb24vUmVzb3VyY2VzL3doaxRILXBhcGVycy8yMDE5X1EyX1NPVE1fcmVwb3J0LnBkZg&ntb=>>

CNAS/CONANDA 01/2017. Resolução Conjunta Cnas/Conanda N° 1, de 07 De Junho De 2017. Disponível em: < projetoquixote.org.br/wp-content/uploads/2021/04/CNAS-2017-001-07.06.2017-Resolucao-Conjunta-CNAS-e-CONANDA-no-1-de-2017.pdf. Acessado em: 17 de junho de 2023.

CNJ, 2021. Política Nacional Judicial de Atenção à População em Situação de Rua. Disponível em: < atos.cnj.jus.br/files/original1447482021101161644e94ab8a0.pdf>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

COELHO, Jairo Faria Guedes. Ombudsman e Comunicação Pública no Brasil e em Portugal. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

COELHO, José Manuel de Pablos; MARTÍN, Concha Mateos. Estratégias informativas para acceder a un periodismo de calidad, en prensa y TV: patologías y tabla de ‘medicación’ para recuperar la calidad en la prensa. *Ámbitos*, n. 111-12, p. 341-365, 2004.

COSTA, Fernando Braga da. Moisé e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de l observação participante e entrevistas. 2008. 302 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COSTA, Maraia Izabel Sanches; LUCENA, F.S. Cidadania e o direito à saúde da população em situação de rua: um olhar sobre a estratégia do Consultório na Rua. *RIDH-Bauru*, v. 10, n. 1, p.65-68, jan./jun., 2022.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zoller. Individualização, cidadania e inclusão social na sociedade contemporânea. Uma análise teórica. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2018.

COULDRY, Nick (2009) Does 'the media' have a future?. Disponível em: < eprints.lse.ac.uk/52402/1/Couldry_Does_media_future_2009.pdf>. Acessado em: 12 de julho de 2023.

CRESSWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. 3ª ed. Porto Alegre: Penso-Artmed, 2014.

CRUZ NETO, João Elias da. Reportagem de televisão: como produzir, executar e editar. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

CURY, Augusto. O Futuro da Humanidade. São Paulo: Editora Arqueiro, 2005.

DANTAS, Tiago. Como funciona o sistema político brasileiro? Disponível em: < mundoeducacao.uol.com.br/politica/como-funciona-sistema-politico-brasileiro.htm>. Acessado em: 14 de junho de 2020.

DIMENSTEIN, Gilberto. O Cidadão de Papel – a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. 24 ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. A aventura da reportagem. São Paulo: Summus, 1990.

DINES, Alberto. O Papel do Jornal – uma releitura. 5ª Ed. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

DUARTE, Jorge (org.) A Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo, Atlas, 2007.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (Ed.). Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. Rio de Janeiro: Atlas, 2009. Disponível em: abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Instrumentos-de-Comunicação-Pública.pdf>. Acessado em: 5 de julho de 2023.

DUARTE, Lívia Dias Moreira. A construção da Comunicação Pública na percepção de jornalistas da EBC: potencialidades e limites. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2019.

ELLWANGER, Tiana; SISTON, Felipe. Accountability Social e Jornalismo: um exercício teórico de comunicação. 2015. Disponível em: < siston-f-ellwangert-accountability-social-e-jornalismo-um-exercicio-teorico-de-comunicacao-intercom-2015.pdf (historiafilosofiareligiao.com)>. Acessado em: 22 de junho de 2022.

ERBOLATO, Mário L. Dicionário de propaganda e jornalismo. Campinas: Papirus, 1986.

EXAME. As conquistas sociais e econômicas da Constituição Cidadã. 2013. Acessado no link: <exame.com/brasil/as-conquistas-sociais-e-economicas-da-constituicao-cidada/>. Acessado em: 14 de junho de 2022.

FANTÁSTICO. Em dois anos, população de rua em São Paulo aumenta mais de 30%, 2022. Disponível em: < g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/23/em-dois-anos-populacao-de-rua-em-sao-paulo-aumenta-mais-de-30percent.ghtml>. Acessado em: 15 de junho de 2022.

FARO, Eduardo; FELTRIN, Rogério. Rubra Alma. Banda Rosa de Saron. Acessado em 18 de dezembro. Acessado em: <https://www.vagalume.com.br/rosa-de-saron/rubra-alma.html>

FATO OU FAKE. Acessado em: 26 de junho 2023. Disponível em: <g1.globo.com/fato-ou-fake/>.

FEDERAL, Governo. Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua 3a edição. 2011. Disponível em: <mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_Guia_Cadastramento_de_Pessoas_em_Situacao_de_Rua.pdf#:~:text=A%20luta%20pela%20garantia%20de%20direitos%20e%20inclusã,o,de%20amparo%20às%20pessoas%20em%20situação%20de%20rua.>. Acessado em: 14 de junho de 2022.

FENAJ, 2014. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>. Acessado em: 5 de julho de 2023.

FENGLER, Susanne et al. Journalists and media accountability: An international study of news people in the digital age. [S. l.]: Peter Lang, 2014. v. 12.

FERNANDES, Larissa. Mídia representa pessoas em situação de rua de forma negativa. (Disponível em: jornalgggn.com.br/cultura/a-imprensa-que-cala-e-criminaliza-os-moradores-de-rua/). Acessado em 14 de junho de 2022.

FILHO, Kleber Prado, MARTINS, Simone. A Subjetividade como objeto da (s) psicologia (s). *Psicol. Soc.* vol.19 no.3 Porto Alegre Sept./Dec. 2007.

FILHO, Marcondes. *O Capital da Notícia*. Editor Ática, 1986.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A fabricação do presente. Como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Editora UFS, 2005

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *Atualidades no Jornalismo: Bases para sua delimitação teórica*. 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6056/1/Carlos-Eduardo-Franciscato.pdf>> Acessado em: 22 de maio de 2022.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. (Orgs.). *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014.

FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Lauto Si' – sobre o cuidado da casa comum*. Editora Paulinas, 2015.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FUNDO-A-FUNDO-[Lei-7.251-31.10.2011.pdf](#)> . Acessado em: 14 de junho de 2022.

G1 SERGIPE. Dados para Censo 2022 do IBGE começam a ser coletados nesta segunda-feira, 1º de agosto. Disponível no link <<https://globoplay.globo.com/v/10808902/>>. Acessado em 1 de agosto de 2022.

G1 SERGIPE. Site. Disponível em: <g1.globo.com/se>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

GAMEIRO, Nathália. População em situação de rua aumentou durante a pandemia. Disponível em: <www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acessado em 9 de dezembro de 2021.

GENTILLI, Victor ; DUTRA, Luma Poletti . Arcana imperii e accountability: jornalismo, segredo e transparência. In: GUERRA, Josenildo; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson Luis. (Org.). *Crítica do jornalismo no Brasil - produção, qualidade e direito à informação*. 1ed. Covilhã - Portugal: Labcom IFP Universidade da Beira Interior, 2016, v. , p. 129-150.

GIORGETTI, Camila. *Poder e Contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris*. Editora PUC-SP, 2007.

GITLIN, T. O Mundo Inteiro está assistindo: mídia de massa e a criação e desfazendo da nova esquerda. Berkeley: University of California Press, 1980.

GÓES, Cristian. O jornalismo e a experiência do invisível: Teoria, Método e Estudo de Caso. 1ª edição, Curitiba: Appris, 2022.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Itania M. M.; JUNIOR, Jeder Janotti. Comunicação e Estudos Culturais. Edufba: Salvador, 2011.

GOMES, Wilson. Jornalismo Fatos e Interesses: Ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GONTIJO, Vander. Instrumentos De Planejamento E Orçamento. Disponível em: <www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>. Acessado em: 14 de junho de 2022.

GOV, 2017. Resolução Conjunta Nº 1, de 9 de Agosto de 2017. Disponível em: www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-conjunta-n-1-do-conare-1.pdf. Acessado em: 15 de junho de 2023.

GOVERNO DE SERGIPE, 2018. Casa de Passagem. Disponível em: <se.gov.br/noticias/Inclusão%20Social/casa_de_passagem_estadual_passa_a_funcionar_em_novo_endereco>. Acessado em: 2 de junho de 2022.

GOVERNO DE SERGIPE, 2019. Abrigo Estadual Neuzice Barreto. Disponível em: <se.gov.br/noticias/Inclusão%20Social/governo-disponibiliza-servico-de-acolhimento-para-mulheres-sob-ameaca-ou-risco-de-vida>. Acessado em: 2 de junho de 2022.

GUERRA, Josenildo Luiz et al (org.). Crítica do Jornalismo no Brasil: Produção, Qualidade e Direito à Informação. Covilhã: LabCom.IFP, 2016. 292 p. ISBN 978-989-654-4.

GUERRA, Josenildo Luiz. Guia da Agenda Jornalística (GAJ) na perspectiva de uma proposta de Pesquisa Aplicada em Jornalismo (PAJ). Brazilian Journalism Research, Brasília, v. 12, n. 3, 2016.

GUERRA, Josenildo Luiz. O percurso interpretativo na produção da notícia. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. P.39- 49.

GUERRA, Josenildo Luiz; FRANCISCATO, Carlos Eduardo; FRANÇA, Lílian Cristina Monteiro. (Org.). *Jornalismo e Tecnologias Digitais: produção, qualidade e participação*. 1ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, v. 1, p. 68-95.

GUERRA, Josenildo Luiz; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson Luiz (Org.). *Crítica do jornalismo no Brasil: produção, qualidade e direito à informação*. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2016, p. 79-104.

GUERRA, Josenildo. Bases conceituais para um sistema informatizado de gestão da produção jornalística com foco na qualidade editorial. In: GUERRA, Josenildo Luiz; FRANCISCATO, Carlos Eduardo; FRANÇA, Lílian Cristina Monteiro. (Org.). *Jornalismo e Tecnologias Digitais: produção, qualidade e participação*. 1ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, v. 1, p. 68-95.

GUERRA, Josenildo. *Indicadores da Qualidade da Informação Jornalística. Sistema de gestão da qualidade aplicado ao jornalismo: uma abordagem inicial*. Brasília: Unesco, 2010. (Série Debates CI: Comunicação e Informação; 5).

GUERRA, Josenildo. *Sistema de Gestão de Qualidade aplicado ao Jornalismo: possibilidades e diretrizes*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós, Brasília, v. 13, n. 3, set./dez. 2010

GUERRA, Josenildo; BARRETO, Nara. Índice de Relevância Jornalística (IRJ): metodologia para avaliação de qualidade editorial do requisito relevância. In: GUERRA, Josenildo Luiz; ROTHBERG, Danilo; MARTINS, Gerson Luiz (Org.). *Crítica do jornalismo no Brasil: produção, qualidade e direito à informação*. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2016, p. 79-104.

GUERRA, Josenildo; FEITOZA, Liliane. Relevância jornalística: conceito, fundamentos e aplicação. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 20, n. 2, p. 401-419, maio/ago. 2020.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 1 e 2. Tradução de F. B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Editora UFMG; Minas Gerais. 2003.

IJUIM, Jorge. *Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas*. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2440-1.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011.

IJUIM, Jorge Kanehide; KOSHIYAMA, Alice Mitika; BORTOLI, Suzana Rozendo. *Jornalismo e Direitos Humanos: mulheres em situação de rua no Rio de Janeiro*, 2019. Disponível em: <www.researchgate.net/publication/341298891_JORNALISMO_E_DIREITOS_HUMANOS_POPULACAO_EM_SITUACAO_DE_RUA_NO_RIO_DE_JANEIRO#:~:text=Este%20trabalho%20traz%20à%20discussão%20o%20fenômeno%20da,analisamos%20uma%20amostra%20de%20reportagens%20sobre%20o%20tema.>>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

IN GOV, 2017a. Portaria 223 de 8 de junho de 2017. Disponível em: < in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19116946/do1-2017-06-14-portaria-n-223-de-8-de-junho-de-2017-19116937>. Acessado em: 14 de junho de 2012.

IN GOV, 2017b. Portaria 421 de 11 de outubro de 2017. Disponível em: < aplicacoes.mds.gov.br/snas/regulacao/visualizar.php?codigo=5139>. Acessado em: 14 de junho de 2017.

IN GOV, 2023. Portaria nº 383, de 30 de junho de 2023. Disponível em: <in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-383-de-30-de-junho-de-2023-493525084>. Acessado em: 6 de julho de 2023.

IN GOV. Portaria N ° 1.683, de 16 de março de 2022. Disponível em: < in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-me-n-1.683-de-16-de-marco-de-2022-386468351>. Acessado em: 18 de maio de 2022.

INCLUSÃO. Lei N° 7.251/2011 de 31 de outubro de 2011. Disponível em: < inclusao.se.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/SISTEMA-DE-TRANSFERÊNCIA-

INCLUSÃO. Lei N° 8.496/2018 de 28 de dezembro de 2018. Disponível em: < inclusao.se.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/ESTRUTURA-ORGANIZACIONAL-SECRETARIAS-Lei-8496-28.12.2018.pdf> . Acessado em: 14 de junho de 2022.

INCLUSÃO. Site da Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social. Disponível em: <inclusao.se.gov.br>. Acessado em 14 de maio de 2022.

INFONET. Há 20 anos evoluindo com a informação – História. 2016. Disponível em: <www1.infonet.com.br/20anosinfonet/historia.asp#:~:text=A%20Infonet%20foi%20o%20primeiro%20site%20de%20Sergipe,de%20um%20dos%20primeiros%20internet%20bankings%20do%20pa%C3%ADs.> . Acessado em: 3 de agosto de 2022.

INFONET. Realizada inauguração do Restaurante Popular Padre Pedro. Disponível em: < infonet.com.br/noticias/cidade/realizada-inauguracao-do-restaurante-popular-padre-pedro/>.

Acessado em: 19 de junho de 2022. INFONET. Centro Pop: nova sede traz qualidade a moradores de rua. 2017. Disponível em: < infonet.com.br/noticias/cidade/centro-pop-nova-sede-traz-qualidade-a-moradores-de-rua/>. Acessado em: 2 de junho de 2022.

INFONET. Site. Disponível em: <infonet.com.br>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

INVISÍVEL. Página web do coletivo SP Invisível. Disponível em: <https://www.spinvisivel.org>. Acesso em: dezembro2021.

JORNAL HOJE. Pesquisa mostra que população de rua na cidade de SP é 30% maior do que indica censo municipal; número chega a 42 mil pessoas. 2022. Disponível em: < g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/pesquisa-mostra-que-populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-e-30percent-maior-do-que-indica-censo-municipal-numero-chega-a-42-mil-pessoas.ghtml>. Acessado em: 15 de junho de 2022.

JUS BRASIL, 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <jusbrasil.com.br/legislacao/92090/constituicao-da-republica-dos-estados-unidos-do-brasil-91>. Acessado em: 15 de junho de 2023.

JUS BRASIL, 1934. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: <jusbrasil.com.br/legislacao/92083/constituicao-da-republica-dos-estados-unidos-do-brasil-34>. Acessado em: 15 de junho de 2023.

JUS BRASIL, 1937. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). Disponível em: <jusbrasil.com.br/legislacao/92067/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-37>. Acessado em: 15 de junho de 2023.

JUS BRASIL, 1946. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: <jusbrasil.com.br/legislacao/92058/constituicao-dos-estados-unidos-do-brasil-46>. Acessado em: 15 de junho de 2023.

LAGO, Cláudia. Ensinaamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. *Brazilian Journalism Research*. V. 6, N. 1. Brasília: SBPJor, 2010.

LANCELLOTTI, Júlio Renato. *Tinha uma pedra no meio do caminho*. Matrioska Editora,

LEITE, Lígia Costa. *Meninos de Rua – a infância excluída no Brasil*. São Paulo: Atual, 2009.

LEVI, Renato. O Jornalismo como disciplina científica. In: *Intercom – Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, Vol. XVI, jul/dez de 1993.

LIBÂNO, José Carlos. Desenvolvimento Humano. In.: CANELA, Guilherme (org.). *Políticas Públicas Sociais e os desafios para o Jornalismo*. São Paulo. Cortez Editora, 2008.

MAFEI, Maristel. *Assessoria de Imprensa – Como se relacionar com a mídia*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MAIA, Rousiley. “Mídia e Diferentes Dimensões Da Accountability.” *E-Compós (Brasília)* (2006). Disponível em: <academia.edu/9609203/Mídia_e_diferentes_dimensões_da_Accountability>. Acessado em: 2 de agosto de 2022.

MAINIERI, Tiago; MEDEIROS, Magno (org.). *Comunicação pública e cidadania: experiências e práticas inovadoras*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. 355 p.

MARTINS, Eduardo. *O Estado de São Paulo – Manual de redação e estilo*. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The evolution of agenda-setting research: twenty five years in the marketplace of ideas. *Journal of communication*, vol. 43, n. 2, 1993. In: MCCOMBS, MAXWELL. *A Look at Agenda-setting: past, present and future*. University of Texas at Austin, USA, 2005. Acessado 16 de dezembro de 2021.

<edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5524494/mod_resource/content/2/Aula%209c_McCombs_Agenda%20Setting.pdf >

McQUAIL, Denis. Principles of journalistic performance. In.: Journalism and society. London: Sage, 2013.

MCQUAIL, Denis. Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre, RS: Penso, 2012.

MEDEIROS, Armando Medeiros; CHIRNEV, Lilian. Guia de Comunicação Pública. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

MEDINA, C. Profissão jornalista: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MEDINA, Cremilda de A. (Orgs). Energia, Meio Ambiente e Comunicação. Série Novo Pacto da Ciência. São Paulo: Mega Brasil, 2009, p: 223-254

MEDINA, Cremilda. Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008a.

MEDINA, Cremilda. Povo & Personagem – sociedade, cultura e mito no romance latino-americano. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008b.

MEDINA, Cremilda. Notícia, um produto de à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2 ed. São Paulo: Summus, 1988.

MEDINA, Cremilda. O signo da relação: comunicação e pedagogia. São Paulo-SP: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. A Arte de Tecer o Presente: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus Editorial. 2003.

MEDINA, Cremilda. A. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1990.

MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

MENGARDA, Elias José; SOUZA, Jean Carlos Prado de ; TONDOLO, Daniela Cristina Peiter. Narrativas Jornalísticas: Agendamento X Espetáculo na Mídia, 2009. Disponível em: <intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/resumos/R16-1060-1.pdf>. Acessado em: 2 de maio de 2022.

MEYER, Philip. Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

MIYATA, Yukari. A pessoa em situação de rua como sujeito de direitos, 2023. Academia de Polícia Civil – Minas Gerais, 2023.

MNPR. Movimento Nacional da População de Rua – Conhecer para Lutar – cartilha para formação política. 2010. Disponível em: <direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf>. Acessado em: 14 de junho de 2022.

MOMPART, Josep Luís Gómez; LOZANO, Juan Francisco Gutiérrez; PALAU-SAMPIO, Dolors (eds.). La calidad periodística. Teorías, investigaciones y sugerencias profesionales. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona; Castelló de la Plana: Universitat Jaume I; Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; València: Universitat de València, 2013. Aldea Global, 26.

MONTIPÓ, Criselli. Crise do jornalismo? Por uma narrativa jornalística mais propositiva, investigativa e cidadã, 2014. Disponível em: <intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0821-1.pdf>. Acessado em: 10 de agosto de 2022.

MOTA, Flaviana Paula; SILVEIRA, Hilgner De Almeida. O Papel (ão) da Imprensa - Uma Análise Sobre a Representação do Morador de Rua no Jornalismo, 2015. Disponível em: <www.conic-semesp.org.br/anais/files/2015/1000020481-capa.pdf> . Acessado em: 14 de junho de 2023.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). Imprensa e Poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOTTA, LUIZ Gonzaga. Análise Crítica da Narrativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

NATALINO, Marco. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil. IPEA, 2020.

NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito; SILVA, Tatiana Dias; População Em Situação De Rua Em Tempos De Pandemia: Um Levantamento De Medidas Municipais Emergenciais. 2020

NEVES, Rafaela Claudio das. HOEGEN, Carlos. O trabalho do assessor de imprensa na comunicação pública brasileira. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 04, Vol. 01, pp. 91-97. Abril de 2022. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <nucleodoconhecimento.com.br/comunicacao/comunicacao-publica-brasileira>. Acessado em: 56 de julho de 2023.

NIEDZIELUK, Luzinete Carpin. A teoria da relevância e a informatividade no discurso jornalístico. 2002. Disponível em: www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2002/artigos/04_linguistica_aplicada/artigo41.pdf. Acessado em: 19 de abril de 2020.

ONU. Plataforma Agenda 2030. [S.I.], 2018. Disponível em: <brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acessado em: 10 de junho de 2023.

ONU. Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto. Index: A/HRC/31/54 (Conselho de Direitos Humanos – 31º período de sessões – Tema 3 da agenda Promoção e proteção de todos os direitos humanos). [S.I.], 30 de dez. 2015. Disponível em: <erradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Relatório_População-em-situação-de-rua.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2023.

OTHON; BOLSHAW. A Mídia Ninja e o Incentivo ao Jornalismo Cidadão no Cenário das Manifestações Sociais Brasileiras. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Foz do Iguaçu, PR. 2014. Acessado em: 20 junho de 2023. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0085-1.pdf>>;

PAIVA, Raquel. Ética, Cidadania e Imprensa. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2002.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

PAULINO, Fernando O. Ética, responsabilidade e qualidade do jornalismo: como experiências internacionais podem ser úteis para práticas brasileiras. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil: São Paulo, Análise, Nº 11/2015.

PAULINO, Fernando O. Responsabilidade Social da Mídia: Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5175/1/Tese_Fernando%20%20Paulino.pdf>. Acesso em 5 de junho 2022.

PAULINO, Nicolas. População em situação de rua cresce durante pandemia. 2021. Acessado em 9 de dezembro 2021. <diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/populacao-em-situacao-de-rua-cresce-durante-pandemia-1.2960887>

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PEREIRA, Ana Rachel Gonçalves. Qualidade em jornalismo: avaliação dos instrumentos de transparência e media accountability na gestão editorial das TVs legislativas do Brasil. 2022. 234 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022. Acessado em: 13 de dezembro. Disponível em: <abcpublica.org.br/biblioteca/qualidade-em-jornalismo-avaliacao-dos-instrumentos-de-transparencia-e-media-accountability-na-gestao-editorial-das-tvs-legislativas-do-brasil/>.

PEREIRA, Daniele Prates; BRUNIERI, Ariana Regina Storer. SP Invisível: A Experiência da Fanpage no Facebook construção de uma Obra Narrativa Digital. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Acessado em 23 de dezembro 2021. Link: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3546/Artigos%20Humanidades_%20080-99.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

PINTO, Manuel, MARINHO, Sandra. “A qualidade em Jornalismo: problematização e operacionalização do conceito”. Comunicação apresentada no I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos e II Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, realizado na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, em 10 e 11 de Abril de 2003. >>.

PLANALTO, 2019. Decreto Federal N 9.489 de 27 de junho de 2019. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9876.htm. Acessado em: 14 de junho de 2023.

PLANALTO. Lei Número 13.714 de 24 de agosto de 2018. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13714.htm>. Acessado em: 22 de julho de 2022.

PLANALTO. Decreto n.7.053, de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acessado em: 11 de Outubro 2020.

PLANALTO. Decreto Nº 9.489, de 30 de agosto de 2018. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9489.htm>. Acessado em: 18 de julho de 2022.

PLANALTO. Lei Brasileira de Acesso à Informação. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm>. Acessado em: 22 de junho de 2022.

PLANALTO. LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acessado em: 14 de junho de 2022.

PLANALTO. Lei de 16 de Dezembro de 1830. Código Criminal. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acessado em: 25 de junho de 2022.

PLANALTO. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acessado em: 20 de julho de 2022.

PLURIVERSO. Resolução N ° 40 de 13 de outubro de 2020. Disponível em: <pluriverso.online/rrc/wp-content/uploads/2021/02/SEI_MDH-1377109-Resolucao-40-CNDH-Pop-Rua-Aprovada.pdf>. Acessado em: 18 de junho de 2018.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.13, n. 1, p.56-69, jan/abr. 2004;

PROJETO CREDIBILIDADE. 2021. Homepage. Disponível em: <<https://www.credibilidade.org/>>. Acesso em 27 dez.2020.

PULITZER, Joseph. A escola de jornalismo na Universidade de Columbia: a opinião pública. Florianópolis: Insular, 2009.

QUE VEM DAS RUAS. Página do Que Vem das Ruas, 2016. Disponível em: <<https://youtube.com/QueVemdadasRuas>>. Acessado em 12 de Outubro de 2020.

QUE VEM DAS RUAS. Pandemia Aproxima Voluntários de moradores de rua. 2020. Acessado em 18 de dezembro de 2021. Disponível em <https://youtu.be/u0jxbVcEGGw>

QUE VEM DAS RUAS. Sou das Ruas': um lugar de sonhos e ilusões. 2017. Disponível em: <https://youtu.be/t24yq3eFdMY>. Acessado em: 22 de maio de 2021.

QUE VEM DAS RUAS. Vidas Invisíveis: quem são? como vivem? onde estão as políticas públicas?, 2022. Disponível em: <youtube.com/watch?v=33b0L0nO14A>. Acessado e: 15 de junho de 2022.

RAEDER, Sávio. Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. 2014. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/revistapp/article/download/856/550>>. Acessado em: 14 de junho de 2014.

REDE RUA, 2020. Disponível em: <<https://rederua.org.br/rede-rua-de-comunicacao/>>. Acessado em 22 de Outubro de 2020.

REGINATO, Gisele Dotto. As finalidades do jornalismo/Série Jornalismo a Rigor. V.15. Florianópolis: Insular, 2019.

RIFAN, Dom Fernando Arêas. A cultura do Descarte. 2030. Acessado em 18 de dezembro 2021. <https://www.cnbb.org.br/a-cultura-do-descarte/>

RODRIGUES, I. S. A construção social do morador de rua: derrubando mitos. Curitiba: Editora CRV, 2016.

RODRIGUES, I.S; FERNANDES, D. C. Cidadãos em Situação de Rua: Dossiê Brasil – grandes cidades. Curitiba: Editora CRV, 2020.

RODRIGUES, Igor. Invisibilidade do morador de rua é mito social. 2015. Acessado em 12 de dezembro de 2021. <Erro! A referência de hiperlink não é válida.>

RODRIGUES, J.P. Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação on-line. São Paulo: Sumus,2003.

RODRIGUES, Maura. Diferença de Norma x Lei. 2018. Disponível em: <maurarodrigues.jusbrasil.com.br/artigos/570181495/diferenca-de-norma-x-lei#:~:text=Norma%3A%20É%20a%20conduta%20que%20se%20espera%2Fexige%20do,como%20são%20postas%20e%20disponíveis%20para%20a%20sociedade.>. Acessado em: 18 de agosto de 2022.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. Vidas de rua. São Paulo: Hucitec, 2005.

ROSAS, J. de A. (2014). Mídia Ninja, mídia tradicional e accountability. Revista Extraprensa, 7(2), 121-131. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2014.85188>

ROTHBERG, Danilo. Jornalismo público: informação, cidadania e televisão. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ROZENDO, Suzana da Silva. Comunicação e Minorias: algumas questões a serem consideradas, 2012. Disponível em: <revistas.usp.br/extraprensa/article/view/77249/81114>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

ROZENDO, Suzana; MONTIPO, Criselli. Fora de foco: uma análise da cobertura midiática sobre as pessoas em situação de rua. Disponível em <web.archive.org/web/20170921211630/http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/download/27789/19301>. Acessado em: 3 de agosto de 2022.

SÁ, Jana. Vanílson Torres: Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua. 2020. Disponível em: www.saibamais.jor.br/vanilson-torres-se-houver-politicas-publicas-as-pessoas-sairao-da-situacao-de-rua. Acessado em: 19 de abril de 2020.

SANTO, Tiago Braga do Espírito; GONÇALVES, Letícia Parente; AROUCA, Sérgio; TEIXEIRA, Natália Estefânia Gaze; SEIXAS, Clarissa Terenzi; PORTO, Fernando. Pessoas em Situação de Rua pelo olhar da imprensa, 2021. Disponível em: <www.bing.com/ck/a?!&&p=5b1093d0c5f7ca2a|mltdHM9MTY4NjcwMDgwMCZpZ3VpZD0wMGRlNmY2My02ZTg0LTZlMTgtMmY4Ni03YzYyNmYxMjZmNDMmaW5zaWQ9NTE4Ng&ptn=3&hsh=3&fclid=00de6f63-6e84-6e18-2f86-7c626f126f43&psq=pessoas+em+situa%c3%a7%c3%a3o+de+rua+pelo+olhar+da+imprensa+santo%2c+gon%c3%a7alves+&u=a1aHR0cHM6Ly9yc2Rqb3VybmFsLm9yZy9pbmRleC5waHAvcnNkL2FydGlibGUvZG93bmXvYWQvMTQxOTYvMTI3OTUvMTg2MTI4&ntb=1>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

SANTOS, Maria Sol Silva. Agenda jornalística de saúde no Jornal Nacional: avaliação de qualidade e proposta de gestão editorial com base no critério de relevância. 2019. 196 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SANTOS, Tatiane Nogueira. Centro De Referência Especializado Para População Em Situação De Rua (Centro Pop): Como funciona?, 2017. Disponível em: <joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo4/centrodereferenciaparapopulacaoemsituacaoeruacentropopcomofunciona.pdf>. Acessado em: 14 de junho de 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão – Construindo uma sociedade para todos. 5ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SAÚDE, 2002. Portaria 336/2002. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html>. Acessado em: 11 de julho de 2023.

SAÚDE, 2009. Portaria N° 3.305, de 24 de Dezembro de 2009. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt3305_24_12_2009.html>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

SAÚDE, 2011. Portaria N° 122, de 25 de Janeiro de 2011. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html>. Acessado em: 14 de junho 2023.

SAÚDE, 2021. Portaria N ° 1.255, de 18 de junho de 2021. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt1255_21_06_2021.html#:~:text=PORTARIA%20Nº%201.255%2C%20DE%2018%20DE%20JUNHO%20DE,nº%202%2C%20de%2028%20de%20setembro%20de%202017.>. Acessado em: 22 de julho de 2022.

SCHUCH, P. A legalidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua o Brasil, 2015.

SECRETARIAS-Lei-8496-28.12.2018.pdf> . Acessado em: 14 de junho de 2022.

SERGIPE. Lei N° 8.389, De 12 De Abril De 2018. Disponível em: <leisestaduais.com.br/se/lei-ordinaria-n-8389-2018-sergipe-dispoe-sobre-a-criacao-do-comite-intersetorial-de-acompanhamento-e-monitoramento-da-politica-estadual-para-a-populacao-em-situacao-de-rua-ciampe-psr-no-estado-de-sergipe-e-da-providencias-correlatas?q=Lei%208.389%20de%2012%20de%20abril%20de%202018>. Acessado em: 14 de junho de 2022.

SILVA, Leonardo. O que é Portaria e Decreto e quais são suas diferenças. 2019. Disponível em: <e-diariooficial.com/o-que-e-portaria-e-decreto-e-quais-sao-suas-diferencas/>. Acessado em: 18 de agosto de 2022.

SILVA, Luiz Martins da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). Imprensa e Poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SOARES, Carla. Falar de si mesmo: a experiência narrada também é literatura? IN: Mulheres que escrevem. Postado em 12 de abril de 2017. Disponível em: medium.com/mulheres-que-escrevem/falar-de-si-mesmo-a-experiencia-narrada-tambem-e-literatura-386bdb5337c8. Acesso em: setembro/2017.

SODRÉ, Muniz. A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da notícia e do Jornalismo. Chapecó: Argos, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol 1, n 2. Florianópolis: UFSC, 2004.

SOUZA, Felipe. As últimas horas de morador de rua que morreu na madrugada mais fria do ano em SP. Acessado em 9 de maio de 2022. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/brasil-61502198

SUÁREZ, Adriana Amado. Por qué hablar de calidad periodística. In: SUÁREZ, Adriana Amado. Periodismo de calidad: debates y desafíos. Buenos Aires: La Crujía: FOPEA, 2007.

TESOURO NACIONAL. Lei de Responsabilidade Fiscal. 2020. Disponível em: <gov.br/tesouronacional/pt-br/execucao-orcamentaria-e-financeira/lei-de-responsabilidade-fiscal>. Acessado em: 14 de junho de 2022.

THE TRUST PROJEC. 2021. Trust Indicators. Disponível em: <<https://thetrustproject.org/#indicators>>. Acesso em 27 dez.2020.

TODOS CONTRA O CORONA. Boletim Vacina Covid-19 – 22.03.2021. Disponível em:<todoscontraocorona.net.br/vacina-covid-19-22-03-2021/>. Acessado em: 15 de junho de 2022.

TOMÁS, Júlia Catarina de Sá Pinto. A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica. VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 25 a 28 de Junho de 2008.

TRANSPARÊNCIA ARACAJU. Planejamento Estratégico 2021/2022. Disponível em: <transparencia.aracaju.se.gov.br/prefeitura/planejamento-e-orcamento/>. Acessado em: 14 de junho de 2023a.

TRANSPARÊNCIA ARACAJU. Lei Orçamentária Anual 2022. Disponível em: <[://transparencia.aracaju.se.gov.br/wp-content/uploads/orcamentos/loa/2022/loa_2022_cma.pdf](http://transparencia.aracaju.se.gov.br/wp-content/uploads/orcamentos/loa/2022/loa_2022_cma.pdf)>. Acessado em: 14 de junho de 2023.b

TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e “Estórias”. 2ed. Lisboa: Veja, 1999.

TRAQUINA, Nelson. O Estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

UNIÃO, 2013. Portaria 100 de 2013. Disponível em: <seit.se.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/2013-09-26.09.2013-MDS-100.pdf>. Acessado em: 14 de junho de 2023.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. Jornalismo: comunicação, literatura e compromisso social. São Paulo. Ed Paulus, 2005.

VILLEGAS, Juan Carlos Suárez. Como avaliar a responsabilidade do jornalismo frente à cidadania. Estudos e, Jornalismo e Mídia. Vol. 16 n 2. Julho/dezembro de 2019. Disponível em: <periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p113>. Acessado em: 2 junho de 2022.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social – a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac, 2006.

WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1997.

WINDAHL, S., & MCQUAIL, D. (1993). Communication Models for the Study of Mass Communications. London: Longman. Acessado em: 5 de junho de 2022. Disponível em: <www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9781315846378/communication-models-study-mass-communications-sven-windahl-denis-mcquail>.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. 10ª edição. Editorial Presença: Lisboa, 2009.

WOLTON, Dominique. É preciso salvar a comunicação. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

ANEXO

MATÉRIAS AGÊNCIA DE NOTÍCIAS PREFEITURA DE ARACAJU

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

1 – Cuidador Social: Prefeitura convoca classificados no PSS para entrega de documentos

Link:

[aracaju.se.gov.br/noticias/94267/cuidador_social_prefeitura_convoca_classificados_no_pss_p
ara_entrega_de_documentos.html](http://aracaju.se.gov.br/noticias/94267/cuidador_social_prefeitura_convoca_classificados_no_pss_para_entrega_de_documentos.html)

DEFESA SOCIAL

1 – Prefeitura de Aracaju realiza terceira edição do The Street Store

Link:

[aracaju.se.gov.br/noticias/96674/prefeitura_de_aracaju_realiza_terceira_edicao_do_th
e_street_store.html](http://aracaju.se.gov.br/noticias/96674/prefeitura_de_aracaju_realiza_terceira_edicao_do_the_street_store.html)

2 – Guarda Municipal de Aracaju realiza ação social para população em situação de rua

Link:

[aracaju.se.gov.br/noticias/96721/guarda_municipal_de_aracaju_realiza_acao_social_p
ara_populacao_em_situacao_de_rua.html](http://aracaju.se.gov.br/noticias/96721/guarda_municipal_de_aracaju_realiza_acao_social_para_populacao_em_situacao_de_rua.html)

SAÚDE

1 - Prefeitura aplica dose de reforço contra covid em pessoas em situação de rua

Link:

[aracaju.se.gov.br/noticias/94070/prefeitura_aplica_dose_de_reforco_contra_covid_em
_pessoas_em_situacao_de_rua.html](http://aracaju.se.gov.br/noticias/94070/prefeitura_aplica_dose_de_reforco_contra_covid_em_pessoas_em_situacao_de_rua.html)

2 - População aprova vacinação contra covid-19 no Restaurante Padre Pedro

Link:

[www.aracaju.se.gov.br/noticias/94407/populacao_aprova_vacinacao_contra_covid-
19_no_restaurante_padre_pedro.html](http://www.aracaju.se.gov.br/noticias/94407/populacao_aprova_vacinacao_contra_covid-19_no_restaurante_padre_pedro.html)

3 - Prefeitura desenvolve uma série de estratégias para enfrentamento ao alcoolismo

Link:

[aracaju.se.gov.br/noticias/94414/prefeitura_desenvolve_uma_serie_de_estrategias_par
a_enfrentamento_ao_alcoolismo.html](http://aracaju.se.gov.br/noticias/94414/prefeitura_desenvolve_uma_serie_de_estrategias_para_enfrentamento_ao_alcoolismo.html)

4 – Prefeitura ofertará avaliação odontológica a pessoas em situação de rua

Link:

[aracaju.se.gov.br/noticias/96827/prefeitura_ofertara_avaliacao_odontologica_a_pesso
as_em_situacao_de_rua.html](http://aracaju.se.gov.br/noticias/96827/prefeitura_ofertara_avaliacao_odontologica_a_pessoas_em_situacao_de_rua.html)

5 – Prefeitura realiza ação de promoção à saúde para pessoas em situação de rua

Link:

[aracaju.se.gov.br/noticias/96939/prefeitura_realiza_acao_de_promocao_a_saude_para
_pessoas_em_situacao_de_rua.html](http://aracaju.se.gov.br/noticias/96939/prefeitura_realiza_acao_de_promocao_a_saude_para_pessoas_em_situacao_de_rua.html)

6 – Consultório na Rua: Prefeitura assegura direito à saúde às pessoas em situação de rua

Link:

[aracaju.se.gov.br/noticias/97447/consultorio_na_rua_prefeitura_assegura_direito_a_sa
ude_as_pessoas_em_situacao_de_rua.html](http://aracaju.se.gov.br/noticias/97447/consultorio_na_rua_prefeitura_assegura_direito_a_saude_as_pessoas_em_situacao_de_rua.html)

7 – Após reforma, Caps AD Primavera amplia e reformula assistência aos usuários

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/95574/apos_reforma,_caps_ad_primavera_amplia_e_reformula_assistencia_aos_usuarios.html

ASSISTÊNCIA SOCIAL

1 – Prefeitura realizará processo seletivo para a Secretaria da Assistência Social

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/93901/prefeitura_realizara_processo_seletivo_para_a_secretaria_da_assistencia_social.html

2 – Unidades de acolhimento garantem auxílio à população em situação de rua

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/94148/unidades_de_acolhimento_garantem_auxilio_a_populacao_em_situacao_de_rua.html

3 – Centro POP garante direito à cidadania à população em situação de rua

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/94763/centro_pop_garante_direito_a_cidadania_a_populacao_em_situacao_de_rua.html

4 – Crianças acolhidas em Abrigos da Prefeitura recebem doações de ovos da Páscoa

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/95140/criancas_acolhidas_em_abrigos_da_prefeitura_recebem_doacoes_de_ovos_da_pascoa.html

5 – Assistidas pelo Centro POP são homenageadas em evento alusivo às mães

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/95519/assistidas_pelo_centro_pop_sao_homenageadas_em_evento_alusivo_as_maes.html

6 – Prefeitura reforça oferta de serviços para pessoas em situação de vulnerabilidade

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/94691/prefeitura_reforca_oferta_de_servicos_para_pessoas_em_situacao_de_vulnerabilidade.html

7 – Cuidadores sociais selecionados no PSS concluem curso de capacitação profissional

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/96314/cuidadores_sociais_selecionados_no_pss_concluem_curso_de_capitacao_profissional.html

8 – Prefeitura oferta serviços socioassistenciais a mulheres em situação de violência

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/96588/prefeitura_oferta_servicos_socioassistenciais_a_mulheres_em_situacao_de_violencia.html

9 – Prefeitura mantém serviços para auxiliar pessoas em situação de rua

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/96758/prefeitura_mantem_servicos_para_auxiliar_pessoas_em_situacao_de_rua.html

10 – Abrigo Freitas Brandão realiza programação alusiva ao Dia dos Pais

Link:

aracaju.se.gov.br/noticias/96686/abrigo_freitas_brandao_realiza_programacao_alusiva_ao_dia_dos_pais.html

11 – Novembro Azul: Prefeitura reforça conscientização sobre saúde do homem

- Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/97836/novembro_azul_prefeitura_reforca_conscientizacao_sobre_saude_do_homem.html
- 12 – Prefeitura promove confraternização natalina para pessoas em situação de rua
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/98355/prefeitura_promove_confraternizacao_natalina_para_pessoas_em_situacao_de_rua.html
- 13 – Usuários de equipamentos socioassistenciais prestigiam espetáculo natalino
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/98389/usuarios_de Equipamentos_socioassistenciais_prestigiam_espetaculo_natalino.html
- 14 – Prefeitura realiza palestra sobre campanha Setembro Amarelo em casa de passagem
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/97284/prefeitura_realiza_palestra_sobre_campanha_setembro_amarelo_em_casa_de_passagem.html
- 15 – Prefeitura participa da Caminhada da Visibilidade
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/96784/prefeitura_participa_da_caminhada_da_visibilidade.html
- 16 – Abordagem Social: Prefeitura atua pela garantia direitos da população em situação de rua
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/94130/abordagem_social_prefeitura_atua_pela_garantia_direitos_da_populacao_em_situacao_de_rua.html
- 17 – Prefeitura retoma parceria com Defensoria Pública no atendimento às pessoas em situação de rua
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/95631/prefeitura_retoma_parceria_com_defensoria_publica_no_atendimento_as_pessoas_em_situacao_de_rua.html
- 18 – Pré-Caju 2022: Assistência Social atuará pela garantia de direitos no evento
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/97631/pre-caju_2022_assistencia_social_atuara_pela_garantia_de_direitos_no_evento.html
- 19 – Prefeitura formula protocolo de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/98232/prefeitura_formula_protocolo_de_atencao_a_crianças_e_adolescentes_em_situacao_de_rua.html
- 20 – Educadores sociais contribuem para a formação de pessoas em situação de vulnerabilidade
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/97131/educadores_sociais_contribuem_para_a_formacao_de_pessoas_em_situacao_de_vulnerabilidade.html
- 21 – Prefeitura garante acolhimento a pessoas que tiveram direitos violados
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/97011/prefeitura_garante_acolhimento_a_pessoas_que_tiveram_direitos_violados.html
- 22 – Psicólogos da Assistência Social empoderam usuários para ressignificar suas histórias
Link:
aracaju.se.gov.br/noticias/96866/psicologos_da_assistencia_social_empoderam_usuarios_para_resignificar_suas_historias.html